



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

MARIANA SCHUBERT LEMOS

**ENTRE OS SABERES POPULARES E FORMAIS: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS
DE GÊNERO E VIOLÊNCIA DE GÊNERO ENTRE PROFISSIONAIS DE DEAMS**

VITÓRIA

2022

MARIANA SCHUBERT LEMOS

**ENTRE OS SABERES POPULARES E FORMAIS: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS
DE GÊNERO E VIOLÊNCIA DE GÊNERO ENTRE PROFISSIONAIS DE DEAMS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para obtenção do título de Mestre, sob a orientação da Professora Doutora Sabine Mantuan dos Santos Coutinho

VITÓRIA

2022

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de
Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

L555e Lemos, Mariana Schubert, 1996-
Entre os saberes populares e formais : Representações sociais
de gênero e violência de gênero entre profissionais de Deams
/ Mariana Schubert Lemos. - 2022.
171 f. : il.

Orientadora: Sabrine Mantuan dos Santos Coutinho.
Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal
do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Representações sociais. 2. Estudos feministas. 3.
Delegacias da mulher. 4. Violência contra as mulheres. I.
Coutinho, Sabrine Mantuan dos Santos. II. Universidade Federal
do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III.
Título.

CDU: 159.9



Secretaria Integrada de Programas de Pós-Graduação
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO CURSO DE Mestrado em Psicologia do Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo - ATA Nº 415 – 15/12/2022

Aos quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, às 9h, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelos Professores Doutores: Maria Cristina Smith Menandro, Presidente da Comissão - (UFES), Maria de Fátima de Souza Santos - (UFPE), e Rebeca Valadão Bussinger - (UFSB), ambas Examinadoras Externas; para a sessão pública da defesa de dissertação de Mestrado de **MARIANA SCHUBERT LEMOS**, que fora orientada pela professora doutora: Sabrine Mantuan dos Santos Coutinho. A dissertação intitulada: **“Entre os saberes populares e formais: representações sociais de gênero e violência de gênero entre profissionais de Deams”**. Realizada a arguição, a defesa foi dada por encerrada e os membros da Banca, reunidos, decidiram pela **APROVAÇÃO** da aluna. Por fim, a presidente da sessão alertou que a aluna somente terá direito ao título de Mestre após o envio do PDF da versão final de sua dissertação à Secretaria Integrada de Programas de Pós-Graduação, bem como o artigo da dissertação e os demais pré-requisitos da titulação do programa. Nada mais havendo a acrescentar, eu, Prof^a. Dr^a. Cristina Smith Menandro, presidente da sessão, lavrou, a presente ata que vai com as devidas assinaturas (De acordo com a Portaria Normativa no 08 da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação/UFES de 01 julho de 2021, membros de banca externos à UFES que não atuam como docentes permanentes ou colaboradores nos Programas de Pós-Graduação da UFES estão dispensados da obrigatoriedade de assinatura digital da ata. Caso o membro externo não assine a ata e, sendo o Coordenador o responsável final pela realização da banca, a assinatura do Coordenador via Lepisma assegura a legitimidade necessária do documento).

Profa. Dra. Maria Cristina Smith Menandro (UFES)
Presidente da Comissão

Profa. Dra. Maria de Fátima de Souza Santos (UFPE)
Examinadora Externa

Profa. Dra. Rebeca Valadão Bussinger (UFSB)
Examinadora Externa

Secretaria Integrada de Programas de Pós-Graduação – SIP
Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo; situada à Av. Fernando Ferrari, 514,
Goiabeiras - 29075-920 – Vitória/ES. Tel.: (27) 4009-2524 – sip.ufes2@gmail.com – www.secretaria.cchn.ufes.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
MARIA CRISTINA SMITH MENANDRO - SIAPE 1188489
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Psicologia em exercício
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Psicologia - PPGP/CCHN
Em 15/12/2022 às 12:49

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/622675?tipoArquivo=O>

Documento assinado digitalmente
gov.br MARIA DE FATIMA DE SOUZA SANTOS
Data: 10/01/2023 15:02:20-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Documento assinado digitalmente
gov.br REBECA VALADAO BUSSINGER
Data: 19/01/2023 16:34:14-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

SUMÁRIO

Agradecimentos.....	8
Resumo.....	9
Abstract.....	11
Lista de Abreviaturas e Siglas	13
Lista de Figuras.....	14
Lista de Tabelas.....	15
Apresentação	16
1. Introdução	19
1.1. Feminismo: Movimentos e Teorias	20
1.2. Gênero	23
1.3. Violência de gênero e a criação de Deams.....	27
1.4. A Teoria das Representações Sociais e suas contribuições para o estudo dos fenômenos de gênero e violência de gênero.....	34
2. Objetivos	43
2.1. Objetivo Geral	43
2.2. Objetivos Específicos.....	43
3. Método	44
3.1. Participantes	44
3.2. Instrumentos de coleta de dados	45
3.3. Procedimentos éticos	46
3.4. Análise de riscos e benefícios.....	46
3.5. Procedimentos de coleta de dados	47
3.6. Procedimentos de análise dos dados	48
4. Resultados.....	51
4.1. Caracterização do quadro pessoal das Deams.....	52
4.2. Caracterização dos participantes da pesquisa.....	52
4.3. <i>Corpus 1</i> – Os discursos sobre as situações hipotéticas.....	54
4.4. <i>Corpus 2</i> – Discursos presentes nas entrevistas	75
5. Discussão: Representações sociais e práticas de gênero, violência de gênero e outras intersecções nas Deams.....	90
5.1. Gênero	91

<i>5.1.1. O que é e como se constrói uma compreensão sobre gênero?</i>	91
<i>5.1.2. Relação entre o conhecimento sobre o gênero e as práticas no contexto das Deams</i>	99
5.2. Violência de gênero	108
<i>5.2.1. O que se entende por violência de gênero, quais são suas causas, a quem ela impacta e de que forma?</i>	108
<i>5.2.2. Relação entre o conhecimento sobre violência de gênero e práticas no contexto das Deams</i>	126
6. Considerações finais	138
Referências	144
Apêndices	164
Apêndice A - Informações Sociodemográficas	164
Apêndice B – Vinhetas	165
Apêndice C - Roteiro de entrevista semiestruturada	168
Apêndice D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	169
Apêndice F – Carta-convite aos profissionais	171

Agradecimentos

Ao meu pai e à minha mãe, por todo o amor e apoio incondicional durante essa trajetória e por apostarem no meu crescimento sempre. Ao meu companheiro, Ítalo, pelo amor, carinho, cuidado e paciência, e por acreditar em mim. Aos meus irmãos, pela fraternidade na vida e na fofoca, mesmo com a distância física. E aos meus avós, tios e primas, pela torcida e positividade. À Marina, irmã que a vida me deu, pelas caminhadas da vida e por cuidar de mim quando precisei. À Gata e à Mimica, por me distraírem com suas aventuras felinas quando eu precisei. Em especial à Gata, que, no meio desse percurso, infelizmente, virou apenas uma saudade a qual serei eternamente grata pela existência. E à Okibe, cujas lembranças sempre me alegam e me ajudam nos meus momentos mais difíceis.

À minha orientadora, Sabrine, que me guiou gentilmente nesse percurso e sempre fortaleceu meu trabalho e crescimento acadêmico. Obrigada pela compreensão e disponibilidade sempre.

Às minhas parceiras do mestrado, em especial meu time dos sonhos, Bia, minha dupla de tema, lazeres e podcasts de sofrimentos das mestrandas, e Isa, pela parceria de vida e acadêmica. E à Andreza e à Ana Carolina que, apesar de serem de outros grupos de estudo, estiveram próximas no compartilhamento de torcidas e sorrisos.

Às professoras Mariana Bonomo, pelo cuidado com este trabalho na qualificação; Rebeca Valadão Bussinger, pelo zelo na qualificação e por ter aceitado contribuir mais uma vez na banca de Defesa; Maria Cristina Menandro e Fátima Santos, por se disponibilizarem a participar da banca de Defesa, contribuindo com esse trabalho.

Às delegadas responsáveis pelas Deams que foram campos para essa pesquisa e aos profissionais entrevistados. Sem vocês, esse trabalho não seria possível, obrigada por compartilharem suas experiências e conhecimentos.

À Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Fapes), pela bolsa de mestrado concedida.

Resumo

Na sociedade, gênero é uma forma de organização das relações sociais, que se constrói de forma desigual entre homens e mulheres. Mesmo com diversas conquistas alcançadas, as mulheres continuam a sofrer consequências dessas distinções, que frequentemente levam a situações de violência de gênero. Diversas leis, documentos nacionais e internacionais e órgãos da rede de enfrentamento são construídos no intuito de enfrentar essa realidade, e dentre estes estão as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Deams). Nesse cenário, encontra-se uma problemática. Por um lado, os profissionais que trabalham nas Deams servem ao enfrentamento à violência de gênero. Por outro, estão inseridos nessa cultura patriarcal, que perpetua a desigualdade de gênero. Assim, utilizando como fundamentação a Teoria das Representações Sociais (TRS), a presente pesquisa pretendeu investigar as representações sociais (RS) de gênero e de violência de gênero entre profissionais de Deams de um município do Sudeste e de um município do Nordeste do Brasil, bem como identificar suas práticas cotidianas frente a tais casos de violência. Para isso, este estudo coletou os dados utilizando vinhetas de situações hipotéticas e entrevista semiestruturada, além das informações sociodemográficas, com 15 participantes. Os dados foram separados em dois *corpora*, um com as respostas provenientes da situação hipotética (*corpus 1*) e o outro com as repostas ao roteiro de entrevista semiestruturado (*corpus 2*). Os *corpora* foram submetidos ao *software* Iramuteq e analisados a partir da Análise Hierárquica Descendente (CHD) e da Análise Fatorial de Correspondência (AFC). O *corpus 1* gerou seis classes e o *corpus 2* resultou em quatro classes, sendo os *corpora* analisados em conjunto na discussão. Os resultados do presente estudo apontaram RS de gênero pautadas em um dualismo de base biológica em coexistência com uma perspectiva a favor da igualdade de gênero e do rompimento da rigidez dos papéis para homens e mulheres na sociedade. As compreensões de gênero dos profissionais foram

embasadas principalmente em um saber popular, construído ao longo da vida, apesar das interferências de saberes formais (a exemplo de graduações, cursos etc.), e orientam suas práticas profissionais. As RS de violência de gênero identificadas destacaram tanto elementos culturais, por exemplo, a cultura machista/patriarcal, quanto individuais, como agressividade, ciúmes, uso de álcool, como causas/motivações da violência, além de sinalizarem diferenças nos contextos de violência a depender de questões como raça, classe social, maternidade etc. As RS de violência de gênero dos profissionais apareceram ligadas tanto a saberes formais, principalmente relacionadas às normas técnicas e jurídicas sobre o trabalho na Deam e a conhecimentos adquiridos em capacitações, como também ao do senso comum. Ademais, as práticas frente a casos de violência de gênero apresentaram-se ligadas a esses dois tipos de conhecimentos. Os resultados reforçaram a hipótese da polifasia cognitiva e do conhecimento híbrido. Considera-se que os resultados apontaram para a presença de discussões em relação a gênero e violência, em um contexto machista da sociedade, para os profissionais de Deam. Ressalta-se a importância de capacitações desses profissionais, que vão além dos procedimentos legais do trabalho na Deam, mas com foco também em um acolhimento que leve em conta as questões da desigualdade de gênero para que possam contribuir na desconstrução de uma sociedade machista e, assim, combater a violência de gênero, trabalhando também como um órgão educativo e preventivo nesse sentido.

Palavras-chave: Gênero. Violência de Gênero. Representações sociais. Teoria das Representações Sociais. Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher.

Abstract

In society, gender is a category of organization of social relationships constructed unequally between men and women. Despite several achievements, women continue to suffer the consequences of these distinctions, which often lead to gender violence. Several laws, national and international documents, and gender violence prevention networks are built to prevent this reality, and among these, there are the Specialized Police Stations for Assistance to Women (Deams). In this scenario, there is a problem. On the one hand, the professionals who work in the Deams serve to combat gender violence. On the other hand, they are in this patriarchal cultural context, which perpetuates gender inequality. Thus, through the theoretical framework of the Theory of Social Representations (STR), this research intended to investigate the social representations (SR) of gender and gender violence among Deams professionals from a city in southeast and a city in northeast of Brazil, as well as identifying their daily interactions working with cases of gender violence. This study collected data by using vignettes of hypothetical situations and semi-structured interviews, and sociodemographic data, with 15 participants. Data were separated in two corpora, one with responses from the hypothetical situation (corpus 1) and the other with responses to the semi-structured interview script (corpus 2). The corpora were submitted to the Iramuteq software and analyzed by Descending Hierarchical Analysis (DHA) and Factor Correspondence Analysis (FCA). Corpus 1 generated six classes and corpus 2 resulted in four classes, the corpora were analyzed together in the discussion. The results of the present study pointed to SR of gender based on a biological dualism in coexistence with a perspective in favor of gender equality and breaking the rigidity of roles for men and women in society. The professionals' gender understandings were mainly based on popular knowledge, built throughout life, despite the interference of formal knowledge (such as courses, training, etc.), and guide their professional practices. The SR of gender violence identified highlighted both cultural elements, for example, the sexism/patriarchal culture, and individual elements,

such as aggressiveness, jealousy, and alcohol use, as causes/motivations of the violence, furthermore signalized differences in the contexts of violence depending on issues such as race, social class, motherhood, etc. The professionals' SR of gender violence seemed to be linked both to formal knowledge, mainly related to technical and legal norms about working at Deam, and to knowledge acquired in training, as well as to common sense. Also, practices in cases of gender violence were linked to these two types of knowledge. The results reinforced the hypothesis of cognitive polyphasia and hybrid knowledge. It is considered that the results aimed at the presence of discussions regarding gender and violence, in a sexist context society, among Deam professionals. The importance of training these professionals is highlighted, which means to train beyond the legal procedures of work at Deam, but also to focus on a reception that considers the issues of gender inequality so that they can contribute to the deconstruction of a sexist society and, thus to combat gender violence, also working as an educational and preventive institution.

Keywords: Gender. Gender violence. Social Representations. Social Representations Theory. Specialized Police Stations for Assistance to Women.

Lista de Abreviaturas e Siglas

AFC - Análise Fatorial de Correspondência

BO - Boletim de Ocorrência

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa

CFP – Conselho Federal de Psicologia

CHD - Classificação Hierárquica Descendente

Deam – Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher

IML - Instituto Médico Legal

ONU - Organização das Nações Unidas

PNSPDS - Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social

Renaesp - Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública

RS - Representações sociais

Sup. – Ensino Superior

ST - Segmentos de Texto

STJ - Supremo Tribunal de Justiça

Susp - Sistema Único de Segurança Pública

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TRS - Teoria das Representações Sociais

UCE - Unidades de Contexto Elementar

WHO - *World Health Organization*

LGBTQIPA+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Transgêneros/Travestis,
Queer, Intersexual, Assexual, Pansexual

Lista de Figuras

Figura 1 - Dendrograma do <i>Corpus 1</i> – as etapas de processamento	55
Figura 2 - Dendrograma do <i>Corpus 1</i> - as classes	56
Figura 3 - Análise Fatorial de Correspondência (AFC) do <i>Corpus 1</i> – formas	72
Figura 4 - Análise Fatorial de Correspondência (AFC) do <i>Corpus 1</i> – variáveis.....	74
Figura 5 - Dendrograma do <i>Corpus 2</i> – as etapas de processamento	75
Figura 6 - Dendrograma do <i>Corpus 2</i> - as classes	76
Figura 7 - Análise Fatorial de Correspondência (AFC) do <i>Corpus 2</i> – formas	87
Figura 8 - Análise Fatorial de Correspondência (AFC) do <i>Corpus 2</i> – variáveis.....	89

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Construção da linha de comando	49
Tabela 2 - Quadro de Pessoal Deam/Sudeste	52
Tabela 3 - Quadro de Pessoal Deam/Nordeste	52
Tabela 4- Caracterização dos profissionais.....	53
Tabela 5 - Formas significativas da Classe 6 do <i>Corpus 1</i>	59
Tabela 6- Formas significativas da Classe 5 do <i>Corpus 1</i>	61
Tabela 7 - Formas significativas da Classe 1 do <i>Corpus 1</i>	64
Tabela 8 - Formas significativas da Classe 4 do <i>Corpus 1</i>	67
Tabela 9 - Formas significativas da Classe 3 do <i>Corpus 1</i>	69
Tabela 10 - Formas significativas da Classe 2 do <i>Corpus 1</i>	71
Tabela 11 - Formas significativas da Classe 1 do <i>Corpus 2</i>	78
Tabela 12 - Formas significativas da Classe 3 do <i>Corpus 2</i>	81
Tabela 13 - Formas significativas da Classe 2 do <i>Corpus 2</i>	83
Tabela 14 - Formas significativas da Classe 4 do <i>Corpus 2</i>	85

Apresentação

Escolher um tema de pesquisa não é fácil. Em meio a tantos fenômenos e teorias, escolher uma ideia que marcará sua trajetória acadêmica sendo a temática de sua dissertação de Mestrado, parece mais difícil ainda. Essa escolha não vem “do nada” e implica uma série de histórias. Longe de mim acreditar na obsoleta ideia do cientista neutro (este homem branco neutro) há muito tempo desacreditada. Assim, “quem é Mariana?” e o que pesquisar as representações sociais de gênero e de violência de gênero entre profissionais de Deams tem a ver comigo? Vou começar a contar essa história a partir da graduação, apesar de saber que, muito provavelmente, começou ainda antes disso.

Durante minha graduação em Psicologia na Universidade Tiradentes, sempre me interessei pela relação sujeito-sociedade e pelo modo como estão em constante tensão, ora afetando, ora sendo afetado, de forma mútua, o que me levou a aproximar-me dos saberes da Psicologia Social desde que cursei essa disciplina, a qual permitiu meu primeiro encontro com a Teoria das Representações Sociais.

Mais tarde no curso de Psicologia, comecei meu primeiro estágio extracurricular em uma Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (Deam), no qual tive um contato diário com mulheres em situação de violência doméstica por quase um ano. Ao mesmo tempo em que eu estava lá para apoiar como acadêmica no enfrentamento à violência doméstica, essas mulheres me possibilitaram diversos ensinamentos sobre esse tal enfrentamento pelo qual pediam (e às vezes imploravam). Elas me ensinaram que, apesar de serem todas mulheres (nunca atendi um homem que sofreu de violência de gênero enquanto estava na Deam, apesar de saber da existência desse fato), suas experiências nessa situação vão além do marcador de gênero. Desde mulheres que faziam a denúncia acompanhadas por um (a) ou uma equipe de advogados, sabendo os caminhos do processo, até mulheres que demoraram muito tempo para conseguirem denunciar porque não tinham como comprar a passagem de ônibus, muito menos

um lugar para ir após denunciar, a não ser voltar para a prisão a qual deveriam chamar de lar. Acho que nesse ponto que a teoria interseccional tem a contribuir com essa pesquisa, de modo que vejo a importância de pensar as opressões de gênero, raça, classe, orientação sexual, maternidade, e outros eixos, de forma interligada.

Além disso, aprendi muito ouvindo as opiniões dos (as) profissionais dessas políticas públicas. Eles também percebiam diferentes experiências dessas mulheres, de modo que uma vez ouvi um colega falar “ela é independente financeiramente e rica, como ela é vulnerável? Essa mulher não é vulnerável”. Outras horas, as mulheres eram colocadas no polo de vítimas desamparadas. Algumas, encaminhadas para uma mediação de conflitos. Outras, para o exame de corpo e delito. Outras, para o processo de investigação policial. Como essas diversas “ideias” que os profissionais têm sobre as mulheres e homens e sobre a violência afetam seu trabalho? Como essas práticas tinham relação com a ideia que esses policiais tinham de gênero e da violência de gênero? Isso me instigava e encontrei na Teoria das Representações Sociais uma base para investigar esses fenômenos.

Saí desse estágio no final de 2017; pouco depois, as disputas políticas que polarizaram o país ficaram cada vez mais acirradas, de modo que afetaram nossas políticas de educação e até de saúde pública, mesmo em uma crise de pandemia no ano de 2020. Nesses períodos de crise, fiquei ainda mais atenta aos fenômenos de representações sociais em evidência. A própria palavra gênero, principalmente a partir desse contexto, ganha mais força como sendo uma ideologia que se impõe contra “a moral e bons costumes”. E entendo que gênero implica mesmo em questões ideológicas! Mas diferentemente da ideia que o associa ao medo de destruição das concepções ‘naturais’ de homem e mulher e de família, entendo que há discursos que mantêm e naturalizam formas desiguais de ser homem e mulher em nossa sociedade, com o privilégio e poder do primeiro em detrimento da segunda. Dessa forma, com minha investigação busquei reiterar meu compromisso ético e político com a Psicologia, pensando o fenômeno da violência

contra as mulheres a partir de uma posição dos direitos humanos e também levando em consideração as pluralidades de mulheres. Entendo que a ciência e política nunca estiveram separadas e me coloco junto à educação e à transformação nesse embate contra todas as formas de opressão.

1. Introdução

Os estudos de gênero eclodiram dentro das perspectivas feministas a partir de uma visão crítica à ideia de mulher universal, ampliando o entendimento, então, para uma perspectiva de relação entre os gêneros (Nogueira, 2017). Por esse enfoque, podemos compreender gênero como uma categoria de análise histórica constituída pelas desigualdades percebida entre os sexos e a organização social dessas diferenças nas relações de poder, em contraposição a uma perspectiva biologizante (Scott, 1988/1995).

Nesse quadro, podemos entender que, apesar dos diversos avanços conquistados a partir das lutas feministas, como o direito ao voto e à educação, a disparidade entre os gêneros continua a se perpetuar na vida pública e privada. Assim, o feminismo preocupou-se em denunciar também as desigualdades sofridas pela mulher no âmbito doméstico, que em muitos casos, culminam em violência. Portanto, apesar de ser compreendida como um problema de esfera privada, a literatura aponta que a violência doméstica é também vista como uma questão de âmbito político, de segurança pública, jurídico, educacional, saúde pública e social (Guimarães & Pedroza, 2015; Nogueira, 2017).

Os movimentos feministas contribuíram para a criação de direitos, leis e serviços voltados ao atendimento de mulheres em situação de violência doméstica. Dentre estes, houve a criação das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Deams). Estudos indicam que, apesar dos avanços legislativos, há diversos problemas na implementação dessas leis, que vão desde a infraestrutura precária das delegacias à necessidade de capacitação de profissionais (Cortez, 2012).

Diante disso, para além da existência da rede, é fundamental discutirmos como se dá o entendimento sobre gênero por parte dos profissionais das Deams que, se por um lado, estão trabalhando no enfrentamento da violência contra a mulher, por outro, estão permeados por essa cultura que perpetua as desigualdades entre homens e mulheres. Nesse cenário, colocamos

algumas questões: Qual a compreensão de gênero e de violência contra a mulher entre profissionais que atuam em Deams? Tais compreensões interferem nos atendimentos por eles prestados? De que maneira?

Partindo dessas indagações, pretendemos na presente pesquisa explorar as representações sociais de gênero e de violência de gênero entre profissionais de Deams de um município do Sudeste e de um município do Nordeste do Brasil, bem como seus posicionamentos e práticas frente a tais casos de violência, fundamentando-se, para tanto, na Teoria das Representações Sociais (TRS), fundada por Moscovici, e nos estudos feministas e de gênero.

1.1. Feminismo: Movimentos e Teorias

O Feminismo se constitui como um movimento político e teórico que se iniciou com a luta das mulheres contra as desigualdades. Podemos compreender a história e as reivindicações feministas em ondas, que representam sua pluralidade de teorias e lutas políticas. É importante frisarmos desde o início que essa divisão do feminismo em ondas tem a finalidade de ressaltar sua diversidade, não de o reduzir apenas em momentos históricos diferentes (Nogueira, 2017).

A primeira onda feminista, referida como iniciada de forma organizada no Ocidente no final do século 19, tem como uma de suas principais lutas o direito ao voto, à educação e à atividade profissional, visando a melhoria das condições das mulheres (Louro, 1997/2014; Nogueira, 2017). No Brasil, o direito ao voto foi conquistado pelas mulheres apenas em 1932 e o direito a trabalhar pelas mulheres casadas, sem a exigência de permissão do marido, somente em 1962 (Brasil, 1932; 1962). Galinkin e Ismael (2013) ressaltam a Constituição de 1988 como um marco para igualdade jurídica entre homens e mulheres no Brasil, no entanto, sinalizam que apesar dos diversos avanços das leis, ainda há necessidade de *incorporação* destas enquanto valores sociais.

Nesse panorama, a segunda onda feminista, cujo desenvolvimento teve início no final da década de 1960, pautou-se também em questões políticas e sociais, porém, além de uma reivindicação das mulheres para alcançarem o estatuto de cidadãs, há a preocupação também com a política interpessoal, pois apesar de conquistas jurídicas, as mulheres continuam com tratamento desigual tanto na vida pública como na privada, dentro de suas próprias famílias (Nogueira, 2017). Além disso, esta onda se caracteriza por uma efervescência teórica e o fortalecimento do feminismo negro (Louro, 1997/2014; Nogueira, 2017).

Nessa perspectiva, autoras estadunidenses como bell hooks (1981/2020) e Angela Davis (1981/2016) ressaltam que as opressões vivenciadas por mulheres negras e de classe trabalhadora se diferenciam da experiência de mulheres brancas de classe média e alta, indicando a importância de compreender a opressão de gênero articulada com raça e classe. O feminismo negro no Brasil, consolidado no início dos anos 1980, apresenta discussões também nesse sentido (Ribeiro, 2018). Djamila Ribeiro (2018), jornalista e filósofa brasileira, expõe que a discriminação sofrida por mulheres negras é fruto da herança escravocrata, sexista, racista e classista do Brasil, apontando o alto índice de violência e abuso sexual cometido contra mulheres negras como resultados dessas opressões.

Assim, o feminismo negro iniciou o processo de discutir a interseção das opressões antes ainda da popularização do termo “interseccionalidade”, originado por Kimberlé Crenshaw, para debater as interações das opressões de gênero, raça, classe e outras (Costa & Anjos, 2019; Ribeiro, 2018). Desse modo, podemos apontar o feminismo negro como um dos movimentos que subverteu a concepção de “mulher” que vinha sendo trabalhada enquanto uma categoria universal, a partir das vivências e demandas de mulheres brancas, burguesas e de classe média. Após a chamada “crise de gênero da segunda onda”, a terceira onda abrangeu uma maior complexidade cultural no entendimento da opressão, agora abarcando também

classe e raça, tendo a perspectiva da interseccionalidade como um dos principais efeitos desta onda (Nogueira, 2017).

Além do feminismo negro, outras visões também subverteram as concepções de gênero e mulher. Gayle Rubin (citada por Piscitelli, 2009) apontou em sua dissertação, além da questão da exploração econômica sob os corpos das mulheres, o tabu da homossexualidade como primário na sociedade e o sistema gênero-sexo como eixo de discriminação. Assim, lançou a compreensão de que não apenas as mulheres heterossexuais sofrem opressões, mas também outras pessoas de minorias sexuais. Também em análise da questão das minorias, Monique Wittig lança crítica à sociedade heteronormativa, a qual concebe apenas um sexo existente, o da mulher (essa heterossexual), pois homem é considerado o neutro pela sociedade e a lésbica transcende a categoria de mulher, constituindo-se como um terceiro sexo, uma vez que na concepção da autora “mulher” é significada dentro das relações heteronormativas (Butler, 1990/2017).

Na academia, após a terceira onda, houve um aumento rápido nos estudos feministas, porém, não cresceu na mesma velocidade no campo da Psicologia, de acordo com Jesus e Galinkin (2015). Nesse mesmo sentido, autoras apontam também um baixo impacto dessa vertente na psicologia, sinalizando, inclusive, o uso dos termos gênero e sexo como sinônimos ou sem o uso de uma perspectiva crítica. Ainda assim, os estudos de gênero conseguiram ser acolhidos na Psicologia Social no Brasil, uma vez que essa disciplina já abarca um campo crítico que favorece essa aproximação (Santos et al., 2016).

Nesse cenário, Nogueira (2017) ressalta a importância de as pesquisas em psicologia utilizarem uma compreensão de gênero de forma crítica, e menciona Wekker (2004) para dar base a sua defesa de uma terceira onda feminista que abarque o entendimento das diferenças no processo de globalização, quebre os limites teóricos e metodológicos das disciplinas, e compreenda as diversas formas de opressão, sendo assim, transnacional, transdisciplinar e

interseccional. Nesse posicionamento, a autora advoga uma Psicologia que trabalhe criticamente nos pontos de teoria, pesquisa, movimentos sociais e políticos (Nogueira, 2017).

No presente trabalho, temos uma maior aproximação com as ideias trazidas pela terceira onda feminista, sobretudo na compreensão de gênero alinhado a outros eixos de opressão (como etnia, classe, nacionalidade, sexualidade, etc.), sem, no entanto, deixar de lado as contribuições das outras ondas feministas, assim como assinala Nogueira (2017).

Visualizarmos esse histórico é importante para compreendermos como as noções de gênero e de violência de gênero tornam-se complexas e multifacetadas, uma vez que essa pluralidade demonstrada nas ondas não se reduz a fatos históricos, mas indica uma emergência de diferentes vivências e necessidades de diferentes mulheres, cis, trans ou não binária, de diferentes sexualidades, idades, classes sociais, raças e outras interseções de análise que estão imbricadas no entendimento de gênero e na sua relação com a violência de gênero, que afeta de formas diferentes as amplas possibilidades de gêneros e sua interseções.

1.2. Gênero

O conceito de gênero abrange diversos entendimentos e formulações. Em meados do século 20, o feminismo acadêmico começou a utilizá-lo em alusão às diferenças nas construções sociais para homem e para mulher, dissociando-o do sexo, este entendido em termos biológicos (Galinkin & Ismael, 2013). Nesse sentido, o sexo está ligado a características físicas, biológicas, fisiológicas, hormonais e reprodutivas. Gênero, por outro lado, está ligado às elaborações culturais e históricas sobre o sexo (Strey, 1998/2013).

Desde a década de 1930, estudos antropológicos já indicavam uma variação na construção dos papéis sociais definidos para os sexos, ocorrendo uma variação nas diferentes sociedades do que se concebe enquanto "homem" e "mulher" (Galinkin & Ismael, 2013; Strey, 1998/2013). Nessa época, Margaret Mead publicou suas obras "Sexo e Temperamento" e

"Macho e Fêmea", nas quais sinalizou que os papéis sociais de homem e mulher em sociedades da Melanésia se diferenciavam dos norte-americanos (Galinkin & Ismael, 2013).

Para outras estudiosas feministas, como Saffioti (1999), os primórdios dessa perspectiva que desvincula gênero de uma designação biológica têm sua consolidação na obra de Simone Beauvoir, "O Segundo Sexo", na qual a autora propôs que "mulher" é uma experiência elaborada socialmente e não uma essência inata. Desse modo, apesar de ainda não utilizar o termo "gênero", o escrito de Beauvoir (1949/2016) contestou as definições da mulher em termos biológicos, reivindicando que a biologia não é o destino, ou seja, não pode servir como justificativa à opressão vivenciada pelas mulheres dentro do patriarcado, em que coloca a mulher como o "Outro" e submissa, em contrapartida do homem enquanto sujeito universal e superior.

Posteriormente, gênero enquanto conceito foi formulado no campo médico por Money et al. (1955, citados por Money, 1973) em seus estudos sobre "hermafroditismo"¹ e intersexo, definindo pela primeira vez "papéis de gênero" para designar comportamentos públicos e observáveis de gênero com o objetivo de criar classificações de homossexualidade, "transexualismo" e "transvestismos" no campo biomédico. Também na medicina, o psicanalista Stoller trabalhou gênero dentro do conceito de identidade de gênero, referindo-se aos sentimentos internos (Newman & Stoller, 1968; Money, 1973; Saffioti, 1999). Newman e Stoller (1968) partiam de um viés psicanalista e heteronormativo, na qual o padrão de normalidade não concebia ambiguidades. Dessa forma, Newman e Stoller (1968), assim como Money (1973), trabalhavam com uma visão patologizante sobre gênero, de forma que as pessoas tinham de atender a uma norma de gênero/sexo para serem consideradas "normais".

¹ O sufixo "ismo" é utilizado para doenças e foi mantido para preservar as ideias dos autores que patologizavam corpos e identidades que não se encaixavam no binarismo sexual.

Em contrapartida, a definição de gênero dentro dos estudos feministas é sintetizada por Scott (1988/1995) com outro olhar, concebendo-a como uma categoria de análise histórica constituída pela diferença percebida entre os sexos e a organização social dessas distinções nas relações de poder, não por um determinismo biológico e essencializante. Nessa perspectiva, a autora sugere uma desconstrução da distinção entre os sexos a partir de uma compreensão histórica dessas categorias em oposição às noções estáticas e binárias, conceituando gênero da seguinte forma:

Minha definição de gênero tem duas partes e diversas subconjuntos, que estão interrelacionados, mas devem ser analiticamente diferenciados. O núcleo da definição repousa numa conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre a mudanças nas representações do poder, mas a mudança não é unidirecional. (Scott, 1988/1995, p. 86)

Nesse esquema, gênero envolve ainda quatro elementos interligados e indissociáveis. O primeiro refere-se aos símbolos culturais, por exemplo Eva e Maria, no cristianismo, e outros, os quais, inclusive, podem conter tensionamentos em seus significados, como por exemplo, a mulher como pura e ao mesmo tempo pecadora. Segundo, às interpretações binárias e normativas desses símbolos que são determinados através das instituições religiosas, educacionais, científicas e jurídicas. O terceiro elemento se dá no entendimento das construções de gênero de forma abrangente, incluindo parentesco, mercado de trabalho, educação e sistema político. Por último, identidade subjetiva, na qual é colocada como um substantivo em diversas teorias, como por exemplo na psicanálise, como se uma vivência universal constituísse os gêneros e suas relações. Nesse viés, a autora entende as categorias

mulher e homem enquanto vazias e sem significado fixo, apontando o conceito de gênero articulado com classe e raça, a partir das mudanças sociais e políticas (Scott, 1988/1995).

Outra formulação de gênero é o da corrente *queer*, que tem Butler² como uma das principais representantes. Nessa visão, há uma quebra das noções estáveis e normativas das categorias de gênero e sexo. Como apontado por Austin (1990, citado por Galinkin & Ismael, 2013) e Bento (2008/2017), os modelos de performance de gênero são impostos desde a declaração do sexo do bebê que irá nascer. Nesse sentido, as identidades à margem passam a ser *queer* (estranhas) (Bento, 2006, citada por Galinkin & Ismael, 2013; Bento, 2008/2017), a exemplo das identidades transgêneros, transexuais e outras experiências de gênero que subvertem as categorias normativas de sexo, gênero e sexualidade (Galinkin & Ismael, 2013; Bento, 2008/2017).

Nessa posição, Butler (1990/2017) afirma que “a unicidade de sexo e gênero são sempre considerados como ficções reguladoras que consolidam e naturalizam regimes de poder convergentes de opressão masculina e heterossexista” (p. 70). Nesse panorama, a autora entende sexo não como um dado verdadeiro e absoluto, mas como uma performance e que, a partir do descolamento dessa ideia naturalizada de sexo, é possível subverter as performances de gênero baseadas pela hegemonia masculina e heteronormatividade (Butler, 1990/2017).

Em suma, no presente trabalho nos afastamos das noções patologizantes de gênero, como as trazidas por Newman e Stoller (1968) e Money (1973), e reconhecemos a importância das diferentes noções de gênero dos estudos feministas, estudos de gênero e *queer*; entretanto, dada a necessidade de delimitação, temos um encontro mais próximo com o entendimento de Scott (1988/1995).

² Há controvérsias sobre Butler ser considerada uma autora “queer”, uma vez que a mesma não se autodefine por essa nomenclatura, e suas contribuições vão além dos estudos de gênero.

1.3. Violência de gênero e a criação de Deams

A violência de gênero é um fenômeno complexo e multifacetado, cuja visibilidade tem crescido nos últimos anos, apesar de não ter origem recente (Guimarães & Pedroza, 2015). Nessas discussões, a violência doméstica, a violência contra a mulher e a violência conjugal são frequentemente confundidas. Esses conceitos estão correlacionados, porém, possuem suas peculiaridades (Araújo, 2008; Minayo, 2006).

A violência de gênero é entendida de forma ampla, referindo-se a qualquer forma de violência com base em sexo, sexualidade e identidade de gênero, o que inclui a violência contra a mulher e, especificamente, a cometida por parceiros íntimos (Sardenberg & Tavares, 2016/2020). Por ocorrer em grande parte no âmbito privado, esse tipo de violência também é nomeado de violência doméstica, violência familiar e violência conjugal contra a mulher (Miura et al., 2018; Sardenberg & Tavares, 2016/2020). Segundo Miura et al. (2018), é preponderante o uso do termo violência doméstica para referir-se à violência de gênero e violência contra mulher, o que demonstra que, apesar de suas diferenciações, esses termos são frequentemente utilizados como sinônimos.

No Brasil, esse fenômeno ganhou destaque nos anos 1970. Ainda nessa década, os homens que praticavam violência contra suas companheiras eram frequentemente absolvidos de suas penas ao alegarem “legítima defesa de honra”, o que levou à manifestação dos movimentos feministas com o slogan “quem ama não mata”, com o intuito de dar visibilidade a essas ocorrências e cobrar amparo por parte do estado (Barsted, 2016/2020; Sardenberg & Tavares, 2016/2020). Nesse quadro, é importante destacarmos a complexidade desse tipo de violência, necessitando ser compreendida de forma multifatorial e articulada com entendimento da desigualdade de gênero e da opressão das mulheres que a naturaliza e a banaliza (Acosta et al., 2013; Bandeira, 2014; Guimarães & Pedroza, 2015).

Nesse sentido, alguns documentos marcam a conquista do reconhecimento da importância de lutar contra esse fenômeno, como a Convenção de Belém do Pará, de 1994 (Organização dos Estados Americanos, 1994), a qual concebe, em artigo 1º, violência contra mulher como "qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada". Ainda na esfera legal, o Brasil também é signatário da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher da Organização das Nações Unidas (ONU, 1979), que tem como base os Direitos Humanos.

Para além dos debates jurídicos e de segurança pública, a violência de gênero é compreendida também como uma questão de saúde pública global reconhecida pela *World Health Organization* (WHO, 2005). A WHO (2005) também associa a gravidade e a complexidade do fenômeno pelo fato de ser visto como natural, principalmente quando ocorrido no contexto doméstico. Na Psicologia, o Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2013) lançou em 2013 o documento de Referências Técnicas para a Prática de Psicólogas (os) em Programas de atenção à mulher em situação de Violência. No entanto, somente em 2020 estabeleceu normas de exercício profissional da psicologia em relação à violência de gênero, entendida de forma ampla, não restrita ao sexo biológico. Nesse sentido, o psicólogo deve acolher a mulher independentemente de ela ser transgênero, travesti, cisgênero ou não-binária (CFP, 2020).

Nessa interface, é importante ressaltarmos que essa desigualdade nas relações de homens e mulheres é indissociável das categorias de raça, etnia, classe, orientação sexual, deficiência e idade (Costa & Anjos, 2019, CFP, 2020). Dados do Atlas da Violência 2021 (Cerqueira et al., 2021) informam que entre 2018 e 2019, a redução de homicídio de mulheres não negras foi de 11,9%, enquanto a de mulheres negras foi de 19,6%. Entretanto, ao fazer a estatística de uma década, parece demonstrar uma desigualdade dessas taxas. Entre 2009 e

2019, os homicídios de mulheres não negras diminuíram em 26,9%, ao passo que os de mulheres negras aumentaram em 2%, sendo que em 2009, o índice de homicídio de mulheres negras já era 48,5% mais alto do que de mulheres não negras e em 2020 essa diferença subiu para 65,8% (Cerqueira et al., 2021)

Vale lembrarmos que o Atlas da Violência 2021 (Cerqueira et al., 2021) não utiliza a categoria feminicídio separada de homicídio; no entanto, alerta para indicação de aumento de feminicídio nos índices de homicídio de mulheres, uma vez que foi constatado que no período entre 2009 e 2019, houve diminuição da taxa de mulheres assassinadas fora de suas residências em 20,6%, enquanto dentro de casa essa taxa aumentou em 10,6%, o que aponta a possibilidade de crescimento de violência doméstica. Além disso, é importante mencionarmos que o percentual de violência dentro de casa sofrido por mulheres é 61% maior do que por homens, o que está atrelada à violência de gênero (Cerqueira et al., 2021).

Nesse cenário, é importante compreendermos a violência de gênero, incluindo a violência doméstica contra a mulher, a partir de uma perspectiva interseccional. Nesse sentido, a ativista e intelectual brasileira Leila Gonzalez afirmava “ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no mais baixo nível de opressão” (González, 1982, p. 97, citada por Costa & Anjos, 2019).

Vale ressaltarmos que segundo os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2020, apesar da redução dessas taxas e de uma diminuição no índice de registros de Boletim de Ocorrência (BO) policial de violência contra a mulher no primeiro semestre da Pandemia da Covid-19, houve aumento de chamadas para o 190, o que pode indicar um crescimento desse tipo de crime, ainda que haja a dificuldade de denunciar (Pimentel & Martins, 2020).

Nessa luta contra a violência contra a mulher, outro marco nacional foi a Lei Maria da Penha, de 2006, que considera “violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação

ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (Brasil, 2006). Nos termos desta lei, podemos sintetizar os tipos de violência em: 1- violência física: aquela que causa danos à saúde física; 2- violência psicológica: aquela que implique em prejuízos emocionais, o que inclui ameaça, chantagem, manipulação, vigilância constante, perseguição, entre outras ações que visem o controle de comportamentos; 3- violência sexual: aquela que implica desrespeito e/ou controle (financeiro ou não) da sexualidade, vida sexual e direitos reprodutivos da mulher; 4- violência patrimonial: aquela em que ocorre a ação de reter ou destruir objetos, documentos ou bens pessoais da mulher; 5- violência moral: aquela que inclui comportamentos difamatórios, caluniosos e de injúria contra a moral da mulher (Brasil, 2006).

Apesar da Lei Maria da Penha incluir todos esses tipos de violência e o índice de violência psicológica ser alto, como mostram os dados (Morgante, 2015; Souza et al., 2018), o que vemos, na prática, é uma dificuldade de reconhecimento de violências que não incluam a agressão física, tanto por parte de quem sofre o ato, como por quem o comete, pelas pessoas ao redor e até pela equipe profissional que lida com essas situações diariamente (Pereira et al., 2013; Siqueira & Rocha, 2019; Souza et al., 2018). É importante ressaltarmos que, além dos diversos prejuízos, incluindo emocionais, que as violências psicológicas, morais e patrimoniais causam, também estão, muitas vezes, presentes em situações de violência física e, de forma mais extrema, o feminicídio (Siqueira & Rocha, 2019).

De qualquer forma, podemos ver como um avanço a lei dar legitimidade à denúncia desses outros tipos de violência; no entanto, ainda precisamos percorrer um caminho para lidar com isso na sociedade. Outro importante ponto dessa lei é dar legitimidade jurídica à criação das Deams como recurso para prevenir e combater a violência contra a mulher, as quais vêm sendo implementadas em diversos municípios brasileiros há mais de duas décadas (Observe, 2010; Santos, 2008).

As Deams foram criadas com o intuito de dar uma resposta aos movimentos feministas e à sociedade no combate à violência de gênero, especificamente ocorrido contra mulher no âmbito doméstico e familiar em uma tentativa de combater o descaso da Justiça, pois estavam fartos da justificativa de crimes "passionais" (Ministério da Justiça, 2010). Em 1985, a primeira Deam do país foi inaugurada, abrindo depois diversas unidades pelo Brasil. Em alguns estados, as Deams funcionam de modo integrado a outras delegacias de grupos considerados vulneráveis, como é o caso da Deam do município do Nordeste em que realizamos nossa pesquisa.

Apesar dessa diferença na composição da Deam do município do Nordeste pesquisado por funcionar de forma acoplada a um complexo, a infraestrutura física e o corpo profissional das Deams são definidas pela Norma Técnica de Padronização das Delegacias de Atendimento às Mulheres. De acordo com essas definições, as Deams devem ter salas separadas para áreas de recepção, de registro, de assistência jurídica, de equipe técnica, de coordenação e de apoio. O quadro pessoal deve ter em sua composição delegados (as), agentes policiais (escrivão/ã ou investigador (a)), pessoal de apoio administrativo e profissionais de serviços gerais, na qual suas quantidades variam de acordo com o número de habitantes dos municípios (Ministério da Justiça, 2010). Apesar dessa normatização, pesquisas demonstram a existência de infraestruturas precárias e um corpo profissional menor do que a demanda dos municípios (Cortez, 2012; Nobre, 2010).

Além desses pontos, outra problemática que as Deams enfrentam é a falta de qualificação dos profissionais que as integram (Sana & Nader, 2014). Blay (2003) e Bandeira (2014) alertam que a falta de capacitação e conscientização dos profissionais das delegacias podem contribuir para a manutenção de um tratamento conforme os padrões machistas, uma vez que esses profissionais fazem parte desta cultura, o que, por vezes, pode levar a uma não aceitação da denúncia. Inclusive, com o processo de reciclagem da equipe, esse trabalho deve

ser constante. A literatura aponta também que apenas colocar mulheres no quadro pessoal, como já aconteceu em algumas delegacias, não resolve, uma vez que estas também foram socializadas nessa cultura (Blay, 2003).

Segundo Santos (1999; 2004; 2005, citada por Santos, 2008), os grupos feministas tinham essa preocupação de não essencializar as Delegacias das Mulheres apenas colocando mulheres no corpo de funcionários, mas exigindo a capacitação. A pesquisa realizada por Cortez (2012) no âmbito da Deam também apontou para esse caminho da qualificação profissional, sinalizando que a própria equipe admite essa necessidade, somada ao reconhecimento da necessidade de melhoria da estrutura física da delegacia.

Por outro lado, Cortez (2012) verificou que, muitas vezes, os funcionários sentem-se frustrados pela mulher em situação de violência retomar o relacionamento com o agressor ou desistir da denúncia. E ainda, que muitas vezes esses profissionais veem a situação de denúncia como algo para "atendimento psicossocial", o que, apesar de implicar na identificação da necessidade de acolhimento também por assistentes sociais e psicólogos, pode correr o risco de diminuir a complexidade política, jurídica e histórica do fenômeno. Sem essa perspectiva, a violência contra a mulher "pode tornar-se 'apenas' um dos resultados da negociação frustrada da relação entre duas pessoas" (Cortez, 2012, p. 121).

Em estudo feito também em delegacias especializadas, Nobre (2010) aponta a falta de preparo dos policiais para lidar com questões da violência doméstica, estando muito voltados para práticas punitivas. A autora ressalta também que a mudança da lei é insuficiente para alterar os aspectos culturais em torno da questão, sendo fundamental o trabalho contínuo de quebra de um sistema rígido da relação de gêneros, não só no processo de formação dos profissionais que trabalham diretamente com o fenômeno da violência doméstica, mas em todas as esferas comunitárias, jurídicas e de saúde, compreendidas como redes de suporte. Outro ponto tocado pela autora é a vontade das mulheres em situação de violência, muitas vezes,

quererem cessar a situação sem criminalizar seus companheiros, o que por vezes na Deam conta com o apoio do trabalho do Núcleo de Mediação de Conflitos (Nobre, 2010).

Podemos discutir dois pontos importantes nessa questão. Primeiro, pode haver o perigo de reprivatização do conflito, devolvendo-o para esfera privada, sem a devida assistência das políticas públicas, assim como enfatiza Cortez (2012); tal reprivatização também pode ser reforçada pela própria rede, como ocorre muitas vezes nos modelos de conciliação de conflito, como alguns estudos apontam (Ávila, 2020; Santos & Machado, 2018). Segundo, a mulher em situação de violência corre risco de sofrer uma violência institucional (perpetuada pelos serviços de atendimento) quando não há o reconhecimento de sua denúncia ou quando há outras práticas de discriminação, culpabilização e julgamento da mulher (Curia et al., 2019).

Nesse quesito da necessidade das capacitações, a Lei nº 13.675/18 (Brasil, 2018), que institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp) e cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), prevê como um de seus programas de ação a Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (Renaesp). Este tem como alguns de seus fundamentos a promoção da compreensão da violência, cidadania, direitos humanos, educação para a paz, e a articulação dos conhecimentos práticos dos policiais com os conhecimentos acadêmicos.

Dado este panorama, acreditamos que para compreendermos as RS de gênero e de violência de gênero entre profissionais de delegacia da mulher, bem como suas práticas, é fundamental entendermos como a ideia de gênero está entrelaçada com o fenômeno da violência de gênero, o que, a partir de uma contextualização crítica, pode contribuir para um melhor atendimento para essas mulheres na rede, evitando sua revitimização e a reprivatização. Gênero e violência de gênero se caracterizam por serem objetos de representações sociais, uma vez que são socialmente relevantes e controversos, que geram polêmicas nas conversações cotidianas, expressando sentidos diversos a depender de diferentes fatores sociais e culturais ligados aos grupos, dessa forma, constituindo-se como um fenômeno das representações

sociais, o saber popular, que em conjunto com o conhecimento formal, incidem sobre as práticas sociais e profissionais.

1.4. A Teoria das Representações Sociais e suas contribuições para o estudo dos fenômenos de gênero e violência de gênero

A Teoria das Representações Sociais (TRS) é inaugurada por Moscovici em 1961 com sua obra “Psicanálise, sua imagem e seu público” em que realizou um estudo da representação social da psicanálise na França, com o objetivo de investigar como a ciência psicanalítica se transformava em conhecimento simbólico e prático na vida cotidiana dos franceses. A partir disso, Moscovici sintetiza a representação social como um conjunto de conhecimentos que tem o intuito de garantir a comunicação e a organização dos comportamentos dos indivíduos na interação social, dando sentido à realidade (Moscovici, 1961/1979).

A partir dessa teoria, entendemos que as representações sociais (RS) fazem parte do cotidiano e estão presentes em basicamente todas as relações sociais, originadas a partir de determinado contexto histórico e cultural, e possuem caráter mutável, dinâmico e processual (Moscovici, 2000/2015). Assim, Moscovici entende que um objeto e um sujeito (este visto como agente ativo na construção de seu conhecimento) interagem na reconstituição de um dado conhecimento, ao contrário de outras noções trabalhadas na Psicologia Social norte-americana, que tinha a tendência de compreender os fenômenos de forma mais estática e causal (Moscovici, 1961/1979; Moscovici, 2000/2015). Além desse autor, outros teóricos, dentro de uma perspectiva sociológica ou crítica de Psicologia Social, também fizeram parte desse movimento de romper com a visão dominante da Psicologia Social Psicológica (Ferreira, 2010).

Neste ponto, Almeida et al. (2011/2014) apontam que Moscovici quebra a dicotomia sujeito-objeto, recusando-se de um caráter preditivo, como se o indivíduo agisse em uma

resposta a um estímulo, o que era comum aos estudos clássicos de atitude, crenças, normas sociais e outros. Nesse cenário, Moscovici (2000/2015) defende que a psicologia social reivindique como objeto de estudo as RS, assumindo como tarefa estudar o conhecimento comum que circula na sociedade. É importante destacarmos que Moscovici discordava da visão de que o pensamento espontâneo é errado e deve ser consertado, da forma como era comumente colocado na Psicologia Social (Wolter, 2011/2014), mas o considerava como uma outra forma de saber (Jovchelovitch, 2011/2014).

Moscovici (2000/2015) divide o conhecimento em duas formas complementares: 1- universo consensual ou das representações sociais, comumente nomeado senso comum ou saber popular: no qual o ser humano é a medida de todas as coisas e os seres são livres e iguais para poderem se expressar permeados com construções de signos sociais (RS); 2- universo reificado, também denominado saber técnico ou formal: no qual o conhecimento científico é a medida de todas as coisas, sendo a autoridade na conceituação de objetos, a partir de uma compreensão de sociedade, que desassocia objeto e sujeito, sendo este último visto numa relação desigual na qual um alcança o direito de ser considerado possuidor de determinado conhecimento de acordo com sua competência, por exemplo, “o psicólogo” é quem adquiriu a aptidão de ser nomeado assim.

Para Moscovici, as diferentes modalidades de pensamentos coexistem nas relações sociais e são caracterizadas por uma dinâmica de tensão, fenômeno ao qual nomeou de polifasia cognitiva, em que concebe a existência tanto de pensamentos do senso comum como científicos. Pela hipótese da polifasia cognitiva, podemos entender que não é preciso separar totalmente o conhecimento, pois este é construído de forma flexível (Jovchelovitch, 2011/2014). Nesse sentido, Jovchelovitch (2011/2014) conclui que Moscovici entende que:

o campo da atividade simbólica humana é vasto e diversificado, capaz de funcionar como mito, folclore, crença, sonho, ideologia, religião, ciência, senso comum; um

campo que tanto nos enquadra no mundo como nos abre para ele, que nos ajuda a ler o real com precisão e ao mesmo tempo nos liberta para desconsiderá-lo, de modo que a imaginação humana possa voar e nesse voo buscar sonhos e redefinir projetos. (Jovchelovitch, 2011/2014, p. 234)

Moscovici (1961/1979) sintetiza três dimensões das RS: 1- informação: relacionada ao conhecimento organizado sobre certo objeto social (exemplo: ter conhecimentos sobre psicanálise); 2- campo de representação: associado à forma concreta do objeto em questão (exemplo: relacionar a imagem de uma psicanalista com a de um médico ou um amigo); 3- atitude: ligada à ideia de norma de conduta em relação ao objeto (exemplo: a favor ou contra a psicanálise).

Além disso, Moscovici (1961/1979), indica três condições sociais que interferem na elaboração das RS: 1- dispersão da informação: refere-se à disposição de dados sobre um determinado objeto. A facilidade de transmissão, o tempo e o acesso à educação são fatores que influenciam nesse processo; 2- focalização do sujeito: implica na relação do indivíduo ou grupo com o objeto, que interfere no processo de foco de atenção sobre o meio, centralizando determinados aspectos em detrimento de outros; 3- Pressão para inferir: descreve a necessidade do indivíduo de responder às normas sociais, se posicionando a favor da interação (comunicação e código de conduta) do grupo.

Quanto ao objetivo das RS, Moscovici (2000/2015) ressalta que estas têm a finalidade de tornar o não familiar (o que é abstrato, ausente e não faz parte da realidade do sujeito) em familiar (concreto e visível) para poder dar sentido a um objeto estranho e desconhecido. Essa transformação envolve dois processos simultâneos que originam as RS. Um deles é a ancoragem, a qual não é um processo neutro, pois envolve juízo, consiste em enquadrar um objeto desconhecido em uma categoria familiar, inserindo, retirando ou modificando o seu conteúdo (Moscovici, 1961/1979; Moscovici, 2000/2015). A partir disso, esperamos que este

se comporte de acordo com as regras estipuladas para aquela classificação. Podemos entender, assim, a ancoragem como o mediador do conhecimento com o meio social, pois atua no processo de regulação de interações, condutas e comportamentos sociais. Neste ato de categorizar, desenvolvemos opiniões a priori a respeito do objeto que pode ocorrer a partir de dois processos decisórios: 1- generalização: na qual uma característica aleatória é utilizada para definir a categoria; 2 - particularização: quando o objeto fica sob análise por se diferenciar da imagem da categoria (Moscovici, 2000/2015).

O outro processo envolvido na elaboração das RS é a objetivação, que torna o abstrato em um objeto palpável e concreto. As imagens que formamos são selecionadas e integradas ao núcleo figurativo, o qual sintetiza um padrão de um sistema de imagens que representam concretamente um sistema de conceitos. Nesse esquema, a sociedade seleciona as imagens de acordo com suas crenças anteriores, compondo uma compreensão de mundo para ficar mais fácil o entendimento desse processo (Moscovici, 2000/2015). Moscovici (2000/2015) exemplifica tal conceito utilizando como base a representação social da psicanálise. Um conceito psicanalítico passa a representar atributos reais, por exemplo, “complexo” passa a significar o comportamento de uma “pessoa complexada”. A objetivação implica transformar em realidade material e concreta um conjunto de conceitos, categorizando de acordo com uma classificação previamente conhecida (Moscovici, 1961/1979; Moscovici, 2000/2015).

Outro conceito ligado à gênese das RS, ainda anterior aos processos de objetivação e ancoragem, é o tema ou “themata”, que são “imagens-conceito” que atuam como uma fonte para construção das RS, sendo seu núcleo estruturante destas. Os conteúdos dos temas têm certa constância na sociedade ao longo dos anos, emergindo de diferentes formas, inscritos na linguagem, muitas vezes como sistemas de oposições (Moscovici; Vignaux, 2000/2015). Os autores descrevem o objetivo do processo de tematização como:

...A estabilização dos sentidos na forma de relações características do tema (adjetivos), induzindo imagens de situações ou maneiras de ser das coisas e do mundo. São processos, em síntese, que associam constantemente nosso conhecimento comum com nosso conhecimento discursivo e o constato de nossas maneiras de ancoragem cognitiva e cultural. Por conseguinte, de uma maneira concreta nossas representações, nossas crenças, nossos preconceitos são sustentados por uma representação social específica. Isso se dá através do estabelecimento de relações internas ao discurso, consequentemente relações linguísticas, mas agindo necessariamente através do jogo de referências entre, por um lado, aquelas que estão orientadas para uma nova leitura semântica das coisas (aquelas que são tematizadas, ou não, e aquelas que são faladas) e, por outro lado, através da escolha feita a cada vez de uma origem particular dada a essas rotas de se dizer e se significar. (Moscovici; Vignaux, 2000/2015, p. 224-225)

Ainda sobre os processos de gêneses das RS, Jodelet (1989/2015) também sintetiza esses dois processos como gêneses das RS. Na ancoragem, esses novos elementos são reinterpretados em categorias que viabilizam a compreensão desses e orientam condutas em relação a eles, atribuindo, dessa forma, sentido e uso a esse saber. Na objetivação, há uma *incorporação* das informações do mundo exterior nas estruturas e esquemas cognitivos, que designam um *status* de realidade objetiva a esse elemento agora naturalizado e *incorporado* (Jodelet, 1989/2015).

Para Jodelet (1989/2015), esse tipo de estudo permite uma descrição e compreensão da origem e função das RS, diferente de um modelo empirista e mecanicista da psicologia social preocupada em testar hipótese. Jodelet (1989/2015) utilizou uma abordagem etnográfica de entrevista na qual pode evidenciar práticas e RS do doente mental na colônia familiar Ainay-le-Château, revelando as condutas impostas na convivência hospedeiro e pensionista que eram

mais veladas, além de trazer uma contribuição teórica dando uma maior ênfase às práticas sociais na TRS (Almeida et al., 2011/2014; Jodelet, 1989/2015).

Jodelet (2001) concebe a prática como uma das partes do conhecimento cotidiano, que é elaborado socialmente e orienta as ações e condutas sociais compartilhadas em determinado grupo, exprimindo, assim, uma das funções das RS. Desse modo, Moscovici e Jodelet (1990, p. 287, citados por Almeida et al., 2000) definem práticas sociais como "sistemas de ação socialmente estruturados e instituídos em relação com as regras"; no entanto, o que percebemos é o uso indiscriminado e sem precisão desse conceito. Devido a isso, ocorrem muitas dificuldades metodológicas nas pesquisas em TRS, demonstrando a necessidade de que os pesquisadores façam uma associação cuidadosa entre as práticas e o objeto de estudo e usem instrumentos coerentes para captar essa articulação. Além desses apontamentos, as autoras também sinalizam que essas dificuldades na definição de práticas sociais levam a um mal entendimento nas relações entre práticas e RS (Almeida et al., 2000).

Wolter e Sá (2013) discutem a relação entre práticas e RS em duas compreensões diferentes. A primeira envolve o entendimento que as representações orientam as práticas, sintetizada por duas hipóteses lançadas por Abric. A primeira hipótese postula que as RS determinam as práticas sociais em contextos de forte memória afetiva e grupal. A segunda propõe que as RS guiam as práticas sociais em situações complexas e ambíguas. Uma terceira hipótese é desenvolvida a partir de um segundo entendimento da relação entre práticas e RS, considerando que uma prática imposta (constrangida) pode levar a mudanças nas RS (Abric, 2000, citado por Wolter & Sá, 2013).

Em concordância com esse segundo entendimento de que as práticas levam a alterações nas RS, Flament compreende RS como prescrições mais ou menos rígidas (ou melhor incondicionais/absolutas e condicionais/flexíveis), que podem ser modificadas a partir das mudanças nas circunstâncias sociais e nas práticas sociais. Nesse mesmo caminho, Guimelli

aponta que novas práticas contribuem com mudanças nas representações, como por exemplo alterações nas RS por meio de modificações em práticas profissionais e leis (Wolter & Sá, 2013).

A partir desses dois caminhos evidenciados por Wolter e Sá (2013), poderíamos cair no erro de assumir que RS e práticas se influenciam da mesma forma e de modo causal, no entanto, citando as ideias de Rouquette (2000), esses autores pontuam que o mesmo entende “representação como condição das práticas e esta última, a prática, como agente de transformação da primeira” (Wolter & Sá, 2013, p. 98). Em sua teorização, Rouquette (2000) elucida 4 elementos das práticas que devem ser considerados nessa relação e podem ser resumidos na prática como ato, como recorrência, como maneira de fazer e como “cálculo”.

Enfatizamos que a TRS inaugurada por Moscovici vai além dos conceitos citados e constitui um diversificado campo teórico e metodológico, no qual podemos citar diferentes perspectivas advindas do trabalho original. Dessa forma, essa teoria se dividiu nas seguintes subvertentes que são complementares à de Moscovici: 1- processual ou sociogenética, de Jodelet, considerada a mais próxima a Moscovici e continuadora da grande teoria; 2- societal, de Doise, que é mais sociológica, preocupada com a produção das representações no meio social; 3- cognitiva-estrutural, de Abric, inaugurando uma perspectiva mais cognitiva nomeada de Teoria do Núcleo Central (Sá, 1998).

A abordagem processual (ou culturalista), impulsionada por Jodelet, foca os estudos dos processos e produtos das RS, estas construídas e significadas pelos grupos em interação com seu contexto social e cultural (Almeida, 2005, citada por Félix et al., 2016). Pela ótica de Jodelet, a pesquisa recebe uma ênfase na descrição dos fenômenos e como os objetos de representação social circulam na vida cotidiana (Sá, 1998), buscando a gênese e os processos de formação dessas representações (Arruda, 2002). Assim, procura desvendar “a totalidade de expressões, imagens, ideias e valores presentes no discurso sobre o objeto” (Jodelet, 2002,

citada por Arruda, 2002, p. 140). Além disso, o quadro conceitual de Jodelet tem uma maior aproximação com métodos qualitativos de pesquisa (Sá, 1998) e utiliza de diversos instrumentos de pesquisa, como entrevistas, questionários, análise de textos (Arruda, 2002). Dessa forma, aqui, convergimos com as perspectivas de Jodelet e Moscovici.

No presente projeto também reconhecemos a importância de um encontro da TRS com os estudos de gênero e feministas, uma vez que existe uma aproximação entre esses campos e essa discussão contribui para o estudo do fenômeno em questão. Para Oliveira e Amâncio (2006), tanto a TRS como os estudos feministas propõem uma crítica a paradigmas dominantes do conhecimento científico, contribuindo, assim, para uma ciência emancipatória, na qual inclui também o conhecimento do senso comum. Arruda (2002) concorda com essa visão e aponta também que ambas têm epistemologias pautadas no pressuposto de uma relação indissociável entre objeto/sujeito, na ruptura do binarismo e no foco para a dimensão da realidade concreta. Assim, existe uma convergência na conceituação, metodologia e epistemologia, além de coincidências históricas do surgimento dessas teorias (Arruda, 2002).

Visto isso, apresentamos, aqui, algumas pesquisas que têm explorado o tema das RS no âmbito das Deams e da violência contra a mulher. Conto (2012) pesquisou em sua tese as RS de mulher em circunstância de violência no município de São Borja/RS, por meio de estudo de mito e de análise de BO, ressaltando representações da mulher como uma vítima (oprimida e frágil). Com o intuito também de explorar as RS de mulheres em situação de violência, Costa (2015) entrevistou policiais civis em Deam de Recife/PE e encontrou representação polarizada de mulher denunciante, separando entre vítima (aquela que na análise dos mesmos denuncia para obter vantagem) e verdadeira vítima (aquela que na avaliação deles sofre violência).

Já no sentido de buscar a representação social de violência pela ótica do homem agressor, Alencar et al. (2014) encontrou exemplos de ações agressivas e outros aspectos depreciativos relacionados ao ato cometido. Por outro lado, Madureira et al. (2020) investigou

as RS de violência contra mulher pelo homem denunciado e os resultados revelaram que esses participantes culpabilizam as mulheres denunciadas e se veem como vítimas da situação. Buscando outros pontos da temática, Fonseca et al. (2012) e Nóbrega et al. (2019), ao pesquisarem as RS das mulheres agredidas acerca do homem agressor, encontraram que essas representações estão pautadas em papéis sociais que reforçam uma norma de masculinidade opressora.

Ressaltamos que apesar de já terem trabalhos desenvolvidos no âmbito das delegacias sobre violência de gênero utilizando a TRS como abordagem teórica, o conceito de polifasia cognitiva e conhecimento híbridos não têm sido utilizados (Alencar et al., 2014; Costa, 2015; Conto, 2012; Fonseca et al., 2012; Nóbrega et al., 2019; Madureira et al., 2020). Estes conceitos podem ser relevantes para estudos neste campo e em outros em que se investigue representações e práticas profissionais. Na área da saúde, a partir de pesquisa sobre as representações e práticas de saúde de profissionais, Oliveira (2011/2014) identificou a existência de um tipo conhecimento prático elaborado pelos profissionais participantes, queque imbrica tanto o conhecimento reificado fragmentado (mais flexível que o reificado) e as RS. Desta forma, o conhecimento técnico se constituiria como um conhecimento híbrido, de modo que as RS e o conhecimento reificado não se colocariam como totalmente separados e nem em polos opostos, mas se associariam mutuamente em uma nova forma de conhecimento (Oliveira, 2011/2014).

Também no âmbito da saúde, Souza (2012), ao investigar as RS de alcoolismo entre profissionais de saúde, notou que assim como o conhecimento (cognição) era polifásico, as práticas também eram, de modo que propôs a hipótese de polifasia comportamental. Por este princípio, entendemos as práticas sociais como ambíguas, compostas por tanto por condutas mais rígidas (ações centrais), como mais flexíveis e mutáveis (ações periféricas), estas últimas sendo tanto reforçadoras, como também passíveis de transformação das RS (Souza, 2012).

Em síntese, a ênfase nos conceitos aqui explorados se dá pelo interesse em compreendermos as RS de gênero e de violência de gênero de funcionários de Deams, atentando para a gênese dessas representações e para a ocorrência do fenômeno da polifasia cognitiva, ou seja, para o tensionamento entre o conhecimento técnico/científico, que decorre de uma formação profissional, e o saber advindo do senso comum, além de buscar verificar como essas representações estão relacionadas com as práticas desses profissionais.

2. Objetivos

2.1. Objetivo Geral

Investigar as RS de gênero e de violência de gênero entre profissionais de Deams (Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher) de um município do Sudeste e de um do Nordeste do Brasil, bem como identificar suas práticas no cotidiano profissional frente a tais casos de violência.

2.2. Objetivos Específicos

Identificar como se dá a gênese das RS de gênero e de violência de gênero para os participantes;

Verificar, com base em seus relatos, como esses profissionais atuam em suas práticas sociais e técnicas frente aos casos de violência de gênero;

Verificar como se dá a relação entre conhecimentos técnicos/formais e conhecimentos experienciais dos participantes em sua atuação na Deam;

Investigar se ocorre diferenciação das RS de gênero e de violência de gênero entre profissionais de acordo com gênero, função e/ou nível de formação;

Comparar se há diferenças nas RS de gênero e de violência de gênero entre profissionais das diferentes Deams pesquisadas.

3. Método

Nesta pesquisa, utilizamos a metodologia qualitativa, a qual, segundo Flick (2009/2013), permite lidar com questões em que há a exploração de um certo fenômeno a partir dos significados dados por determinados sujeitos.

3.1. Participantes

Participaram da pesquisa profissionais que trabalham em uma Deam de município sudestino e de uma Deam de um município nordestino, independentemente de função, idade, gênero, etnia/raça e situação socioeconômica (critério de inclusão). Todos os profissionais que compõem as delegacias referidas (receptionistas e demais funcionários de apoio administrativo, digitadores (as), delegados (as), escrivães (ãs) e policiais) foram convidados a participar do estudo, uma vez que compreendemos que todos fazem parte da comunidade em que circulam as representações dos fenômenos investigados. Deste modo, não houve critérios de exclusão do estudo.

Não participaram aqueles que não aceitaram participar de forma voluntária e/ou não quiseram assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice D). Inicialmente, pensamos em realizar a pesquisa com cerca de 20 participantes (10 de cada Deam), mas a quantidade final foi definida de acordo com o número de concordantes em participar durante o período de coleta, e em consonância com o critério de saturação, conforme descreve Gaskell (2000/2002), em que se chega a um ponto que não emergem novos sentidos ao fenômeno estudado. No total, 16 pessoas aceitaram participar das entrevistas nas duas instituições, mas uma participante do município nordestino recusou-se a responder a primeira parte do roteiro, de modo que sua entrevista foi descartada. Assim, a pesquisa contou com um total de 15 entrevistas válidas.

3.2. Instrumentos de coleta de dados

Um dos instrumentos utilizados foi um questionário de dados sociodemográficas (Apêndice A), que solicitava informações sobre idade; escolaridade; formação (caso possua ensino superior ou curso técnico); estado civil; gênero: raça/etnia; renda familiar (em salários-mínimos); possui filhos (se sim, número e idade dos filhos); religião; função no serviço; tempo de atuação na Deam; e tempo de atuação na Polícia Civil. Também foi aplicado um instrumento composto por duas vinhetas de situações hipotéticas (Apêndice B) que visava abrir o tópico de discussão e identificar como os participantes se posicionavam frente às mesmas. O último instrumento utilizado foi um roteiro de entrevista semiestruturado (Apêndice C) que tratava diretamente das questões de interesse do estudo.

Ressaltamos que os três instrumentos foram elaborados com base nas revisões de literatura realizadas (acadêmica e documental – leis e documentos), nos objetivos da pesquisa e nas experiências que a pesquisadora teve quando colaborou/estagiou no campo. Além disso, tais instrumentos foram avaliados por pares, durante reunião de orientação com colegas e orientadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), passando por ajustes após isso.

A vinheta constitui-se como a apresentação de uma situação, que pode ser narrativa ou visual, fictícia ou da “vida real”, cujo uso é diverso, podendo ser feito tanto em pesquisas quantitativas como em qualitativas. Uma característica em comum nas diferentes possibilidades de uso desse instrumento é a necessidade do participante se posicionar frente ao cenário exposto. Assim, as vinhetas são úteis em pesquisas que exploram sentimentos, práticas cotidianas, crenças e valores morais dos participantes diante do fenômeno estudado (Galante et al., 2003; Törrönen, 2018; Sampson & Johannessen, 2020).

A entrevista semiestruturada, por sua vez, tem o intuito de apreender os sentidos subjetivos e conhecimento que o entrevistado tem do assunto (Flick, 2002/2004). Para isso, o instrumento de coleta possui questões formuladas previamente, porém com possibilidade de ampliação para novas perguntas a depender do decorrer do diálogo entre entrevistador e entrevistado, sempre com o intuito de explorar mais profundamente a descrição dos significados dados pelos sujeitos sobre a temática, buscando apreender tanto os sentidos mais explícitos como os mais implícitos (Flick, 2002/2004; 2009/2013).

3.3. Procedimentos éticos

Antes da coleta de dados, submetemos o projeto para aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Ufes, o qual foi aprovado através do parecer CAAE 50700121.0.0000.5542, e solicitamos as anuências para realização da pesquisa das delegadas responsáveis pelas Deams, as quais foram concedidas através de termo de despacho de processo e/ou carta.

Aos participantes, apresentamos um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice D), respeitando as devidas questões éticas envolvidas na pesquisa, de acordo com as diretrizes e normas regulamentadoras das Resoluções nº466/12 e nº510/16 do Conselho Nacional de Pesquisa com Seres Humanos. No TCLE, solicitamos a autorização para gravação da entrevista em áudio, e asseguramos seu uso unicamente para o intuito da pesquisa, a possibilidade de desistência a qualquer momento, a garantia do anonimato e a privacidade dos seus dados.

3.4. Análise de riscos e benefícios

A priori, os riscos que a pesquisa poderia apresentar seriam de ansiedade com a situação, desconforto com a sensibilidade do tema da pesquisa e/ou das perguntas da entrevista. Em caso de incômodo, a entrevista pode ser pausada e um caso foi finalizada e desconsiderada

a participação da pessoa (uma participante que não se sentiu confortável para responder ao bloco sobre situações hipotéticas). Além disso, foi garantido em todos os casos o devido acolhimento por parte da pesquisadora, que tem graduação em psicologia.

Os benefícios do estudo e os resultados esperados se relacionam a ampliação do entendimento da relação entre significações de gênero e de violência de gênero no campo acadêmico e de políticas públicas, possibilitando que estas e os profissionais inseridos nas Deams e outros órgãos de enfrentamento à violência contra a mulher, tenham maiores subsídios para esse combate, beneficiando as mulheres atendidas e também a população geral. Com os profissionais participantes do estudo, além da devolução da dissertação acadêmica, também poderá ocorrer um momento de devolutiva e reflexão sobre a temática em uma reunião com a pesquisadora, que planeja fazer esse momento de forma dinâmica, compreendendo que essas pessoas são ativas na elaboração e manutenção de representações de gênero e violência de gênero e podem contribuir ainda mais nesse combate em sua profissão e seu cotidiano.

3.5. Procedimentos de coleta de dados

Após a aprovação do CEP, agendamos por telefone com as delegadas responsáveis pelas Deams as datas de início para coleta de dados de modo que não atrapalhasse a agenda interna das instituições. Todas as entrevistas foram realizadas presencialmente e individualmente em salas nas próprias delegacias.

Iniciamos a coleta pela Deam do Sudeste, na qual a delegada responsável fez uma reunião prévia com os demais profissionais, convidando-os a participar da pesquisa. A delegada responsável informou os dias liberados para a pesquisadora ir a campo. Fizemos outras tentativas de convite para ampliar o número de profissionais deste serviço, falando diretamente de forma presencial e também por meio do envio de carta-convite (APÊNDICE F), mas não obtivemos êxito e tivemos que cessar a coleta nessa instituição.

Com o fim da coleta na Deam do Sudeste, iniciamos a obtenção dos dados na Deam do Nordeste, na qual os primeiros participantes foram indicados por uma profissional da instituição e os demais foram convidados por carta-convite e/ou de forma verbal presencialmente, além de indicação por bola de neve. É importante mencionarmos que houve diversas necessidades de modificação da agenda de coleta de dados nessa Deam por diferentes motivos: recesso de parte dos profissionais; férias de outros; ocorrência de uma paralisação, na qual os policiais ameaçaram a realização de greve para reivindicação de direitos da classe.

A duração das entrevistas variou de 40min a 2h10min, com uma média de 1h30min, aproximadamente, em coleta única com cada participante, sendo realizada de forma sequencial: primeiro o uso de vinhetas, depois as questões do roteiro de entrevista semiestruturada, e por último o preenchimento do questionário de caracterização sociodemográfica. Havia a possibilidade de ampliar a duração da entrevista em caso de necessidade dos participantes. A quantidade de entrevistas inicialmente prevista era de 20 profissionais, com 10 de cada instituição para equilibrar a amostra. No entanto, após o período de coleta, chegou-se ao total de 15 (uma precisou ser descartada, como já descrito). Os procedimentos de coleta foram realizados de modo presencial e respeitaram as diretrizes adotadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) devido a pandemia do Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19).

3.6. Procedimentos de análise dos dados

Os dados resultantes das vinhetas e entrevistas transcritas foram, separadamente, submetidos ao *software* Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires (Iramuteq), que permite a análise e a organização de informações de grandes volumes de texto de forma objetiva e com rigor, viabilizando a consistência metodológica do estudo. Este *software* tem sido amplamente utilizado em pesquisas qualitativas na área de ciências humanas, sociais e da saúde e possibilita diferentes tipos de análises do corpo textual

(Camargo & Justo, 2013; Salvador et al., 2018; Sousa et al., 2020). Nesta pesquisa, utilizamos o Iramuteq versão 0.7 alpha 2.

Desse modo, após a coleta, transcrevemos os áudios das entrevistas integralmente em documento *word*, de forma individual por cada participante, juntamente com seus dados demográficos, mantendo a inicial de seu nome para identificação. Posteriormente elaboramos para os dados resultantes de cada instrumento um *corpus* (que corresponde a um conjunto de textos), *corpora*, seguindo as recomendações do tutorial de Camargo e Justo (2021) e do manual de Salviati (2017). Na presente pesquisa foram então construídos dois *corpora*, o *Corpus A*, referente às falas dos participantes frente às situações hipotéticas, e *Corpus B*, a partir das entrevistas semiestruturadas. Em cada *corpus*, as entrevistas de cada participante foram separadas por uma linha de comando, constituindo cada uma como um texto. As linhas de comando são linhas formadas por asteriscos, que identificam as variáveis utilizadas nos textos de acordo com códigos numéricos. No presente estudo, consideramos as variáveis identificadas na Tabela 1, descritas tal como foram operadas no *software*:

Tabela 1

Construção da linha de comando

Código padrão da variável ³	Código numérico associado a variável
suj_	01 a 15 (conforme número atribuído a cada participante)
gen_	1 - feminino e 2 - masculino
rac_	1 - branco; 2 - negro; 3 - pardo
ida_	1 - 31-40 anos; 2 - 41-50 anos; 3 - 51-60 anos
escol_	1 - médio; 2 - superior

³ suj_ = sujeito/participante; gen_ = gênero; rac_ = raça; ida_ = idade; escol_ = escolaridade; forma_ = formação; est_ = estado civil; fun_ = função; temp_ = tempo de serviço; deam_ = Deam

forma_	1 - Administração; 2 - Direito e Ciências Sociais; 3 - Direito; 4 - Engenharia de Produção; 5 - História; 6 - Psicologia; 7 - Serviço Social; 8 - Não tem;
est_	1 - casado; 2 - divorciado; 3 - solteiro; 4 - união estável
fun_	1 - agente de polícia; 2 - assistente social; 3 - delegado; 4 - escrivão; 5 - mediador; 6 - psicólogo; 7 - recepcionista
temp_	1 - Até 2 anos; 2 - de 3 a 7 anos; 3 - de 8 a 12 anos; 4 - de 13 anos a 22 anos; 5 - a partir de 23 anos
deam_	1 - Deam do Sudeste; 2 - Deam do Nordeste

Deste modo, cada texto (entrevista de cada participante) foi separado pela seguinte linha de comando: “***** *suj_xx *gen_x *rac_x *ida_xx *escol_x *forma_x *est_x *fun_x *temp_xx *deam_x”, em que x/xx foi substituído pelo número referente à característica de cada participante. No caso de um participante que possuía duas graduações, preferimos colocar uma variável a mais na formação para se referir às duas formações que esse participante possuía. Quanto às funções, priorizamos as funções desempenhadas pelos participantes na instituição que trabalham ao invés do cargo - por exemplo, um participante que possui o cargo de agente de polícia desempenhava função de mediador; dessa forma, o comando seguiu sua função, mediador, não seu cargo, agente de polícia. Quando as funções desempenhadas eram atribuições do cargo em que o participante estava lotado, mantivemos o nome do cargo como função no comando - por exemplo, a função investigação externa engloba atribuição de agente de polícia, dessa forma, o cargo agente de polícia representou a função desse comando.

Os *corpora* também passaram pelos ajustes recomendados pelos manuais utilizados. Assim, retiramos todas as interrogações e comentários da pesquisadora; excluimos expressões desnecessárias, tais como “hum”, “né”; corrigimos as pontuações conforme as permitidas pelo *software*; transformando as palavras coloquiais por formais, por exemplo, “tá” virou “está”; substituímos os hífen por *underline*; unimos por *underline* as palavras compostas, bem como

expressões e termos que tem sentido agrupados e são necessários para a compreensão do estudo.

Na presente pesquisa, utilizamos o método de Classificação Hierárquica Descendente (CHD) de acordo com Reinert (1990, citado por Camargo & Justo, 2013), o qual propõe a obtenção de categorias reduzidas dos textos em classes Unidades de Contexto Elementares (UCE), que apresentam semelhanças internas no vocabulário e diferenças com UCES de outras classes. Também empregamos a Análise Fatorial de Correspondência, que se refere a uma apresentação gráfica em um plano cartesiano das oposições entre classes e formas, de acordo com a interseção entre palavras e classes (Nascimento & Menandro, 2006).

Destacamos que foi necessário rodar os *corpora* no programa várias vezes e de formas diferentes (efetuando ajustes), até atingirmos uma estabilidade e um bom aproveitamento. Os relatórios disponibilizados pelo *software* após o tratamento dos elementos textuais não se constituem na própria análise de dados, que exige papel ativo dos pesquisadores envolvidos (Chartier & Meunier, 2011, citados por Camargo & Justo, 2013).

4. Resultados

Dado o grande volume de dados e a tentativa de trazer mais clareza, dividimos os resultados encontrados em quatro subtópicos. Os dois primeiros (4.1 e 4.2) referem-se a caracterizações, sintetizam, respectivamente, o quadro de pessoal das delegacias as quais os respondentes eram vinculados, bem como uma descrição de características sociodemográficas dos participantes da pesquisa. Os outros dois subtópicos (4.3 e 4.4) agruparam os resultados *corpora* de acordo com a aplicação do instrumento de coleta de dados, de modo que o 4.3 agrupou os dados advindos das respostas dos participantes frente às situações hipotéticas (denominado aqui de *Corpus 1*), e o 4.4 abarcou as falas dos entrevistados a partir do roteiro de entrevista semiestruturada (*Corpus 2*).

4.1. Caracterização do quadro pessoal das Deams

Nas Tabelas 2 e 3, descrevemos o quantitativo de funcionários totais e por cargo da Deam do Sudeste e da Deam do Nordeste, respectivamente.

Tabela 2

Quadro de Pessoal Deam/Sudeste

Cargo	Quantidade de profissionais
Assistente Social	1
Delegado (a)	1
Escrivã/o	3
Investigador (a) / Agente de Polícia	9
Total	14

Tabela 3

Quadro de Pessoal Deam /Nordeste

Cargo	Quantidade de profissionais
Assistente Social	1
Delegado (a)	8
Escrivã/o	13
Policiais Civis	40
Total	62

4.2. Caracterização dos participantes da pesquisa

O estudo teve 15 participantes. No que diz respeito ao gênero, 12 participantes eram mulheres e apenas três homens. Em termos de idade, os profissionais de ambas as instituições possuíam entre 35 e 60 anos, no momento da pesquisa. Em relação a raça/etnia, sete entrevistados se autodeclararam como pardos, quatro como brancos e quatro como negros.

Quase todos possuíam Ensino Superior Completo, exceto por uma participante que possuía o Ensino Médio. A formação dos profissionais foi variada, com pessoas formadas em Direito, Serviço Social, Psicologia, Administração, Ciências Sociais, Engenharia de Produção e/ou História.

Quanto à religião, seis participantes se declararam católicos, um espírita, uma evangélica e um disse apenas ser cristão, sem especificar. Um participante se declarou agnóstico e outros cinco declararam não ter religião⁴.

Quanto à função dos participantes, foram variadas, com a participação de agentes de polícia, assistentes sociais, delegados, escrivães, mediadores, psicólogos e recepcionistas. O tempo de atuação dos profissionais variou entre três meses a 31 anos, sendo que vários participantes mencionaram terem tido experiências prévias quanto a violência doméstica contra a mulher, seja em delegacias de municípios que não possuíam Deams, em outras Deams dos Estados ou em outra política pública de enfrentamento à violência de gênero, como foi o caso de uma participante que estava na Deam cedida para a Segurança Pública por outra instituição pública. Quanto ao tempo de atuação dos profissionais na Polícia Civil, variou entre três meses e 32 anos. Para efeitos do presente estudo, consideramos o tempo de atuação dos profissionais do município nordestino a partir do início de sua atuação no complexo das delegacias, uma vez que desde que entraram neste departamento passaram a atender mulheres em situação de violência doméstica mesmo que não seja uma Deam de forma isolada. A seguir, uma síntese dos principais dados mencionados por participante na tabela 4.

Tabela 4

Caracterização dos profissionais⁵

Part	Idade	Escol.	Gen	Raça
Acácia	Entre 31-40 anos	Sup	F	Parda
Angélica	Entre 31-40 anos	Sup	F	Parda

⁴ Profissionais que declararam frequentar às vezes ou já terem frequentado instituições religiosas, mas não se denominaram como vinculados a uma religião específica foram englobados como “não tem” religião.

⁵ A tabela de caracterização dos profissionais teve redução de informações na versão final da dissertação para garantir a proteção ao anonimato dos participantes.

Caméla	Entre 41-50 anos	Sup	F	Branca
Dália	Entre 31-40 anos	Sup	F	Branca
Gardênia	Entre 31-40 anos	Sup	F	Parda
Hortênsia	Entre 31-40 anos	Sup	F	Negra
Íris	Entre 51-60 anos	Sup	F	Parda
Lílian	Entre 51-60 anos	Médio	F	Negra
Florêncio	Entre 41-50 anos	Sup	M	Branco
Jasmin	Entre 31-40 anos	Sup	F	Negra
Gerânio	Entre 41-50 anos	Sup	M	Negro
Margarida	Entre 51-60 anos	Sup	F	Parda
Melissa	Entre 41-50 anos	Sup	F	Parda
Jacinto	Entre 51-60 anos	Sup	M	Pardo
Rosa	Entre 31-40 anos	Sup	F	Branca

4.3. *Corpus 1* – Os discursos sobre as situações hipotéticas

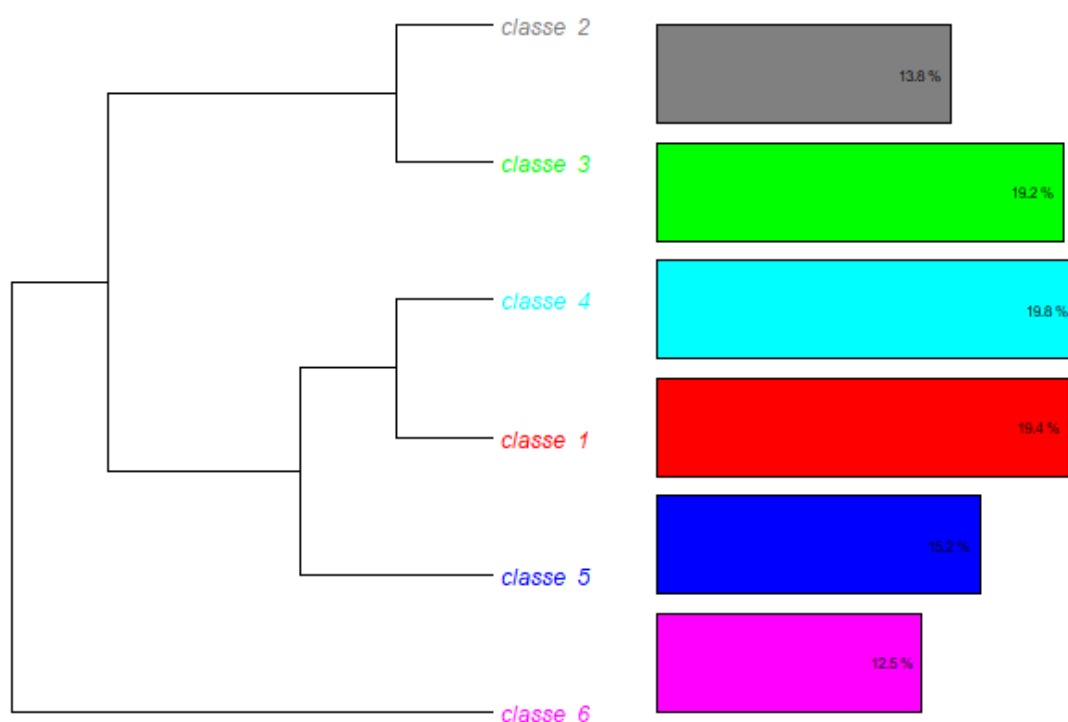
O *corpus 1* foi constituído pelos 15 textos decorrentes das falas dos participantes frente às situações hipotéticas, e foi submetido ao processamento do Iramuteq. A partir destes textos iniciais, o *software* gerou 2.103 segmentos de texto (ST), dos quais 1.872 foram classificados, o que significou um aproveitamento de 89,02% do *corpus*, considerado um ótimo aproveitamento de acordo com as referências utilizadas (Camargo & Justo, 2021; Salviati, 2017).

O programa apresenta os resultados em um dendrograma de classes, geradas automaticamente. As classes representam um agrupamento de diversas UCEs que formam um campo léxico homogêneo (Nascimento & Menandro, 2006). UCE é a nomenclatura utilizada

no programa Alceste, o qual serviu de base para criação do Iramuteq para referir-se aos STs (Salviati, 2017). No dendrograma é possível observar as formações das classes e suas relações, como demonstra a figura abaixo (figura 1) que descreve as etapas do processamento:

Figura 1

Dendrograma do Corpus 1 – as etapas de processamento



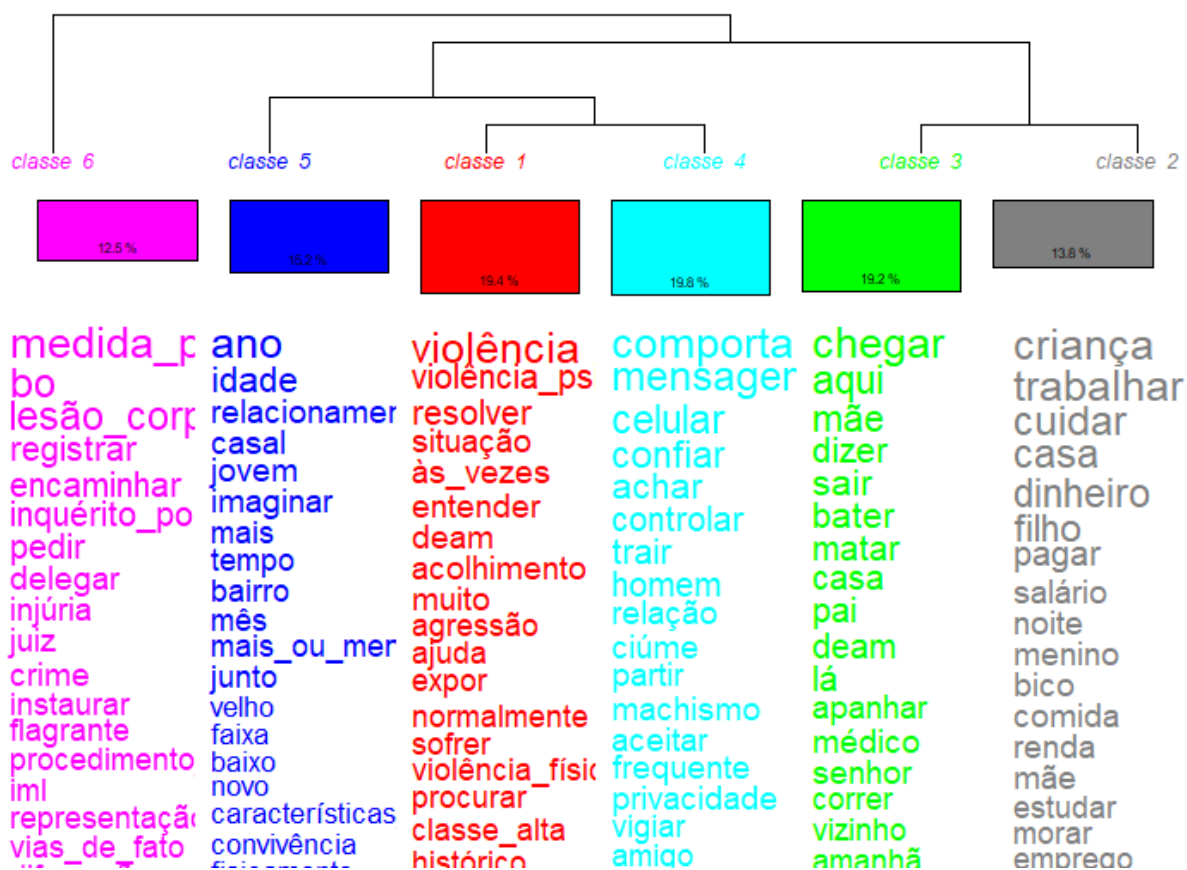
A partir da leitura da figura 1 (da esquerda para direita), podemos notar uma 1ª partição, que separou a classe 6 do restante do *corpus*, representando 12,5% de seu total. Em uma 2ª partição, o Iramuteq gerou dois grupamentos diferentes; o primeiro gerou a classe 5, correspondendo a 15,2% do *corpus*, e o segundo resultou nas classes 2 e 3, correspondendo a 13,8% e 19,2% do *corpus*, respectivamente. O *software* gerou uma 3ª fragmentação, a qual compôs a classe 4, que representou 19,8% do *corpus*, e a classe 1, que constituiu 19,4% do *corpus*.

Como podemos notar, a classe 6 ficou mais afastada das outras, o que significa que tem um vocabulário mais diferenciado. Em contrapartida, as classes 4, 1 e 5 se juntaram dentro de um mesmo grupamento e, portanto, têm uma maior proximidade, inclusive com as duas primeiras (4 e 1), formando um subgrupamento entre si. No outro grupamento, encontramos uma inter-relação entre as classes 2 e 3, com uma maior aproximação entre seus conteúdos.

No dendrograma a seguir (figura 2), gerado pelo próprio Iramuteq, podemos observar as principais palavras (formas ativas) de cada classe:

Figura 2

Dendrograma do Corpus 1- as classes



A classe 6 (12,5% do *corpus*), intitulada de “Práticas profissionais na Deam na área criminal”, reuniu os STs que descrevem procedimentos da parte criminal da violência de

gênero que ocorrem quando esse crime chega à Deam, com foco nos procedimentos de investigação do fato, bem como os diversos encaminhamentos dos casos. Os discursos das pessoas com função “delegada” e dos formados em Direito foram os que mais contribuíram para construção dessa classe. As principais palavras que representaram essa classe foram *medidas protetivas, bo, lesão corporal, registrar, encaminhar, inquérito policial, pedir, delegar, injúria, juiz, crime, instaurar, flagrante, procedimento, iml, representação, vias de fato*, e os STs a seguir podem ilustrar o sentido da classe:

Propor a ela se ela tem interesse em uma **medida protetiva**⁶ e explicar a ela que ela vai dar entrada um **procedimento criminal** contra ele, que ele vai ser responsabilizado por esses atos. (Jasmin)

Têm mulheres que querem só **registrar** o **bo**, têm outras que querem a mediação de conflito, outras que querem **inquérito policial**, outras querem só **medida protetiva**, então cada caso é um caso. (Melissa)

Registrar o **bo** relatando, ela vai relatar o fato ocorrido e tentar uma mediação de conflitos, uma mediação de conflitos. Quando o caso já é um pouco mais incisivo, agressão mais contundente, a gente já **encaminha** para fazer o **procedimento criminal**. (Gerânio)

O exame de **lesão corporal** e entrego para ela a guia de **iml** [Instituto Médico Legal] para ela se dirigir até lá ou então ao posto de saúde e ela vai ser **encaminhada** no mesmo momento para falar com a delegada da mulher para que a **delegada** venha a ler o **bo** dela e perguntar a ela se ela quer uma **medida protetiva**. (Margarida)

⁶ As palavras que constam em negrito nos resultados referem-se às palavras contidas nas classes geradas pelo Iramuteq.

Dá a sensação de imediatismo de que ela denunciou na mesma hora, então se houve acionamento da polícia militar ele possivelmente pode ser preso em **flagrante** e a gente tem um crime de **lesão corporal** além das **vias de fato**. (Gardênia)

É muito comum até em **lesão corporal**... “mas eu quero desistir, por que que eu não posso desistir?”⁷. Isso é muito comum durante a investigação, a gente explica “porque é uma ação civil pública incondicionada a **representação**...” (Acácia)

Registra o bo, independentemente o delito que for, já está **instaura o inquérito policial** e manda para a justiça. Mesmo uma **injúria** que pode ser resolvido na deam, chamamos o agressor, o suposto agressor. (Jacinto)

Então na deam, por medida de praxe, a gente **pede** testemunhas para que a pessoa faça **medida protetiva** ou se ela vier **pedir a medida protetiva**, a gente vai **pedir** uma testemunha ou talvez a conversa do WhatsApp. (Florêncio)

“Eu entendo a sua dor e eu sei que é verdade, eu acredito em você, só que entre eu acreditar em você e você provar para o **juiz**”, porque infelizmente o processo é prova. (Rosa)

A **medida protetiva pede** o afastamento, mas é o **juiz** que determina, não é a delegacia que tem competência para dizer “saia, fica, fica, saia” e em muitos casos elas acham que é na deam. (Lílian)

Pode ser **encaminhado** mesmo sem prova, pode, porque como são **crimes** que ocorrem dentro de casa realmente não vai ter a prova, vai ser uma testemunha, vai ser uma irmã a quem ela contou o que estava passando. (Jasmin)

⁷ As aspas foram inseridas nesse e em outros STs para diferenciar trechos nos quais os profissionais reproduziram um diálogo, representando tanto eles próprios, quanto pessoas em situação de violência.

Na mesma forma que todos os mecanismos. Se for o caso de casa abrigo, de ser casa abrigo, é oferecido para ela também. Provavelmente se ela chamou a polícia militar, ele foi preso em **flagrante**. É caso típico de ser preso em **flagrante**. (Acácia)

As formas (palavras) mais representativas dessa classe estão apresentadas na tabela abaixo (tabela 5), que contém informações sobre a frequência da palavra na classe, a frequência da palavra no corpus, o percentual da palavra na classe, e o valor do X^2 , que mede a força de associação da palavra à classe, respectivamente:

Tabela 5

Formas significativas da Classe 6 do Corpus 1

<i>Palavra</i>	<i>Frequência na classe</i>	<i>Frequência no corpus</i>	<i>% na Classe</i>	X^2
medida protetiva	55	64	85.94	326.74
bo	52	64	81.25	286.36
lesão corporal	41	48	85.42	239.47
registrar	27	32	84.38	153.77
encaminhar	26	32	81.25	140.69
inquérito policial	22	26	84.62	125.37
pedir	26	35	74.29	124.49
delegar	16	16	100.0	112.97
injúria	17	18	94.44	111.58
juiz	20	25	80.0	105.55
crime	36	73	49.32	94.13
instaurar	11	11	100.0	77.46
flagrante	13	15	86.67	76.05
procedimento criminal	16	22	72.73	73.83
iml	10	10	100.0	70.38
representação	11	12	91.67	69.21
vias de fato	12	14	85.71	69.13

A classe 5 (15,2% do *corpus*), com o título “As características do casal em situação de violência de gênero”, englobou as palavras *ano, idade, relacionamento, casal, jovem, imaginar, mais, tempo, bairro, mês, mais ou menos, junto, velho, faixa, baixo, novo, características, convivência, fisicamente*. Essa classe reuniu os STs em que os participantes se posicionaram em relação às características dos casais das situações hipotéticas. Como podemos

notar pelos exemplos, por vezes, os participantes declararam não existir um padrão de casal na situação de violência, e em outros momentos descreveram suas idades, tempo de relacionamento e idade dos filhos, bem como mencionaram as diferenças existentes nas relações afetivas entre os gêneros e na situação de violência, a depender da variação geracional dos homens e mulheres. A característica sociodemográfica dos participantes que se destacou nessa classe foi a idade sendo entre 41 e 50 anos. A seguir, demonstramos STs que representam essa classe:

Inclusive até em **relacionamentos mais** duradouros isso é frequente. Diante da realidade que a gente vive hoje, a gente já presenciou situações dessas com 1 **mês de relacionamento**, mas também com **anos de relacionamento**, essa forma dele agir. (Acácia)

As mulheres **mais jovens** estão bem **mais** independentes do que as pessoas de 40 **anos de idade**, acima de 40 **anos de idade**, acho que as pessoas **velhas** estão um pouco dependentes, então tem o histórico do que a sociedade impõe nas pessoas. (Gerânio)

Eu acredito que seja um **casal**, um **relacionamento** assim... eu **imagino** que ele deve ser bem **jovem**, bem **jovem**, na **faixa** de uns 25 **anos de idade**, por aí, ela, uns 22 **anos de idade**, 23 **anos de idade**... (Íris)

Eu **imagino** que no dia a dia deles tenham brigas, pega o celular escondido para olhar, desconfiança, não deve ser uma **convivência** muito boa, acredito que deve ter um lazer para beber com os amigos, acredito que sim. (Melissa)

Não, a gente tem todos os **bairros** que você pode **imaginar**, você pode **imaginar** até que no bairro tal não tem, tem também, tem também. (Camélia)

Talvez a mulher **mais** bonita, já que ele tem tanto ciúme, **mais** corpo, **mais** bonito o corpo, **mais** bonito, **mais** magra, diria **mais** magra, com volume na bunda, não sei a **idade**. (Florêncio)

Eu vou falar bairro que esse **casal** reside, que é um dos **bairros** que a gente **mais** atende... eu estou tentando partir da vivência na deam, mas, por exemplo, outro bairro, que é um **bairro mais** nobre... (Angélica)

Agora não sei quantos **anos**, mas para já viver esse **tempo** deve ter **mais** de 5 **anos** de **relacionamento**, 6 **anos** de **relacionamento**, 7 **anos** de **relacionamento** que eles estão convivendo e eu acho que é um perfil dos casais que vem na deam. (Lílian)

Eu **imagino** que eles estejam **juntos** há **mais ou menos** uns 6 **meses** de **relacionamento**, por **mais** que seja hipotético, mas a gente está lidando com esse tipo de situação diariamente na deam. (Íris)

Características físicas... realmente eu vou ser sincero, fica um pouco complicado, porque não tem muitos detalhes, um **casal** nessa **faixa** dos 30 **anos** de **idade**, pessoas **jovens**, comuns, pessoas comuns. (Jacinto)

A seguir, na tabela 6, apresentamos as palavras mais representativas da classe e seus percentuais e χ^2 :

Tabela 6

Formas significativas da Classe 5 do Corpus 1

<i>Palavra</i>	<i>Frequência na classe</i>	<i>Frequência no corpus</i>	<i>% na Classe</i>	<i>X²</i>
ano	115	170	67.65	398.13
idade	67	101	66.34	216.1
relacionamento	74	155	47.74	138.45
casal	57	104	54.81	133.68
jovem	29	35	82.86	126.41
imaginar	62	143	43.36	94.94
mais	115	366	31.42	92.47
tempo	43	84	51.19	88.14
bairro	21	28	75.0	78.69
mês	20	27	74.07	73.51
mais ou menos	20	29	68.97	65.91
junto	32	64	50.0	62.09
velho	13	18	72.22	45.75
faixa	9	10	90.0	43.55
baixo	10	12	83.33	43.41
novo	18	32	56.25	42.46

características físicas	7	7	100.0	39.13
convivência fisicamente	7	7	100.0	39.13
	13	21	61.9	35.86

A classe 1 (19,4% do *corpus*), denominada “As violências de gênero e suas particularidades na Deam”, foi constituída pelos STs dos participantes sobre a múltiplas formas de violência de gênero e seus tratamentos na Deam. Os policiais relataram a dificuldade em trabalhar com a violência psicológica, bem como o acolhimento diferencial nesse tipo de caso. Também mencionaram a particularidade dos casos que envolvem a classe alta na situação de violência doméstica, em que as mulheres que sofrem dessa situação têm vergonha de denunciar e expor o ocorrido. A participante Hortênsia e a função psicóloga tiveram destaque na contribuição para formação dessa classe. As palavras mais relevantes dessa classe foram *violência, violência psicológica, resolver, situação, às vezes, entender, deam, acolhimento, muito, agressão, ajuda, expor, normalmente, sofrer, violência física, procurar, classe alta, histórico*, e os STs expostos podem ajudar na compreensão do sentido dessa classe:

Não enxergo outra **violência**, só **violência psicológica** pelo relato que você fez. Não, não queria acrescentar mais nada, só que comparando com os casos que chegam na **deam**, um grau de [risco]... medindo a gravidade seria **muito** baixo, um risco **muito** baixo de morte, grau **muito** baixo. (Gerânio)

Então, acho que a gente tem que pensar em tudo, não é só quando ela chega na **deam**, porque o pensamento... veio até a **deam, resolveu**. Não, não **resolveu** nada! **Resolveu** só que ela **entendeu** que ela vive uma **situação** de **violência**. (Hortênsia)

Eu considero uma violência contra a mulher. Sobre o tipo de **violência**, existe... agora teve uma atualização do crime, não existe mais a perseguição, mas ele foi para o 147 a e 147 b, então vai depender da análise. (Acácia)

Não denunciou, a gente tem que compreender que para chegar até na **deam** é porque já estava insustentável, porque nem todas têm coragem de imediato de nos primeiros sinais de **violência procurar ajuda**. (Gardênia)

É um tipo mais grave. Seria **violência física**. Normalmente tem a ofensa também. É isso. Porque eu acho que esse caso é mais grave do que o anterior, porque esse envolveu, além das ofensas... (Florêncio)

Eu costumo me colocar no lugar dela, porque tem mulher, eu já tenho na minha mesa uma caixinha de lenço, porque **muitas** mulheres choram **muito**, principalmente quando elas são vítimas de **violência psicológica**, então no caso dela... (Margarida)

Eu acho que quando a mulher ela é bem orientada e quando ela **procura** a **deam**, ela já vem com um pouco de... um pouco decidida, **às vezes** tem até medo, tem **muitas** dúvidas... (Jasmin)

De estar fazendo esse **acolhimento** e de estar encaminhando ela, porque a gente não sabe o quanto mexeu no psicológico da pessoa de tanto ela estar sendo submetida a esse tipo de **violência**. Na **deam** acontece assim, acontece o **acolhimento**. (Hortênsia)

Vamos lá ver como ela chega, isso o protocolo não diz, o protocolo diz que o atendimento tem que ser um **acolhimento** bastante humano, mas **às vezes** essa mulher ela chega **muito** judiada, ela chega **muito** mal na **deam**. (Íris)

Mas esse ocorre **muito** em todas as classes sociais, também já atendi casos na **deam de classe alta**, só que quando é **classe alta ou** classe média, **às vezes** a pessoa não quer se **expor** porque sabe que se **expondo** vem um processo judicial. (Rosa)

Meu deus, agora não lembro, o xingamento **às vezes** fere mais do que **violência física**, mas se existe um carinho, um amor entre eles e ele apenas está desconfiando dela... (Lílian)

Elas ficam naquele relacionamento ruim até na **deam**, o último ponto, mas ela já está em um **histórico** de **violência** há um tempo. (Dália)

A tabela abaixo (tabela 7) demonstra as formas mais relevantes dessa classe:

Tabela 7

Formas significativas da Classe 1 do Corpus 1

<i>Palavra</i>	<i>Frequência na classe</i>	<i>Frequência no corpus</i>	<i>% na Classe</i>	<i>X²</i>
violência	56	80	70.0	136.37
violência psicológica	24	32	75.0	64.15
resolver	26	40	65.0	54.15
situação	63	159	39.62	45.17
às vezes	51	119	42.86	44.47
entender	31	61	50.82	39.63
deam	110	350	31.43	39.47
acolhimento	13	16	81.25	39.36
muito	95	292	32.53	37.84
agressão	19	31	61.29	35.24
ajuda	15	22	68.18	33.76
expor	8	8	100.0	33.29
normalmente	18	30	60.0	32.01
sofrer	23	44	52.27	31.0
violência física	28	59	47.46	30.52
procurar	21	40	52.5	28.51
classe alta	10	13	76.92	27.61
histórico	9	11	81.82	27.48

Próxima à classe 1, tivemos a classe 4 (19,8% do *corpus*), nomeada de “As compreensões sobre gênero, relacionamento amoroso e violência de gênero”, na qual encontramos os STs dos profissionais sobre suas compreensões em relação aos comportamentos dos homens e mulheres em situação de violência de gênero, com uma maior concentração de STs da primeira situação hipotética, apesar do Iramuteq não ter separado as classes pelas situações exatamente. As palavras mais representativas dessa classe foram *comportamento, mensagem, celular, confiar, achar, controlar, trair, homem, relação, ciúme, partir, machismo, aceitar, frequente, privacidade, vigiar, amigo*. A participante Melissa foi

quem mais contribuiu com a formação dessa classe, apesar de não ter sido uma diferença tão marcante (com o χ^2 de apenas 11,71). Os seguintes exemplos são ilustrativos dessa classe:

Não têm filhos, ele tem **comportamento** de insegurança com **relação** ao relacionamento, digo até com receio diante à sociedade de traição, da figura masculina de que não é **traído**, que tem que se reafirmar perante a mulher. (Acácia)

Então eu vejo nela, eu vejo que deveria ter uma conversa e não estar escondendo, eu não aprovo isso, esse **comportamento** dela não e também não aprovo o dele, por isso que eu digo que tem problema nesse casamento. (Margarida)

Muitas **aceitam** essa situação, recuam, ficam sem **celular**, ou então passam a senha ou, nesse caso, não foi o **comportamento** dela, mas assim, as redes sociais trouxeram uma instabilidade muito grande nos relacionamentos (Jacinto)

Então, ela, para mim, se manteve em uma postura, no meu ponto de vista, talvez correta ou não... porque ela não tem que estar abrindo o **celular** para ninguém, até porque o telefone é uma questão de **privacidade**. (Rosa)

O que **acho** sobre a atitude dele, é absurda, como te falei no início, não pode ficar, você tem que **confiar** no seu parceiro, na sua parceira. Se você está é porque você gosta dela. (Melissa)

Sim, acredito que isso aconteça com ela, **acho** que ele se **comporta** assim pela crença da impunidade. O que penso dela enquanto vítima, ou por que não agiu antes? (Florêncio)

Então, **acho** que agressividade vem do próprio caráter da pessoa, só que como a mulher é mais frágil, o **homem** tem mais, sei lá, o que mais, **machismo**, digamos, o povo fala muito de **machismo**. (Lílian)

A gente imagina que pode ser querer **controlar** por conta dos **ciúmes** que ele sente dela, da insegurança também, então tem vários fatores envolvidos, penso isso, eu acho que ele tem que querer procurar ajuda. (Hortênsia)

Questão de gênero de que o **homem** pode **controlar** os passos da mulher e que a mulher está submissa aos interesses dele, bem machista. Eu não me lembro o que ela faz quando ele começa a fazer isso com ela. (Gardênia)

A violência psicológica, que é essa questão do controle, de querer **controlar** os passos dela, de saber aonde está, onde não está. (Jasmin)

Isso para o outro que se põe em uma posição de dono dela, **acha** que ela tem o direito, e a **partir** daí começam as ofensas, mas eu **acho** que o xingamento não vem de uma hora para outra... (Íris)

Agora que existe um **machismo**, que a gente sabe que nós temos no nosso país, e que no mundo inteiro e no Brasil, principalmente, que a gente sofre com influência da sociedade patriarcal muito grande. (Camélia)

Posso não entrar na naturalidade dele? Porque realmente não faz muita... claro vão ter as diferenças culturais, isso vai influenciar sim, mas pensando no **machismo** estrutural... (Angélica)

Controlando o uso, esse controle do uso que eu não me recordo qual crime poderia ser, mas com certeza uma ameaça se ele ficasse seguindo ela, **vigiando** muito, dependendo pode caracterizar... (Dália)

Talvez seja uma pessoa, o **homem**, de que ele quer **controlar** a pessoa, a sua companheira, não dando de repente a devida liberdade já que ela disse que ele era apenas um **amigo**. (Gerânio)

A tabela 8 a seguir apresenta as principais formas da classe 4:

Tabela 8*Formas significativas da Classe 4 do Corpus 1*

<i>Palavra</i>	<i>Frequência na classe</i>	<i>Frequência no corpus</i>	<i>% na Classe</i>	<i>X²</i>
comportamento	59	95	62.11	112.62
mensagem	32	40	80.0	93.16
celular	44	71	61.97	82.52
confiar	23	28	82.14	69.48
achar	107	287	37.28	65.06
controlar	20	26	76.92	54.11
trair	21	30	70.0	48.32
homem	62	150	41.33	47.5
relação	38	78	48.72	42.78
ciúme	19	29	65.52	38.71
partir	18	27	66.67	37.84
machismo	9	9	100.0	36.59
aceitar	12	15	80.0	34.46
frequente	12	15	80.0	34.46
privacidade	8	8	100.0	32.51
vigiar	9	10	90.0	31.16
amigo	26	54	48.15	28.08

A classe 3 (19,2% do *corpus*), nomeada de "O contexto da violência de gênero no âmbito doméstico", comportou as palavras *chegar, aqui, mãe, dizer, sair, bater, matar, casa, pai, deam, lá, apanhar, médico, senhor, correr, vizinho, amanhã*, como mais representativas. Os discursos que compuseram essa classe destacaram como se dá o início da violência doméstica contra a mulher dentro das relações familiares e, nesse caso, com ênfase para relações nas quais as pessoas possuem filhos. Também abarcou conteúdos sobre a complexidade da violência nessa relação familiar como, por exemplo, o medo de denunciar, o sentimento de culpa e a dependência financeira e afetiva pelo agressor. Nessa classe, as participantes Íris e Rosa, a função assistente social e a formação Serviço Social foram as que mais contribuíram para sua formação. Abaixo, seguem algumas STs características dessa classe:

Mas muitas já **chegam** na **deam** já com uma evolução do caso, por isso é bom vir antes e quebrar esse ciclo, tem que quebrar, ela que tem que quebrar o ciclo. (Camélia)

Ela **chegou** na **deam** agredida, como uma que estava na **deam**, quando ela abriu o braço, o sangue espirrou em mim, fechei o braço dela, “leva para o hospital **correndo**”, tem a família que está... pode ficar. (Íris)

Só ele que trabalha, ela não trabalha e por isso que ele **chega** em **casa** e é autoritário, tem essa postura de **chegar** e botar ordem na **casa**, porque ela faz menos do que ele e ela vem na **deam**. (Dália)

Qualquer coisa é para **matar** mesmo, então fica na casa abrigo, se tiver filho leva para a casa abrigo, o pessoal **daqui** vai até **lá**. Estou falando o que acontece na **deam**. (Lílian)
Disse “não, porque eu dependo dele financeiramente”. Já vi outro caso daquela outra mulher que **apanhou** que só do marido gravemente, voltou porque dependia dele financeiramente. (Melissa)

Sai com os amigos para beber e quando **chega** em **casa**, quer as coisas tudo do jeito dele, então eu consigo visualizar que ele **bate** nela, é por conta da bebida alcoólica, eu não acho que se ele não bebesse, ele agredia fisicamente não. (Margarida)

Mas a gente fica pensando “é o **pai** do meu filho, eu não quero prejudicar”. Eu imagino que nesse caso ocorreria uma mediação de conflitos na **deam**. (Rosa)

Ou um **vizinho** chamou e o cara vem na **deam**, ia preso em flagrante. Vão ter os desdobramentos, então é um caso que acontece bastante esse tipo de situação, essas discussões. (Jacinto)

Apesar de muitos anos de casados, ela sempre vê o lado bom, que quando ele não está bêbado, que ele é um bom marido, que ele foi um bom **pai**, que ele nunca deixa faltar nada em casa... (Jasmin)

“A **senhora**, você tem que tomar uma decisão, a gente está vindo ajudar a **senhora** na **deam**, mas de repente se a **senhora** demorar muito não vai ser mais a gente que vai

voltar, pode ser uma situação mais grave que a **senhora** pode até perder a vida”.

(Gerânio)

A tabela (tabela 9) a seguir possui a lista das principais palavras dessa classe:

Tabela 9

Formas significativas da Classe 3 do Corpus 1

<i>Palavra</i>	<i>Frequência na classe</i>	<i>Frequência no corpus</i>	<i>% na Classe</i>	<i>X²</i>
chegar	89	200	44.5	92.64
aqui	33	52	63.46	67.67
mãe	36	64	56.25	58.76
dizer	114	338	33.73	56.34
sair	37	69	53.62	54.84
bater	29	51	56.86	48.04
matar	12	13	92.31	45.17
casa	58	145	40.0	43.97
pai	29	54	53.7	42.76
deam	110	350	31.43	41.69
lá	39	85	45.88	40.97
apanhar	14	19	73.68	36.79
médico	12	16	75.0	32.44
senhor	26	53	49.06	31.42
correr	8	9	88.89	28.35
vizinho	9	11	81.82	28.01
amanhã	9	11	81.82	28.01

Próxima à classe 3, temos a Classe 2 (13,8% do *corpus*), intitulada “A rotina da família em situação de violência”, que englobou como vocábulos mais importantes *criança, trabalhar, cuidar, casa, dinheiro, filho, pagar, salário, noite, menino, bico, comida, renda, mãe, estudar, morar, emprego*. A participante Rosa foi quem mais contribuiu para a classe, juntamente com a função agente de polícia. Essa classe apresentou STs do contexto social da família em situação de violência doméstica, e incluiu trechos de falas dos participantes que relataram como imaginam a rotina e a divisão de tarefas das pessoas envolvidas na situação de violência doméstica, como podemos ver nos exemplos a seguir:

Eu penso que ele também é muito possessivo, que ela não **trabalha** por conta dele, que ele não quer que ela saia de **casa**, que é para ela ficar **cuidando** das **crianças**, mas socialmente ele se relaciona muito bem com as pessoas, esse comportamento dele controlador é mais em **casa**. (Gardênia)

Dois empregos, então digamos, sai para **trabalhar** de manhã cedo, vai **trabalhar**, basicamente só se encontram muitas vezes a **noite** em **casa**. (Gerânio)

A música é mais ou menos assim “eu vejo essa mulher como uma Amélia que vive para **trabalhar**, para **cuidar** de **criança**, passar, lavar, cozinhar”. Eu consigo enxergar ela em uma situação também desgastada, mas que não toma atitude com relação a isso. (Margarida)

Mas ele quer que a mulher continue **trabalhando**, ganhando **dinheiro**, mas quando chega em **casa**, ele quer se deitar no sofá, você quer que ela traga **comida** pronta para ele sentado comer, botar os pratos... (Rosa)

Ele tem uma relação boa com o **filho**, o filho, o pai também usa muitas vezes da alienação parental, começa tentar jogar a **criança** contra a própria **mãe**, isso é muito comum. (Angélica)

Mas ele só faz isso quando ele bebe, mas ele bebe a **noite**, quase todos os dias, então essa mulher deve vivenciar isso por muitos anos e ela resolveu acabar com isso, porque o sofrimento já estava exagerado demais. (Hortênsia)

É muito maltrapilho, faz **bico**, não fica em **emprego** nenhum, não liga para **casa**, não liga para mulher, não liga para **filho**, não liga para ninguém. (Íris)

Ela não agiu antes porque temia o futuro, como ia sobreviver, onde ia **morar**, tem os **filhos** para criar, então tem dependência financeira dele para poder dar o sustento dela e dos **filhos**. (Florêncio)

Eu acho que hoje como tem muita gente desempregado, na maioria dessas pessoas hoje elas não têm um **emprego** formal, é aquele que **trabalha** por conta própria ou é autônomo. (Lílian)

São pessoas com um trabalho, um subemprego, um **emprego** que dá para **pagar** as contas, vamos dizer dessa maneira, que é a maioria, mas eu vejo de tudo. (Dália)

As palavras mais relevantes da classe 2 estão apresentadas na tabela (tabela 10) abaixo:

Tabela 10

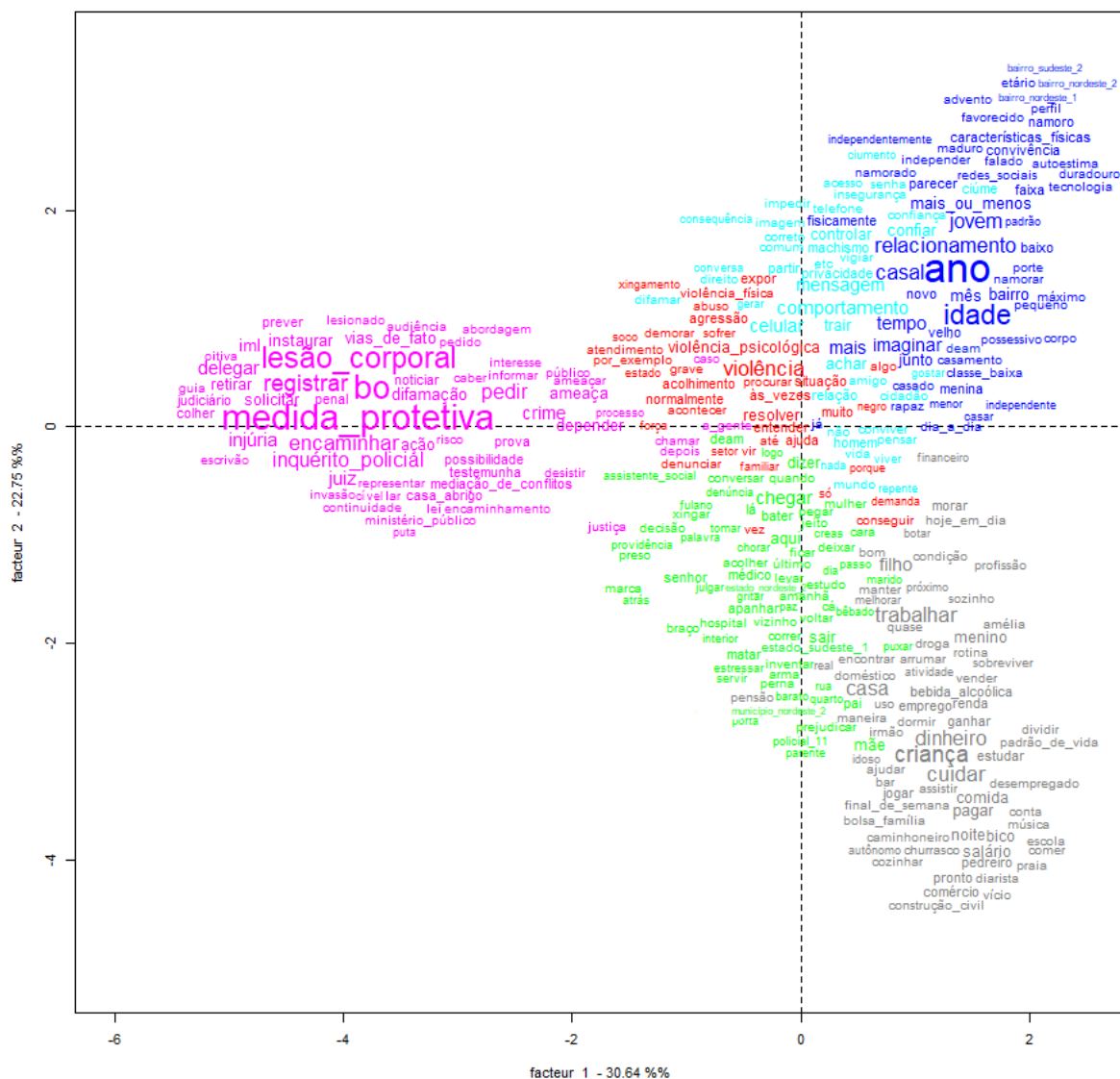
Formas significativas da Classe 2 do Corpus 1

<i>Palavra</i>	<i>Frequência na classe</i>	<i>Frequência no corpus</i>	<i>% na Classe</i>	<i>X²</i>
criança	36	49	73.47	150.1
trabalhar	63	128	49.22	144.29
cuidar	29	36	80.56	137.06
casa	64	145	44.14	121.06
dinheiro	28	38	73.68	116.54
filho	74	203	36.45	97.71
pagar	13	14	92.86	73.89
salário	9	9	100.0	56.32
noite	10	11	90.91	55.14
menino	16	25	64.0	53.49
bico	8	8	100.0	50.04
comida	11	14	78.57	49.59
renda	11	15	73.33	44.9
mãe	27	64	42.19	44.68
estudar	10	13	76.92	43.71
emprego	12	19	63.16	39.17

Como mencionado anteriormente, o *software* pode contribuir para a compreensão das sobreposições e contraposições entre as classes. Para facilitar esse entendimento, podemos visualizar essas relações no plano cartesiano resultantes da Análise Fatorial de Correspondência realizada pelo programa (Figura 3):

Figura 3

Análise Fatorial de Correspondência (AFC) do Corpus 1 - formas



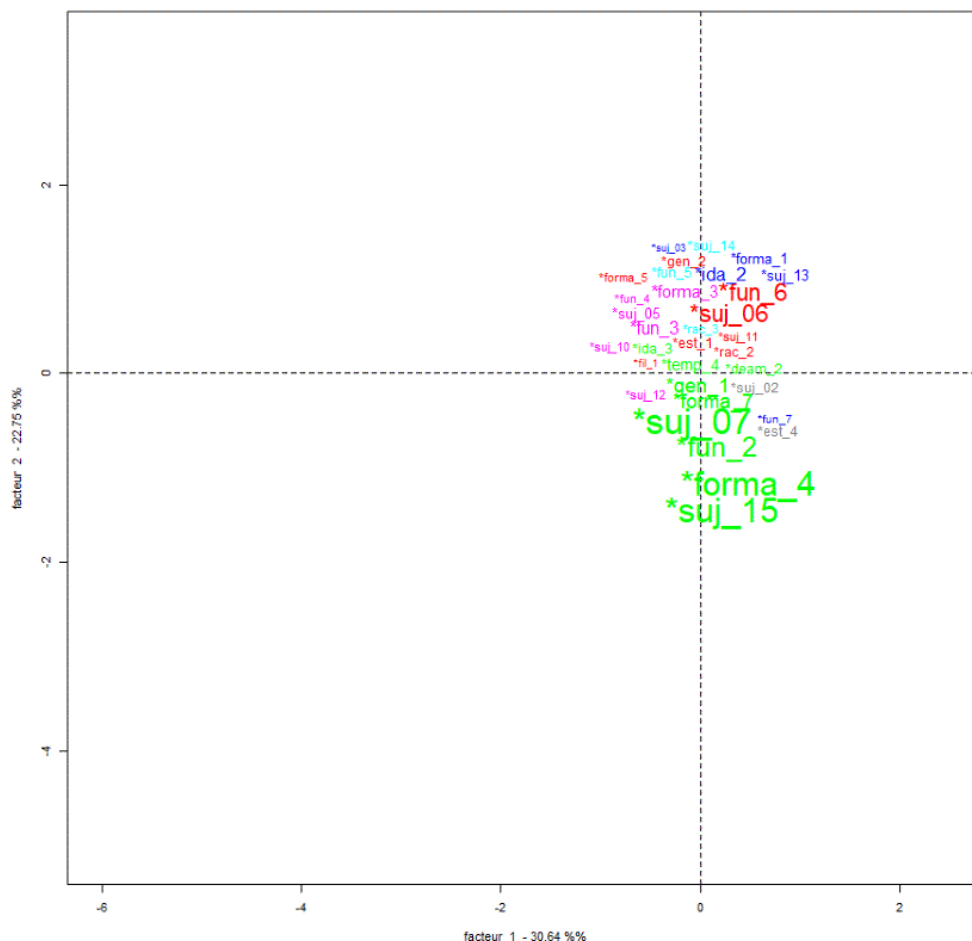
Notamos por esse plano que, em uma análise do eixo vertical, as classes 5 (azul escura), 1 (vermelha) e 4 (azul clara) encontraram-se na parte superior, mais próximas, enquanto as classes 3 (verde) e 2 (cinza), em contraste, localizaram-se na área inferior. Além disso, a classe 6 (rosa) ficou centralizada nesse sentido vertical. Por outro ângulo, analisando o eixo horizontal da figura, constatamos que a classe 6 foi a que teve a posição mais afastada das outras classes, o que mostra que teve um vocabulário mais diferenciado e único, em relação às demais classes,

o que já podemos observar desde a figura da etapa de processamento (figura 1). Ainda pelo eixo horizontal, podemos perceber uma polarização das classes 5, 4 e 2 no lado direito do plano, e as classes 1, 3 e 6, no esquerdo, apesar de a 1, 3 e 4 estarem mais centralizadas em relação às demais. Por essas oposições, podemos ver no plano horizontal, que há uma descrição dos casos; do lado esquerda, a caracterização dos casos na Deam, com foco nos aspetos jurídicos, e do lado direito, as especificações do casal em situação de violência de gênero. No eixo vertical, encontramos os contextos dos casos, no quadrante inferior, o contexto familiar, e no superior, o contexto do relacionamento entre o casal.

Pelo plano a seguir (figura 4), outra possibilidade que o *software* nos oferece é visualizar as principais variáveis (inseridas nas linhas de comandos no *corpus*) que contribuíram para os conteúdos lexicais de cada classe e como se deram essas polarizações, de acordo com a distribuições das classes no plano.

Figura 4

Análise Fatorial de Correspondência (AFC) do Corpus 1 - variáveis



A informação de maior destaque que obtivemos desse plano foi que as participantes 7 e 15 (Íris e Rosa, respectivamente), as formações 7 (serviço social) e 4 (engenharia da produção) e a função 2 (assistente social) tiveram uma grande contribuição na formação da classe 3 (verde). Além disso, a participante 6 (Hortênsia) e a função 6 (psicólogo) contribuíram fortemente para construção da classe 1 (vermelha). Entretanto, em relação às polarizações, estas não foram tão evidentes entre as variáveis, com uma ênfase no contraste no eixo vertical do participante 14 (Jacinto) no plano superior e participantes 7 e 15 (Íris e Rosa, respectivamente), no inferior. Já por uma análise do eixo horizontal, notamos uma

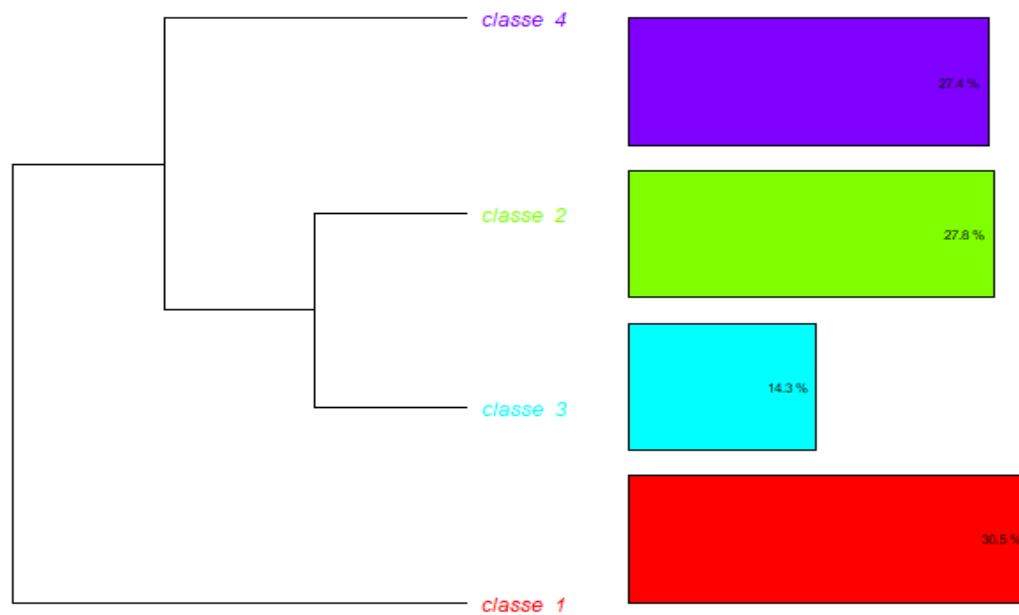
contraposição entre funções 3 (delegado) e 4 (escrivão), no quadrante superior esquerdo, com a função 6 (psicólogo), no quadrante superior direito.

4.4. *Corpus 2* – Discursos presentes nas entrevistas

O *corpus 2* foi composto por 15 textos constituídos pelas falas dos participantes nas entrevistas semiestruturadas. A partir do processamento desse banco de dados, o *software* formou 1.577 STs, dos quais 1.336 foram classificados, resultando em um aproveitamento de 84,72% do *corpus*. Pela figura abaixo (figura 5), podemos ver as etapas de processamento do *software*, as classes formadas e as relações destas:

Figura 5

Dendrograma do Corpus 2 – as etapas de processamento



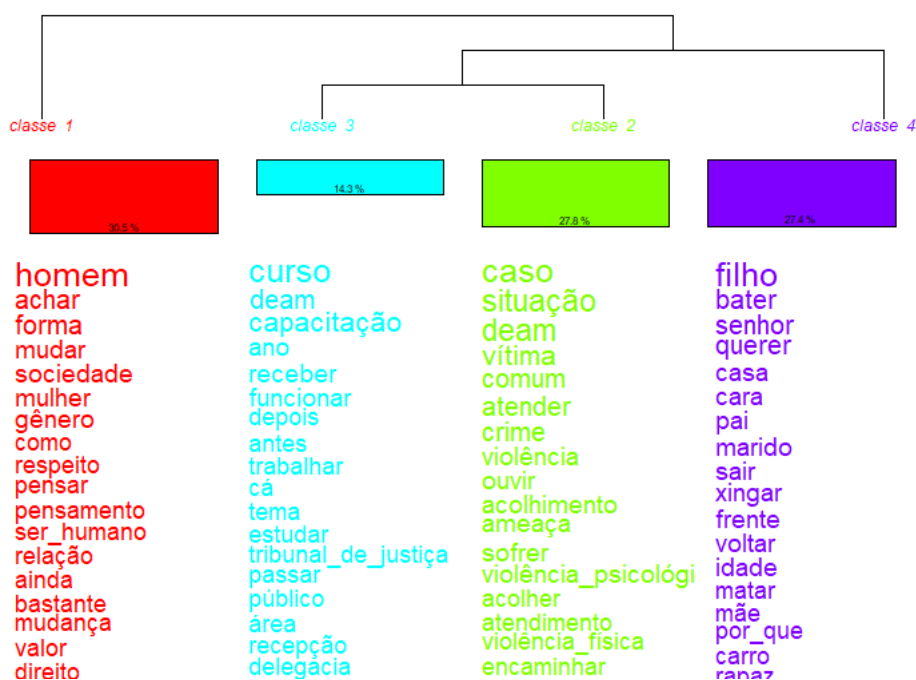
Por meio da leitura horizontal da figura 5, da esquerda para a direita, notamos uma 1ª fragmentação, a qual gerou a classe 1, que representou 30,5% do *corpus* analisado. Em uma 2ª partição, o Iramuteq formou dois grupamentos diferentes: o primeiro gerou a classe 4, que

correspondeu a 27,4% do *corpus*, e o segundo, formado pelas classes 2, que representou 27,8% do *corpus*, e a classe 3 (14,3% do *corpus*), gerada na 3ª repartição do processamento do *corpus*. Podemos perceber por essas fragmentações que a classe 1 encontrou-se separada do restante das classes, possuindo, então, um contexto lexical mais diferenciado em relação às demais. Já as classes 4, 2 e 1 tiveram uma maior aproximação entre si, uma vez que ficaram conectadas em um mesmo grupamento, principalmente as classes 2 e 3, ligadas dentro de um mesmo subgrupamento.

No dendrograma (figura 6) abaixo, elaborado pelo *software* Iramuteq, podemos visualizar as principais palavras (formas ativas) de cada classe:

Figura 6

Dendrograma do Corpus 2 - as classes



A classe 1 (30,5% do *corpus*), nomeada de “Gênero e violência de gênero para os profissionais das Deams”, reuniu STs nos quais os profissionais entrevistados expressaram suas representações acerca das diferenças entre homens e mulheres e da violência de gênero,

baseando-se, para tanto, no que pensam ser socialmente imposto, e como isso foi se constituindo ao longo de suas vidas a partir de suas experiências cotidianas e profissionais. Os participantes Melissa e Gerânio foram os que mais contribuíram para esta classe, assim como as variáveis das formações em Administração e História, e idades entre 41 e 50 anos. Os principais vocábulos que representaram essa classe foram *homem, achar, forma, mudar, sociedade, mulher, gênero, como, respeito, pensar, pensamento, ser humano, relação, ainda, bastante, mudança, valor, direito*, como podemos notar nos exemplos abaixo:

Uma parte mais sensível e o outro uma parte mais racional, mas isso não quer dizer que às vezes a **mulher** também não vai ser mais racional e o **homem** também não vai ser mais sensível, mas eu vejo uma complementaridade. (Acácia)

Eu não acredito que tenha uma resposta, **como** que eu falo, uma caixa para o que é ser **homem** e o que é ser **mulher**. Acredito que aprendi a **pensar** dessa **forma** a partir do olhar do **respeito**. (Angélica)

Homens e mulheres, nós somos diferenciados, nós somos diferentes biologicamente, isso é óbvio. O que eu **acho** que deve ter é a busca pela igualdade de **direitos**, agora existe a diferença do **gênero**. (Camélia)

Isso para questão do movimento lgbt e para questão da **mulher**, e essa violência de gênero sempre tendo a **mulher como** algo objeto, algo que é pertencente, algo que pertence ao **homem**, então esse tipo de violência acontece... (Íris)

E você vê, se fosse por isso, eu, **mulher**, não estaria hoje exercendo um cargo tipicamente que a gente vê de **homem**, então eu nunca me conformei com isso, **acho** que você sonha e batalha pelo que você quer, independentemente se é **homem** ou se é **mulher**. (Gardênia)

Avançou **bastante** já, mas, **como** todo mundo sabe, a **sociedade** é **bastante** machista, a **sociedade**, na verdade, é patriarcal **ainda**. É, **mudou bastante**, mas **ainda** é, então a **sociedade** na maioria das vezes... (Jacinto)

Eu estou falando de políticos. No geral traz votos, então criou se uma onda crescente em que isso em verdade não beneficia a **sociedade**, **acho** que está criando muito **direito** para poucos, excluindo e punindo a maioria. (Florêncio)

Violência de gênero para mim é a violência, é uma só, não existe de **gênero** disso, é só para poder enfeitar, para mim a violência é uma coisa, para mim é geral, seja em **mulher**... (Lílian)

Porque o entendimento que eu já tinha antes de **respeito** sempre foi forte, independentemente de eu ser da deam ou não, **mudou** em termos de conhecimento dos **direitos** da pessoa, mas em termos do conhecimento da pessoa **como ser humano** não **mudou** muito não. (Melissa)

Eu acho que o **respeito** tem que existir. Como a gente está falando de **homem e mulher**, está falando de **relações**, então eu acho que tem que ir desconstruindo isso e ir mostrando que o **respeito** é a melhor coisa que tem que existir. (Hortênsia)

As formas mais expressivas dessa classe estão representadas na tabela (tabela 11)

abaixo:

Tabela 11

Formas significativas da Classe 1 do Corpus 2

<i>Palavra</i>	<i>Frequência na classe</i>	<i>Frequência no corpus</i>	<i>% na Classe</i>	<i>X²</i>
homem	139	179	77.65	216.29
achar	131	232	56.47	88.97
forma	71	99	71.72	85.47
mudar	66	94	70.21	75.03
sociedade	42	49	85.71	73.0
mulher	171	367	46.59	61.49
gênero	38	48	79.17	55.5
como	103	205	50.24	44.33

respeito	24	28	85.71	41.04
pensar	46	74	62.16	36.93
pensamento	23	28	82.14	35.9
ser humano	15	15	100.0	34.51
relação	34	51	66.67	32.63
ainda	49	85	57.65	31.45
bastante	18	21	85.71	30.62
valor	13	13	100.0	29.86
direito	35	55	63.64	29.62

A classe 3 (14,3% do *corpus*), nomeada “Conhecimento técnico e prática profissional”, foi composta pelos STs sobre as experiências dos profissionais com a parte mais técnica da violência de gênero, relatando os cursos realizados (ou a falta de capacitações), bem como experiências profissionais anteriores com a temática, além de comentários sobre como o fato de trabalharem em uma delegacia especializada contribuiu para conseguirem reconhecer situações de violência de gênero. Teve como as palavras mais relevantes em seu contexto *curso, deam, capacitação, ano, receber, funcionar, depois, antes, trabalhar, cá, tema, estudar, tribunal de justiça, passar, público, área, recepção, delegacia*. Apesar de não ter tido um χ^2 relevante (apenas 5,38), a variável que mais contribuiu para a classe foi o intervalo de idade entre 51 e 60 anos. A seguir, podemos ver nos STs algumas falas representativas dos participantes nessa classe:

Não **passei** por nenhuma **capacitação** na deam, não. **Depois** que eu estava na deam, eu fiz um **curso** do senado, porque eu senti essa necessidade de me capacitar. Eu fiz o **curso**. Li a lei maria da penha já várias vezes também. (Dália)

A gente **passa** por muitos **cursos** na deam sobre isso. É uma temática muito importante, porque ainda tem muita resistência até na deam, a gente vê que tem muita revitimização, desse **público** então a gente escuta muita piada dos servidores. (Jasmin)

Dar conta de todas essas questões e prestar um atendimento de qualidade para todas as mulheres que chegam na deam, porque nos **cursos** a gente lida justamente com isso, com esse ciclo da violência, essa questão do reiterar da violência. (Acácia)

Eu achei bem interessante a entrevista, eu acho que a gente tem que **estudar**, sim, muito, porque é um **tema** que demanda muito estudo e a gente precisa de muitas ações, porque não adianta só ficar no agosto. (Hortênsia)

E porque que não saiu. E quando você **passa a trabalhar** com a matéria você vê que a situação não é tão simples, que existem outros fatores que a mulher acaba às vezes presa na relação. (Gardênia)

Agora instrumentos na minha no meu dia a dia, os instrumentos mudaram. Veio a lei maria da penha, veio uma estrutura maior ajudar a combater isso. Criaram esse setor na deam que a gente **trabalha** há muitos **anos** que também... (Jacinto)

Então, nunca foi feito nenhum trabalho. Posso dizer com toda franqueza, nunca existiu um **curso** e treinando a gente para fazer essa investigação relacionada ao **público** de violência doméstica, nunca existiu. (Gerânio)

É porque eu **trabalho** na deam tem bastante tempo, então a deam antigamente eu **trabalhava** na **delegacia** lá do interior, então com o tempo você vai conhecendo, conhecendo os direitos da mulher, essa parte de violência psicológica começou agora. (Melissa)

Todas as **capacitações** que participei estão ligadas à violência doméstica, tiveram outros. Quer dizer, não foi só de violência doméstica não, mas acaba sendo também indiretamente, por exemplo era um que foi do **tribunal de justiça** também... (Angélica)

Durante o trabalho da **deam**, quando começou, os **curtos** começaram a aparecer, a gente começou a fazer. Quem não tinha feito começou a fazer, passamos. **Antes, antes**, por exemplo, eu mudei para a **deam**... (Margarida)

Sim, sim, tivemos **capacitação antes**. **Antes** de vir para **cá**, a gente teve. Eu não lembro a carga horária, mas tivemos acho que uma semana de palestras, vamos dizer assim, **antes** de vir para **cá**. (Florêncio)

Quem quer deixar de **receber** para fazer o **curso**? Então é isso, a gente aprende na experiência do dia a dia. (Rosa)

A tabela abaixo (tabela 12) expressa as principais palavras dessa classe:

Tabela 12

Formas significativas da Classe 3 do Corpus 2

<i>Palavra</i>	<i>Frequência na classe</i>	<i>Frequência no corpus</i>	<i>% na Classe</i>	<i>X²</i>
curso	49	62	79.03	222.38
deam	34	52	65.38	115.26
capacitação	23	29	79.31	102.26
ano	42	96	43.75	73.23
receber	13	16	81.25	59.25
funcionar	9	9	100.0	54.32
depois	33	80	41.25	50.46
antes	20	37	54.05	49.09
trabalhar	37	104	35.58	41.68
cá	13	21	61.9	39.47
tema	8	10	80.0	35.5
estudar	8	10	80.0	35.5
tribunal de justiça	7	8	87.5	35.2
passar	26	67	38.81	34.58
público	8	11	72.73	30.91
área	5	5	100.0	30.09
recepção	6	7	85.71	29.29
delegacia	9	15	60.0	25.86

A classe 2 (27,8% do *corpus*), “Tipos de violência de gênero na Deam”, foi formada por STs que englobam os tipos de violência de gênero mais comuns na Deam, e a diferença de tratamento dada à mulher vítima e ao caso (de acordo com o tipo de violência). As palavras mais relevantes dessa classe foram *caso, situação, deam, vítima, comum, atender, crime, violência, ouvir, acolhimento, ameaça, sofrer, violência psicológica, acolher, atendimento, violência física, encaminhar*. As participantes Acácia e Hortênsia, a dupla formação em Direito e Ciências Sociais e a função psicólogo foram as que tiveram os discursos mais destacados nessa classe. A partir dos seguintes STs, podemos visualizar alguns exemplos de falas que compuseram essa classe:

Todas têm suas particularidades, todas as mulheres têm as suas dores individuais, então é diferente, a gente não consegue, tem essas particularidades. É **comum** o **caso** da mulher que vem denunciar o marido por **violência física**, esse é o mais **comum**. (Íris)

Tem uma psicóloga agora que ela pode fazer esse tipo de oitiva de **vítima**, mas antes, antigamente tinha, é que agora a gente está sendo orientada da oitiva de **casos** de abuso sexual, são oitivas mais delicadas. (Melissa)

Até porque, como eu disse, há muitos **casos** na **deam** de denúncia falsa, acho que por isso a questão até por ser a **violência física**, pedir guia do iml, essas coisas, a gente tem que levar ela no local, tem que colher exames, eu acho que é isso. (Florêncio)

Essas diferenças são basicamente em relação à urgência do **caso**, as medidas que a gente precisa aplicar com urgência, a gente tem uma psicóloga que está cedida por um convênio, a depender da **situação violência psicológica**, a gente **encaminha** para ela também. (Gardênia)

É direito dela fazer um registro sobre um fato sobre o que quer que seja. Vamos agora falando, muitas mulheres vêm na **deam** pelo fato da **deam** ser a porta mais fácil do primeiro mecanismo para poder ver questões de divisão de bens, questão de guarda de filho. (Acácia)

Você inclusive tem situações na **deam** que as mulheres estão sendo processadas por mentirem, então quando a gente visualiza que realmente está sendo **vítima**, nossa dedicação é total, máxima, mas quando a gente verifica que existe algo de suspeita... (Gerânio)

Estão vindo muito essas situações de fim do relacionamento, tem os filhos. Eles ficam fazendo conflito com o filho falando que é alienação parental, na verdade, e também **ameaças**, encontra onde ela está, tira foto do carro dizendo que sabe onde ela está, então acontece muito isso. (Hortênsia)

No **atendimento** não tem diferença no tratamento à mulher a depender do tipo de **violência** na **deam**, o que diferencia é a questão do procedimento criminal, porque a gente vai seguir o que a lei maria da penha determinar, o que a lei determinar...

(Angélica)

Tem diferenças no tratamento a depender do tipo de **violência**, porque o próprio tipo **violência**, ele requer um **atendimento** diferenciado. Bom, como eu lhe falei a **violência física**, ela é incondicionada. (Rosa)

Têm mulheres na **deam** que chegam que não querem ser **atendidas** por homem, tem que falar com alguém, têm outras que não, que já está melhor, diversidade que chama.

(Lílian)

Teve uma senhora que veio na **deam** que parece que o taxista xingou ela. É violência contra a mulher, é, mas não é a **violência** que está lá. A lei maria da penha não veio para isso, é uma lei muito importante... (Camélia)

Não é uma matéria, não é um crime comum, é um **crime** que você precisa de um olhar diferenciado mesmo para atender. A **situação**, muitas vezes a mulher não quer uma medida policial, não quer um **atendimento**, às vezes ela só quer ser **ouvida**, só quer uma orientação. (Gardênia)

Eu não vejo mais o **acolhimento** e eu lhe digo a você, que até com a gente, eu, que sou mulher, muitas vezes por dentro eu fico com raiva. É porque eu não demonstro.

(Margarida)

A tabela a seguir demonstra as formas mais relevantes da classe 2:

Tabela 13

Formas significativas da Classe 2 do Corpus 2

<i>Palavra</i>	<i>Frequência na classe</i>	<i>Frequência no corpus</i>	<i>% na Classe</i>	<i>X²</i>
caso	89	145	61.38	91.6
situação	63	97	64.95	72.08

deam	136	287	47.39	70.13
vítima	33	45	73.33	48.2
comum	23	27	85.19	45.29
atender	38	60	63.33	39.61
crime	25	33	75.76	38.85
violência	52	96	54.17	35.93
ouvir	23	31	74.19	34.1
acolhimento	18	22	81.82	32.58
ameaça	12	12	100.0	31.5
sofrer	27	41	65.85	30.59
violência	16	20	80.0	27.61
psicológica				
acolher	13	15	86.67	26.24
atendimento	23	35	65.71	25.8
violência física	14	17	82.35	25.58
encaminhar	12	14	85.71	23.68

A classe 4 (27,4% do *corpus*), com o nome de “O desenvolvimento das diversas formas de violência no contexto doméstico”, foi constituída por STs correspondentes a relatos dos policiais sobre a dinâmica do desenvolvimento das situações da violência de gênero no âmbito doméstico, tanto de casos comuns que recebem em seu cotidiano de trabalho, como de casos considerados mais atípicos pelos mesmos, por exemplo, situações em que a mulher também agride, e outros casos nos quais os agressores são outras pessoas do relacionamento afetivo, sem ser companheiro ou ex-companheiro como, por exemplo, o pai ou o filho da mulher em situação de violência. Os discursos de Rosa foram os mais destacados nessa classe. E essa classe apresentou como palavras mais representativas *filho, bater, senhor, querer, casa, cara, pai, marido, sair, xingar, frente, voltar, idade, matar, mãe, por que, carro, rapaz* e em seguida podemos ver alguns exemplos de STs dessa classe:

“Mas **por que** que eu vou deixar passar fome meus **filhos**? Não tem condições de trabalhar, não sei o quê”. “Problema, se o **senhor** sustentar ela é porque **quer**, mas não dá o direito do **senhor xingar**.” (Rosa)

Então às vezes as pessoas já **querem** que, antes de falar o fato, a gente já **quer** que vá pegar ele e que vá preso, que vá prender, “ele me **bateu**, ele **quer** me **matar**, ele **quer** me **matar**”. (Íris)

Mas eu estou falando a maior parte. Ela **quer** viver em paz, “ele é o **pai** do meu **filho**, não **quero** ver ele preso, não **quero** ver, **quero** que ele se afaste de mim”. (Jacinto)

Não, não é que não são, não é violência, é que é mútua, é que é uma coisa e que às vezes a mulher está chateada que o **cara** arrumou outra pessoa, seguiu a vida e ela não conseguiu seguir. (Dália)

Ele faz o pix de, sei lá, 10 centavos e manda uma mensagem para ela, esculhamba ela pela mensagem. Então o **cara** não vai desistir, não vai desistir, mas violência já vi de tudo. (Jasmin)

Porque tem muito também isso da questão dos bens, separa e ele não **quer sair** do local, ele não **quer sair** da **casa** ou alguma coisa desse tipo, não vende a **casa**, mas também, mas nesse caso... (Hortênsia)

O **rapaz** falou, afirmou, “não, eu não tentei **matar** ela. Ela que tentou me **matar** com uma faca”. Mesmo contando essa história, o rapaz foi preso, porque ela estava lesionada, mas a lesão foi quando ele tentou puxar a faca dela apenas em defesa. (Florêncio)

Estava separado. Separou dele, **voltou** para casa da **mãe**, mas ele estava tão desorientado que ele chegou para a **mãe** dela e disse “dona fulana, o meu problema é amar tanto a sua filha”. (Margarida)

Na tabela abaixo (tabela 14), podemos ver as principais palavras da classe 4:

Tabela 14

Formas significativas da Classe 4 do Corpus 2

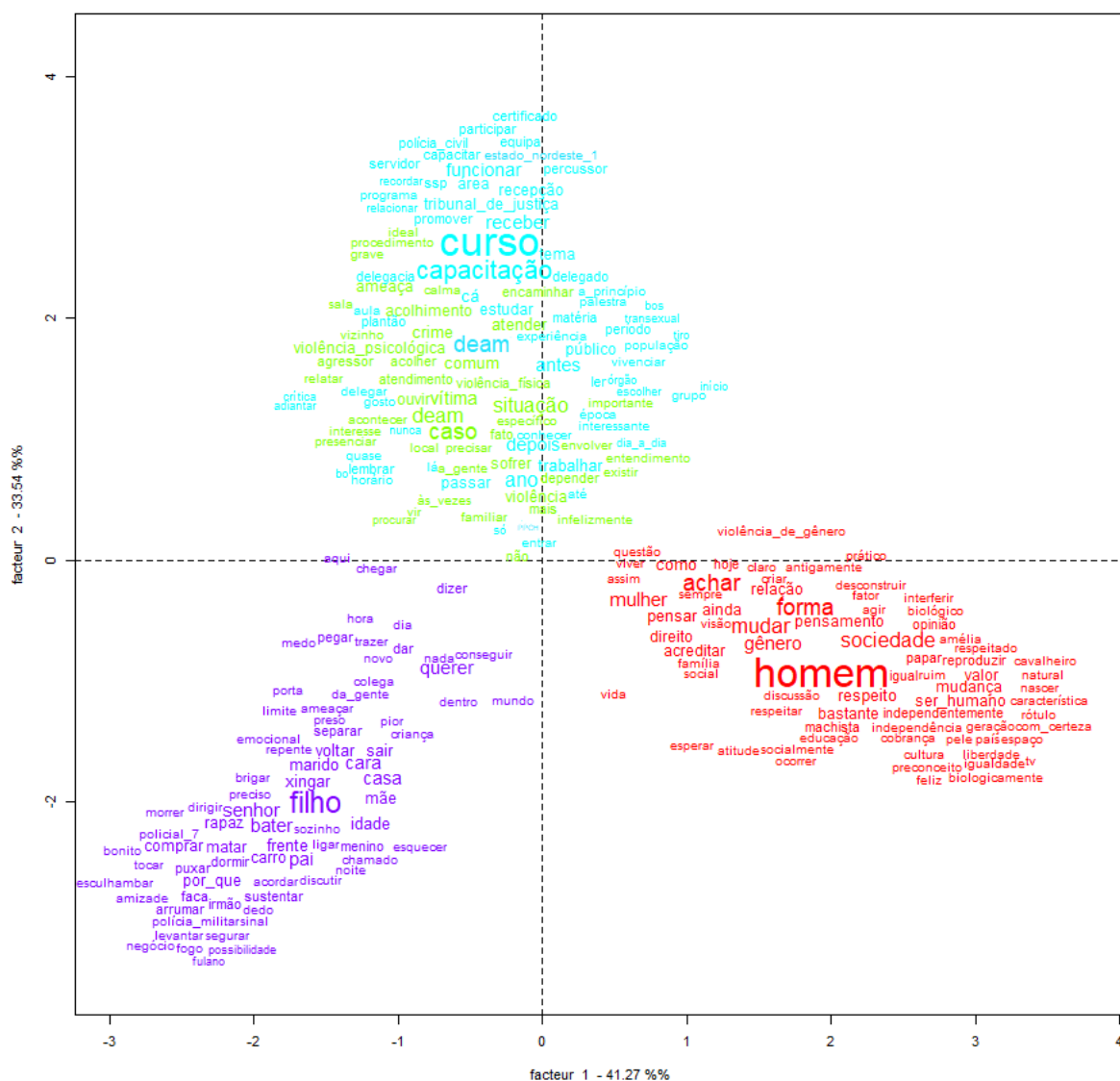
<i>Palavra</i>	<i>Frequência na classe</i>	<i>Frequência no corpus</i>	<i>% na Classe</i>	<i>X²</i>
----------------	-----------------------------	-----------------------------	--------------------	----------------------

filho	75	95	78.95	136.65
bater	31	36	86.11	64.13
senhor	28	32	87.5	59.55
querer	91	183	49.73	53.17
casa	36	52	69.23	47.61
cara	36	52	69.23	47.61
pai	22	25	88.0	47.05
marido	27	36	75.0	42.15
sair	32	48	66.67	38.61
xingar	22	28	78.57	37.66
frente	22	28	78.57	37.66
voltar	27	38	71.05	37.48
idade	23	30	76.67	37.46
matar	15	16	93.75	35.85
mãe	25	35	71.43	35.04
por que	12	12	100.0	32.09
carro	15	17	88.24	32.04
rapaz	14	16	87.5	29.41

Com o intuito de evidenciar as relações de aproximação e afastamento dos vocabulários das classes entre as mesmas, o Iramuteq oferece a possibilidade da AFC. A partir da figura abaixo (figura 7), podemos visualizar esse panorama em um plano cartesiano:

Figura 7

Análise Fatorial de Correspondência (AFC) do Corpus 2 - formas



Por meio dessa figura 3D, percebemos que as classes 3 (azul) e 2 (verde) ficaram próximas no plano superior horizontal, em sobreposição. Ademais, também se localizaram no mesmo quadrante, superior esquerdo, com algumas formas encontradas no quadrante superior direito, o que significa as similaridades das formas (palavras) no seu vocabulário. Ambas se

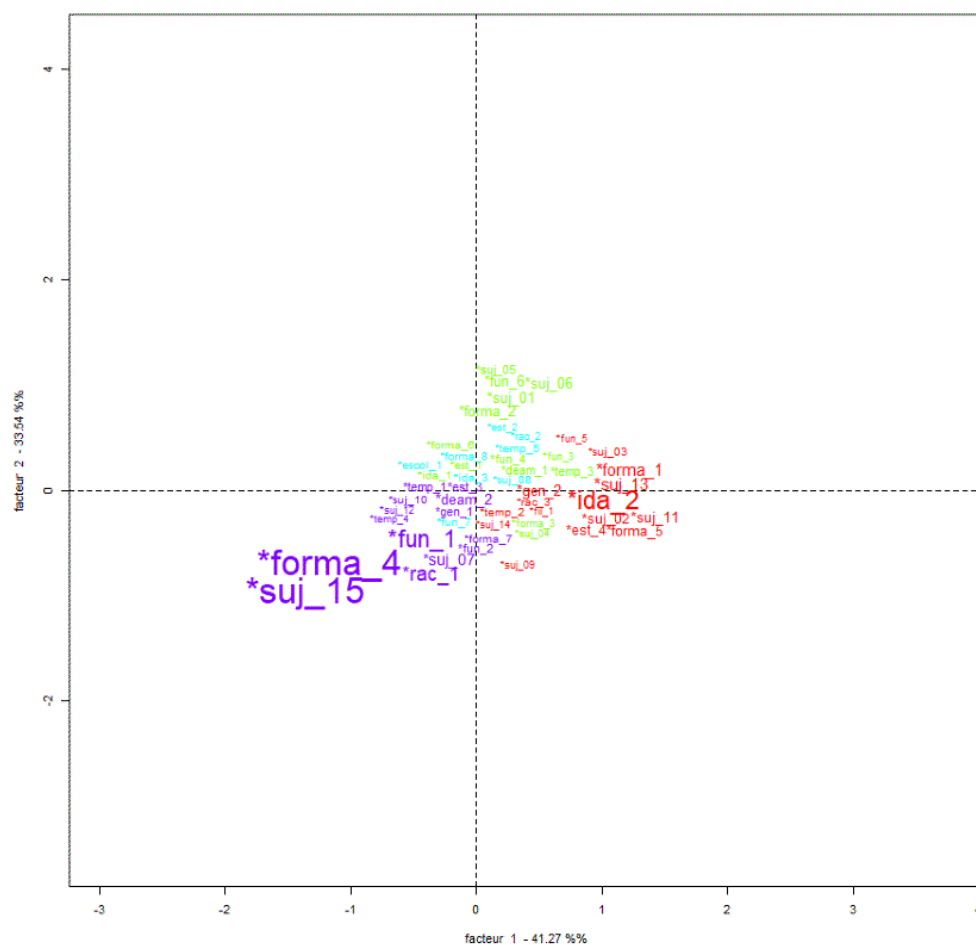
referiram às experiências dos participantes nas Deams em termos técnicos, teóricos e práticos com destaque para as capacitações/formações que experienciaram, representadas na classe 2, e para o tratamento dos casos de violência de gênero no âmbito da delegacia especializada, conteúdos evidenciados na classe 3.

Em contraposição, no mesmo eixo horizontal tivemos as classes 1 (vermelha) e 4 (roxa), que não trouxeram conteúdos tão frequentes do cotidiano dos profissionais, não estando tão próximos do protocolo usual de trabalho dos mesmos, uma vez que se referiram a dinâmica da violência (classe 4) e as suas representações de gênero e violências de gênero (classe 1). Também notamos no eixo vertical um contraste da classe 4 para as demais classes, significando que os conteúdos de suas experiências pessoais se distanciaram mais dos diretamente relacionados às suas práticas no trabalho.

Sobre as variáveis de maior contribuição dentro das classes, podemos notar suas polarizações pelo plano cartesiano abaixo (figura 8):

Figura 8

Análise Fatorial de Correspondência (AFC) do Corpus 2 - variáveis



Pela observação do eixo horizontal, notamos que a participante 15 (Rosa) e a formação 4 (Engenharia de Produção) tiveram maior destaque na formação da classe 4 (roxa), em um maior contraste com o discurso da classe 1 (vermelha), a qual teve uma maior contribuição de idade 2 (41-50 anos), os participantes 13 e 11 (Melissa e Gerânio, respectivamente) e formações 1 (Administração) e 5 (História). Ao analisar o eixo vertical, podemos observar também que a classe 4 (vermelha) também se contrapôs à classe 2 (verde), formada principalmente pela função 6 (psicólogo), participantes 1 e 6 (Acácia e Hortênsia, respectivamente) e formação 2 (Direito e Ciências Sociais). É importante ressaltarmos que em

relação às demais variáveis, apesar de haver diferenças nas formações de classes, não ocorreu de forma significativa na maior parte das classes.

5. Discussão: Representações sociais e práticas de gênero, violência de gênero e outras intersecções nas Deams

Com base nos objetivos do trabalho, o presente capítulo teve como intuito explorar as RS de gênero e de violência de gênero entre profissionais das Deams, enfatizando a gênese das RS aqui em foco, bem como as práticas dos profissionais envolvidos nessa situação. Esta pesquisa também teve o objetivo de investigar a relação entre conhecimentos técnicos e pessoais desses profissionais em sua atuação, e possíveis diferenciações em seus discursos a depender de instituição, gênero, função e nível de formação⁸. Para isso, os instrumentos empregados foram utilizados de forma complementar, de modo que foram apreciados em conjunto para debater sobre os objetos abordados nesta pesquisa.

Os resultados foram provenientes do processamento do Iramuteq a partir dos dois *corpora* produzidos (o da situação hipotética e o da entrevista semiestruturada). Para organização da discussão, a dividimos em dois tópicos principais, gênero e violência de gênero. Dentro de cada tópico, elaboramos subtópicos que abordaram mais especificamente os elementos das RS, as práticas dos profissionais das Deams, a dimensão da polifasia cognitiva e do conhecimento híbrido no contexto das RS.

Desse modo, o primeiro tópico da discussão, gênero, foi subdividido em: 1- O que é e como se constrói uma compreensão sobre gênero?; e 2- Relação entre o conhecimento sobre o gênero e as práticas no contexto das Deams. O tópico de violência de gênero, de forma similar,

⁸ Reconhecendo, desde o princípio, o número pequeno de respondentes da presente investigação, bem como suas implicações, não houve qualquer pretensão no sentido de generalização de resultados em termos comparativos. A ideia era apenas verificar se há indícios de uma possível interferência dessas diferentes variáveis. Também não foi objetivo do presente estudo identificar as inter-relações com outros marcadores sociais importantes, como raça e classe, mas tentamos, na medida do possível, estar atentas a sua presença nos discursos explorados e apontá-las.

foi separado em dois subtópicos: 1- . O que se entende por violência de gênero, quais são suas causas, a quem ela impacta e de que forma?; 2- Relação entre o conhecimento sobre violência de gênero e práticas no contexto das Deams.

5.1. Gênero

5.1.1. O que é e como se constrói uma compreensão sobre gênero?

Nesta seção, nos dedicamos a discutir o que, em nossa avaliação, relaciona-se com conteúdos das RS de gênero dos profissionais de Deams entrevistados e sua gênese. Para isso, relembramos que RS são um conjunto de conhecimentos práticos da vida cotidiana, que tem como função dar sentido à realidade e organizar a interação e comunicação na sociedade; não se constituem como um objeto em si mesmo, mas são sempre de um sujeito sobre um objeto, relacionados nessa construção, de forma que consideramos as RS, ao mesmo tempo, produto e processo (Jodelet, 2001).

As RS são elaboradas de forma conjunta em um grupo social. Escola, conhecimento científico, família, relacionamentos amorosos, religião são algumas das fontes de informação citadas pelos participantes como importantes para a construção de uma RS de gênero. Esse conjunto de informações, conforme apontado por Moscovici ao falar sobre a dispersão da informação, é uma das três condições (não sequenciais) necessárias para a constituição de uma RS (Moscovici, 1961/1979). Outra fonte de informação que pode ser apontada é a música, inclusive utilizamos como exemplo uma canção citada pelas participantes 12 e 13, que explicita alguns elementos que discutimos nesse subtópico sobre a representação de gênero:

Nunca vi fazer tanta exigência. Nem fazer o que você me faz. Você não sabe o que é consciência. Nem vê que eu sou um pobre rapaz. Você só pensa em luxo e riqueza. Tudo que você vê você quer. Ai, meu Deus, que saudade da Amélia. Aquilo sim é que era mulher. [Ai que Saudades da Amélia, Ataulfo Alves & Mário Lago, 1941]

Notemos que essa música foca em uma característica específica relacionada à ideia de mulher “de verdade”, a ideia de ela que é submissa, não tem voz, e deve servir ao homem. Para Zanello (2020), essa expectativa do que é ser uma mulher “de verdade” e um homem “de verdade” está fundada em uma estrutura de gênero binária, composta por normas do que a sociedade espera que a pessoa designada por um gênero ou outro cumpra. Ao explicar o processo de focalização, um segundo critério para elaboração da RS, Moscovici (1961/1979) esclarece que priorizamos certas características de um determinado objeto, colocando outras de fundo. Mulheres costumam ser relacionadas a sensibilidade, emocionalidade, como podemos observar nos resultados obtidos, conforme exemplificado pela fala da participante: *“Uma parte mais sensível e o outro uma parte mais racional, mas isso não quer dizer que às vezes a mulher também não vai ser mais racional e o homem também não vai ser mais sensível, mas eu vejo uma complementaridade”* (Acácia).

Assim, mesmo que tenha ocorrido um reconhecimento de que homens podem ser sensíveis e de que mulheres podem ser racionais, a sensibilidade como uma característica das mulheres e a racionalidade como dos homens ganhou destaque. Além do mais, isso foi utilizado como uma definição da categoria, de modo que ser mulher é ser sensível, assim como ser homem é ser racional. Isto faz parte do processo de generalização que acompanham as RS em seus processos decisórios de ancoragem, em que uma característica é eleita para representar aquela categoria (Moscovici, 2000/2015).

A ancoragem é um processo em que são atribuídos sentidos, valores e usos a um novo saber, familiarizando-o e integrando-o a uma categoria conceitual já conhecida (Jodelet, 2001). Esses atos de classificação e nomeação tem o intuito de organizar a realidade social e a partir desta organização desenvolver opiniões a respeito do objeto Além da generalização, o outro processo decisório envolvido na ancoragem é a particularização, no qual o objeto, por suas características, acaba por destoar na categoria (Moscovici, 2000/2015). Na pesquisa, diversos

participantes identificaram que, apesar de as mulheres serem colocadas como cuidadoras, sensíveis, emocionais, frágeis, essas também poderiam estar no polo da força e da autoridade, por exemplo, exercendo uma profissão tida socialmente como masculina, como percebemos pelas falas: *“As imposições para homem e mulher começam pela profissão, eu acho, eu falo por mim, porque eu quando eu fui fazer concurso para delegado, já tinham muitas delegadas mulheres (...) e mesmo assim eu ouvi muitas críticas, que era uma coisa masculina”* (Jasmin); *“E você vê, se fosse por isso, eu, mulher, não estaria hoje exercendo um cargo tipicamente que a gente vê de homem, então eu nunca me conformei com isso, acho que você sonha e batalha pelo que você quer, independentemente se é homem ou se é mulher”* (Gardênia).

Em relação aos comportamentos dos homens e mulheres, os homens foram compreendidos como mais agressivos, autoritários e possessivos, enquanto as mulheres, de uma forma geral, foram entendidas como mais submissas, delicadas e frágeis, como demonstraram: *“Então, acho que agressividade vem do próprio caráter da pessoa, só que como a mulher é mais frágil, o homem tem mais, sei lá, o que mais... machismo, digamos, o povo fala muito de machismo”* (Lílian); *“Questão de gênero de que o homem pode controlar os passos da mulher e que a mulher está submissa aos interesses dele, bem machista. Eu não me lembro o que ela faz quando ele começa a fazer isso com ela”* (Gardênia).

Moreira (2019), em sua pesquisa sobre RS de gênero e feminismo para cristãos capixabas, identificou RS de gênero alinhadas a modelos tradicionais, que se ancoram em um binarismo biológico, de forma que mulheres foram entendidas como frágeis, delicadas, emotivas e sensíveis, enquanto os homens foram lidos como fortes, agressivos e responsáveis. Podemos notar que os participantes da presente pesquisa, de modo similar, ao discorrerem sobre questões de gênero, recorreram também a uma diferenciação com base no aspecto biológico, que lhe confere um status de algo natural, da essência humana. No intuito de dar concretude e materialidade a tais diferenças, os sujeitos se embasaram em noções

anatomofisiológicas, como demonstraram esses trechos: “*Biologicamente, eu entendo que existem diferenças e que essas diferenças, por serem naturais, elas devem ser respeitadas*”. (Dália); “*A mulher pode procriar, o homem não... isso é uma coisa clara na minha visão, então existem algumas nuances físicas, inclusive biológicas...*” (Jacinto).

Por meio da TRS, podemos nomear essa transformação do conceito do objeto em um conhecimento imagético, que traz uma imagem concreta a um conceito abstrato, de objetivação. A objetivação também faz parte do processo de gênese das RS e é composto de três etapas (Jodelet, 1989/2011; Moscovici, 1961/1979; 2000/2015). Na primeira etapa, nomeada de seleção, ocorre uma descontextualização do objeto de seu contexto original e ele é reavaliado de acordo com as posições e valores do grupo (Cardoso, 2012; Spink, 1993). Assim, gênero é entendido dentro das posições daquele grupo, enquanto outras posições são atenuadas. Um exemplo é quando os participantes privilegiaram um entendimento de que gênero seria homem e mulher em um sentido biológico, em detrimento de visões mais voltadas para contextos sociais e culturais. Na segunda etapa, há a formação de núcleo figurativo, que reproduz o conceito em uma estrutura materializada, uma imagem (Cardoso, 2012; Spink, 1993). Entendemos que por meio desse processo a noção de “gênero” (ser homem e ser mulher) dos profissionais entrevistados consolidou-se em uma imagem concreta e coerente, a exemplo de uma associação a um corpo biologicamente diferenciado. Na terceira etapa, a naturalização, há uma incorporação das imagens que compõem o núcleo figurativo em realidade; assim, no entendimento dos indivíduos há uma correspondência direta entre a imagem e a realidade (Cardoso, 2012; Spink, 1993). Na pesquisa realizada, os participantes trouxeram essa imagem do corpo biológico pautado na divisão sexual como uma correspondência do que consideraram como homem e mulher na sociedade. Por exemplo, a imagem da mulher que possui mamas, dentro de uma concepção reprodutiva, cisnormativa e heterossexual, ficou vinculada à ideia de que mulher é mãe, aquela que gera e cuida os filhos.

É importante ressaltar que a sociedade tem um importante papel na demarcação de comportamentos tidos como próprios para homens e mulheres, desde cedo. Nodari e Martins-Silva (2020), em sua investigação sobre RS do brincar e do brinquedo na publicidade, observaram que os comerciais infantis colaboram com uma divisão rígida e conversadora de gênero, em que os brinquedos para as meninas reproduzem estereótipos sociais ligados à mulher, como a maternidade, o cuidado doméstico e ligado a delicadeza e fragilidade, enquanto para os meninos se baseiam em estereótipos masculinos, aventura, força, desafio e exploração do espaço fora do ambiente doméstico. Assim, podemos notar como essa divisão de papéis é reforçada desde a infância, não apenas no âmbito familiar, mas também pela mídia e propaganda.

Algumas classes dos dendrogramas gerados pelo Iramuteq a partir dos dois *corpora* verificados possibilitaram a identificação clara de elementos constituintes das RS de gênero dos participantes assentados em perspectiva tradicional e biologicista. Isso ficou evidenciado principalmente nas classes 2 e 4 do dendrograma do *corpus* 1, e na classe 1 do dendrograma do *corpus* 2. Na referida classe 2, foi possível visualizarmos RS de gênero ancoradas na noção tradicional da mulher cuidadora e do homem provedor, o que molda a divisão de tarefas no contexto social, como podemos observar na fala: *“Eu vejo essa mulher como uma Amélia que vive para trabalhar, para cuidar de criança, passar, lavar, cozinhar. Eu consigo enxergar ela em uma situação também desgastada, mas que não toma atitude com relação a isso”* (Margarida).

Essas RS ligadas às polarizações de homem x mulher, provedor x cuidadora, sensível x forte, autoridade x submissão remetem a padrões. Os temas, ou “*thêmatas*”, que compreendem imagens-conceitos que estruturam as RS, dizem respeito a temas constantes no decorrer dos tempos na sociedade, apresentando-se de diversos modos, como na linguagem. Desses vários temas formadores, os conceitos de homem e mulher são presentes em várias línguas, nas quais

o primeiro é colocado no polo da força enquanto o último, no polo da graça, aparecendo como duas concepções universais que fundamentam as RS (Moscovici; Vignaux, 2000/2015).

Coutinho (2008), ao buscar as oposições/antinomias das RS de mulher na família entre mulheres de duas gerações, identificou que os temas “homem” e “mulher”, como antinomias, fundamentam conceitos derivados como “poder x subordinação”. Com resultados semelhantes, Dornelas (2019) argumenta que, apesar de diversas mudanças na sociedade a caminho da igualdade entre os gêneros e nos papéis de gênero, estes continuam a serem ancorados em uma ideia arcaica de polaridade homem/mulher, positivo/negativo, forte/sensível. No entanto, é importante ressaltar que esses temas são dinâmicos e não são excludentes, de forma que a ambiguidade é presente nos discursos das pessoas (Coutinho, 2008) e que as transformações nesses discursos podem acontecer a partir de mobilizações nas discussões e questionamentos desses padrões (Dornelas, 2019).

Com a consolidação do capitalismo e da Revolução industrial, essas antinomias ganharam uma roupagem diferenciada, relacionada a divisão de ambiente público, destinado aos homens para prover o financeiro, e privado, para cuidar da prole (Collins et al., 2020; Gonzalez, 2020). No Brasil, essa RS de mulher como mãe/cuidadora se solidificou no surgimento da república e foi predominante até a década de 1970. Até esse período, as representações de mulher eram voltadas para um determinismo e essencialismo biológico, vista como aquela que possui um corpo belo e fértil a cargo dos cuidados domésticos, em contrapartida os homens, vistos como aqueles que tinham poder e intelectualidade, capaz da vida pública (Barbosa & Almeida, 2021).

É fundamental enfatizarmos uma diferença racial nessa questão. Ainda que após a segunda guerra mundial e a segunda onda do feminismo as mulheres brancas tenham conquistado cada vez mais o ambiente de trabalho, esse ainda era visto como algo complementar ao do homem branco, visto como o principal provedor financeiro. A entrada de

mulheres brancas e de classe média no mercado de trabalho durante a segunda guerra mundial não foi uma conquista, e sim, uma substituição necessária dos homens que foram para guerra, o que não deixou de contribuir para a ascensão do fenômeno de profissionalização feminina. Quanto às mulheres negras, pardas, periféricas e camponesas, essa entrada ocorreu muito antes, embora não possa ser lido como o alcance de um direito, visto que muitas foram exploradas desde a escravidão e que esse trabalho não garantia acesso a liberdade econômica (Collins et al., 2020; Gonzalez, 2020, Nogueira, 2017).

Ainda sobre essa questão do trabalho feminino, em estudo sobre as RS de mulher em duas gerações, Coutinho e Menandro (2015) constataram que apesar do trabalho indicar em certo momento uma possibilidade de autonomia e liberação da esfera privada, na prática, mostrou-se como um choque na vida familiar, pois o direito ao trabalho público não resultou em uma dispensa da responsabilidade pelo trabalho doméstico pelas mulheres, tampouco inseriu os homens como figuras de cuidado, sendo esse trabalho ainda ligado à mulher. Enquanto os homens continuaram sendo os principais provedores financeiros, as mulheres seguiram sendo vistas como complementares nesse aspecto da renda.

Apesar da presença desse entendimento mais biologizante acerca das diferenças sociais entre os gêneros, também podemos perceber nas falas dos participantes que essa compreensão essencialista não necessariamente leva a uma justificativa para reafirmar a desigualdade de gênero, coexistindo com a necessidade de direitos iguais entre homens e mulheres. Sobre os critérios para elaboração das RS, como mencionamos no início desse subtópico, o terceiro critério implica em uma pressão para o sujeito se posicionar diante ao objeto, em coerência com uma norma grupal (Moscovici, 2000/2015). Um exemplo pode ser visualizado quando os participantes se posicionaram frente às situações hipotéticas, concordando ou discordando dos comportamentos dos homens e das mulheres da história fictícia, conforme explicitam os exemplos: *“O comportamento dela [de suportar a violência e não tomar uma decisão], para*

mim, pelas minhas interpretações, é recusável, eu desaprovo esse comportamento dela” (Margarida); *“O que acho sobre a atitude dele? É absurda, como te falei no início, não pode ficar, você tem que confiar no seu parceiro, na sua parceira. Se você está é porque você gosta dela”* (Melissa).

Notamos assim, tanto posicionamentos de que a mulher é a responsável pelos cuidados da casa e da família e o homem pelo suporte financeiro, quanto posturas que reclamam por uma igualdade entre os gêneros, por exemplo: *“O que eu acho que deve ter é a busca pela igualdade de direitos; agora existe a diferença do gênero, lógico que existe, biologicamente, mas eu acho que os direitos são iguais. A mulher tem o mesmo direito que o homem. Isso não é questão de ser feminista, isso é questão de querer igualdade de direitos”* (Camélia). Apesar dessa participante explicitamente não se identificar com o feminismo em sua fala, tal trecho de seu discurso está em consonância com a bandeira da primeira onda feminista, que trazia como seu principal ponto a conquista de direitos pelas mulheres. Nesse quesito, a luta por acesso à educação, à profissão e a igualdade jurídica se destacavam (Louro, 1997/2014; Galinkin & Ismael, 2013; Nogueira, 2017).

Outra compreensão que emergiu nos resultados foi a de *“somos todos seres humanos”*: [sobre papéis para homem e para mulher] e por isso, devemos ser tratados igualmente. *“Depende da cidade que se vive, da sociedade, mas, assim, eu acho que somos seres humanos, direitos iguais, perspectivas iguais, objetivos cada um tem o seu (...), mas num contexto geral, eu acho que somos seres humanos, sem entrar em detalhes, não tem isso não...”* (Jacinto). Essa premissa que parte de um “ser humano” de forma abstrata, como se pudéssemos eximir as questões de gênero, raça, classe, pois todos tem direitos iguais, é advinda de uma noção individualista, que pressupõe um ser humano abstrato e universal, surgida com a consolidação do capitalismo nas sociedades modernas (Madureira, 2010). Por mais que alguns participantes tenham trazido essa concepção em uma tentativa de romper com as normas binárias de gênero,

na prática, esta concepção se demonstra frágil por conta da desigualdade de poder entre homens e mulheres na concretude das relações sociais. Paralelamente, também é a visão que valida os direitos individuais e os direitos humanos (Madureira, 2010), que embasam diversas políticas de enfrentamento à violência de gênero, incluindo a Lei Maria da Penha (Brasil, 2006).

Em suma, notamos que as RS de gênero se apresentaram sustentadas principalmente em um dualismo biológico e na divisão desigual de tarefas entre homens e mulheres. Para Galinkin, Santos e Zauli (2010), essa justificativa biológica para as diferenças comportamentais legitima as desigualdades sociais. É importante lembrar que esse argumento não é presente unicamente no senso comum, mas também na filosofia, biologia, psicologia e outras áreas acadêmicas e científicas. A perpetuação desses símbolos sobre gênero, de acordo com as diferenças sexuais, diferenças entre papéis de homens e mulheres, projetam significados na subjetividade de homens e mulheres e constroem suas relações na sociedade (Scott, 1988/1995). Em contrapartida, notamos também a tensão dessa noção com ideias que combatem a desigualdade de gênero, em uma perspectiva de luta por igualdade de direitos e dissolução da divisão rígida dos papéis sociais.

5.1.2. Relação entre o conhecimento sobre o gênero e as práticas no contexto das Deams

Como vimos, as RS orientam as práticas sociais do grupo em relação a um objeto específico, de modo a funcionar como uma norma grupal, nem sempre explicitada, mas que orienta as condutas do grupo (Jodelet, 1989/2015). Em concordância com esse entendimento, Abric (2000) pressupõe que as RS são determinantes das práticas principalmente em contextos de forte memória afetiva do grupo e em situações complexas nas quais os sujeitos têm que se posicionar. Nesse sentido, entendemos que as RS de gênero dos profissionais entrevistados estão ligadas as suas práticas, agindo como uma orientação de ações.

Podemos dizer que as situações hipotéticas propostas e apresentadas aos participantes foram casos complexos, pois envolviam relações íntimas em um contexto de violência de gênero. Por esse ângulo, compreendemos que as RS de gênero foram determinantes para as práticas relatadas pelos profissionais, de modo que eles se apoiaram em significações de gênero que se baseiam em relações desiguais entre homens e mulheres e no dualismo homem provedor x mulher cuidadora. Entendemos que isso pode ter ocorrido devido ao contexto afetivo e de memória do grupo, que está inserido em uma sociedade que ainda funciona predominantemente por essa lógica.

Pensando por essa via, ou seja, quando colocamos as questões de gênero como decorrentes de diferenças biológicas percebidas, em uma perspectiva cisnormativa, deixamos diversas pessoas às margens de seus direitos e do acesso às redes de atendimentos por não se encaixarem nesse par homem x mulher, órgão sexual masculino x órgão sexual feminino, como podemos citar as mulheres trans, travestis, pessoas intersexo e pessoas não binárias (Bento, 2008/2017; Leivas et al., 2020; Moreira et al., 2018). Isso pode levar desde a um não entendimento da vivência relatada, até à falta de reconhecimento de direitos nas práticas cotidianas, o que demonstra a importância de entender que gênero não se separa de outras categorias, como sexualidade. Retomamos, aqui, alguns trechos para referendar essa ponderação: *“Eu acho que mudou algumas coisas para melhor para o lado das pessoas de gênero (...) viviam no armário, como a gente chama, que saíram do armário e tudo mais, para eles começar a viver que eles não estavam vivendo (...) não entendi até hoje um grupo que eu estou vendo agora que tem que você não é mais nem mulher nem homem...”* (Lílian); *“Eu acho que é isso, porque a partir do momento que você abre um leque para o social você acaba dando, criando muito direito para quem não necessita, por definições biológicas (...) hoje já estão usando até com homossexual, transgênero, essas letras todas que eu não sei. Eu não*

concordo, como eu disse, eu me baseio mais no biológico, eu não sou a favor, apesar de na Deam se efetuar”. (Florêncio).

Apesar dessa aparente contradição, na Deam do Sudeste, conforme as entrevistadas indicaram, as mulheres trans já tinham seus direitos reconhecidos ao serem atendidas pelos profissionais antes mesmo da decisão do Supremo Tribunal de Justiça (STJ), como foi afirmado em entrevista (anterior à recomendação do STJ). Na Deam do Nordeste, as mulheres trans também já eram atendidas, pois estão incluídas no grupo de vulneráveis, que é atendido pela divisão; no entanto, não questionamos diretamente se elas são atendidas pela delegacia da mulher (Deam) ou pela delegacia de combate à homofobia, mas entendemos que serem atendidas na Deam quando ocorre violência de gênero, tal como previsto na Lei Maria da Penha, é importante não só para o reconhecimento da identidade dessas mulheres, mas também de seus direitos e de proteções legais. Contudo, nossa pesquisa não aprofundou se há diferenças no acolhimento entre mulheres trans e mulheres cis na Deam por fugir aos seus objetivos.

Nesse panorama, uma decisão de uma autoridade jurídica, como o STJ, parece ser importante para consolidar essa prática que abrange a compreensão de gênero para além de limites sexistas, pois uma outra posição complementar à noção de que as RS são determinantes das práticas sociais é a de que as práticas podem alterar as RS (Wolter & Sá, 2013). Nessa compreensão, Abric (2000) coloca a hipótese de que quando uma prática é imposta, isso pode alterar a RS. Endossando essa ideia, Flament (2000) sintetiza que as RS são um sistema de organização cognitiva prescritor e descritor de um objeto social para um determinado grupo. Nesse sistema, as prescrições funcionam de modo mais rígido (prescrições incondicionais) ou mais flexível (prescrições condicionais). Nesse sentido, podemos supor que talvez os profissionais tenham entendido, via prática, que gênero tem também uma influência social em sua constituição, concebendo uma ideia de mulheres trans vai além de questões biológicas,

como uma alteração na fronteira da RS, mas com a manutenção de um núcleo mais rígido de que homens e mulheres são determinados pela biologia.

Trazemos essa questão como forma de provocar reflexões, embora não nos aprofundemos sobre a mesma neste trabalho pelo risco de fugirmos demais dos objetivos propostos. De toda forma, ressaltamos que o trabalho de Flament (2000) pode ajudar a refletir sobre a possibilidade de mudanças nas RS de gênero a partir de mudanças nas práticas sociais, no sentido de que algumas prescrições são mais rígidas. Essas alterações ocorrem na seguinte sequência: mudanças nas circunstâncias externas; alteração nas práticas sociais; alteração nos prescritores condicionais (que determinam as práticas); por último, a alteração nas prescrições incondicionais. Para que essas mudanças ocorram é necessário que o grupo veja a situação como irreversível (Flament, 2000).

Um exemplo de como as práticas podem alterar RS é o advento de novas leis. Guimelli (1994, citado por Wolter & Sá) estudou os efeitos de novas leis de higiene do século 19 nas práticas de enfermeiros, e constatou que essas medidas alteraram as práticas desses profissionais, corroborando com a ideia de Flament (2000) de que mudanças externas alteram RS. Guimelli (1994, citado por Wolter & Sá) percebeu que as práticas dos profissionais estavam divididas entre um saber tradicional, prescritivo, fundado no saber médico, e um saber autônomo, fundado em seus conhecimentos próprios da enfermagem. Em nossa pesquisa, notamos que, apesar da prescrição jurídica, no cotidiano dos profissionais os mesmos utilizam também seus saberes autônomos e derivados de outras bases, uma vez que existiam profissionais de diferentes funções e formações.

Nossos resultados pareceram corroborar ainda com a noção de conhecimento híbrido, desenvolvida por Oliveira (2011/2014), que se constitui como um tipo específico de conhecimento que interliga experiência cotidiana, do senso comum, e conhecimento reificado, consolidando-se como um novo tipo de conhecimento mais flexível, ligado ao saber prático e

técnico do cotidiano profissional. Podemos notar a explicitação desse outro tipo de conhecimento em falas como essas: *“A experiência que eu trago não é só da Deam, como eu te falei, é uma experiência que já vem de conhecer aquela comunidade, de saber a vivência deles, que é mais difícil”* (Hortênsia); *“Experiência pessoal e a experiência profissional, pela quantidade de mulheres que eu atendo na Deam, que eu vejo que se você chegar para uma mulher e você disser “você é feia, você é isso...””* (Rosa). Assim, em conjunto com um saber informal, formado por vivências pessoais e conversas cotidianas, o conhecimento desses profissionais apresenta-se interligado com um saber especializado, uma vez que são profissionais que trabalham em uma instituição (uma delegacia especializada) que tem como base uma lei (Lei Maria da Penha, Brasil, 2006, Art. 5º) que considera “a violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial (grifo nosso)”, ou seja, que requer o entendimento de gênero para seu adequado funcionamento.

Moscovici (2000/2015) destaca que essa dimensão mais normativa do conhecimento, nomeada de reificado, se diferencia do conhecimento do senso comum, pois no primeiro há uma prioridade do conhecimento formal, no qual podemos compreender como autoridade não apenas leis, a ciência, mas também, aqui em nosso caso, os próprios profissionais que trabalham diretamente envolvidos com relações de gênero. Nos trechos a seguir, por exemplo, podemos perceber uma ênfase ao aspecto formal/teórico do conhecimento adquirido em cursos e capacitações voltados para o trabalho na Deam: *“A gente recebeu aula na Deam (...) recebendo aula para a gente poder entender o universo e porque aquela luta. e vieram conferências, eu fui ter cognição e ver hoje, por isso que quando vejo que tem um debate de gênero voltado para o público lgbt ou até para mulher mesmo...”* (Íris); *“Então a gente sempre vai estudando, fazendo curso sobre isso e vai aprendendo a questão do machismo estrutural, da questão da violência de gênero, da discriminação...”* (Jasmin).

Apesar desses relatos terem demonstrado uma busca formal de entendimento sobre a noção gênero e das relações de poder a ela relacionadas, também notamos conteúdos que expressaram um não conhecimento do que seria “gênero” enquanto conceito, tal como no trecho: *“Isso eu ainda tenho um pouco de dificuldade, de tratar sobre esse assunto do que seria gênero. É por falta de conhecimento mesmo... se você quiser assim me dar uma ideia geral para eu dizer ‘é por esse caminho ou não... é por esse caminho...’ me ajudaria bastante”*. (Gerânio).

Alguns profissionais relataram que os cursos não são obrigatórios e não acrescentam ganhos financeiros. Podemos notar, de acordo com a própria portaria⁹ que institui a Deam do município nordestino, que isto é uma recomendação, mas não um requisito exigido para os profissionais. Outros participantes se demonstraram mais entusiasmados com os cursos e comentaram que, além de ganho de conhecimento, também havia acréscimo em sua renda. Em suma, houve discordância dos profissionais sobre os ganhos financeiros, técnicos e de aprendizados nesse tópico das capacitações.

Ainda sobre as aprendizagens formais, os próprios entrevistados enfatizaram a importância de suas formações acadêmicas para um entendimento mais amplo das relações de gênero. Angélica e Íris, ambas formadas em serviço social e com atuação como assistentes sociais, assim como a Dália, formada em serviço social, mencionaram tal questão, como podemos evidenciar nos trechos adiante: *“A minha profissão em si me permite olhar de uma maneira macro, de uma maneira social e fica bem claro, bem evidentes essas questões dos estereótipos dos papéis de gênero, isso me leva a tentar pensar diferente”*. (Angélica); *“Essas questões de gênero eu já lidava tanto na família, como colegas e eu já vinha de uma universidade onde eu trabalhei isso, a Deam eu trabalho em Política Pública de Combate à*

⁹ A portaria não foi referenciada para não revelar o estado da pesquisa, com o objetivo de proteger o anonimato dos participantes.

*Homofobia*¹⁰, e vim trabalhar na Deam. Então já vim ver essas questões antes, então eu já vim mais ou menos com opiniões, com formações de opinião de conhecimento já definidos” (Íris). Vale ressaltar que o fato de Íris também trabalhar em Política Pública de Combate à Homofobia contribuiu para sua leitura de gênero não apenas em relação a mulheres dentro da sociedade patriarcal, como também na questão de identidade de gênero, transfobia e homofobia.

Outras formações acadêmicas também foram apontadas como contribuintes para incorporação em elementos das RS de gênero de alguns profissionais, bem como em suas práticas, como, por exemplo, do Gerânio, que em um trecho destacou que a mudança se mostra ainda superficial, uma vez que não alterou por completo as práticas: *“Se você for analisar a parte histórica, várias civilizações sempre existiram e alguns até com bastante liberdade e algumas também não, mas fez, mudou, mudei bastante, mudei bastante... Há pessoas que eu tenho uma certa intimidade, eu ainda tiro brincadeiras de cunho machista ou isso assim, mas porque as pessoas nunca me reclamaram nada e por eu ter intimidade, ser amigo, pessoas que conheço, mais antigas, então a gente continua... mas mudei bastante com certeza”* (Gerânio).

Isso parece corroborar com a tese de Souza (2012) sobre a possibilidade da existência de uma polifasia comportamental, que propõe que as práticas, assim como as RS, podem se constituir de forma mais rígidas (ações mais centrais) ou mais flexíveis (ações mais periféricas). Pelas falas de alguns entrevistados em relações as práticas, a própria experiência de trabalhar em uma Deam foi compreendida como um fator para alterar ou reforçar suas RS de gênero, por exemplo: *“Eu achava que era uma Amélia, mas hoje a minha percepção de mulher mudou principalmente depois de trabalhar na Deam, que a mulher tem que ser resolvida com relação as demandas da vida dela, mudou meus relacionamentos...”* (Margarida). Por outro lado, outros profissionais relataram que trabalhar em uma Deam não

¹⁰ O nome “Política Pública de Combate à Homofobia” foi utilizado em substituição ao real nome da instituição para preservar o anonimato da participante.

mudou suas compreensões de gênero, que seriam anteriores a esse trabalho: *“Desde adolescente, eu sempre pensei em igualdade de direitos, eu sempre achei que tinha muito machismo que prepondera, que a gente tem que lutar...”* (Camélia); *“Porque o entendimento que eu já tinha antes de respeito sempre foi forte, independentemente de eu ser da Deam ou não, mudou em termos de conhecimento dos direitos da pessoa, mas em termos do conhecimento da pessoa como ser humano não mudou muito não”* (Melissa).

Interessante ressaltar que, tanto na Deam do Sudeste, como na Deam do Nordeste, as delegadas chefes eram mulheres, o que parece romper com noções tradicionais de que os homens são as autoridades, dominadores e líderes, enquanto mulheres ficam encarregadas de papéis secundários. Contudo, não podemos perder de vista que estávamos tratando de delegacias especializadas para mulheres, e que se estivéssemos explorando dados de outras delegacias, poderíamos ter resultados diferentes nesse quesito. Além disso, é importante lembrarmos que apenas colocar mulheres como funcionárias nas Deams não é o suficiente para impedir que concepções de gênero baseadas em construções machistas e desiguais não emerjam, uma vez que essas não são exclusivas de homens, e estruturam toda uma sociedade (Santos, 1999; 2004; 2005, citada por Santos, 2008).

Destacamos ainda que, a ideia de que as mulheres policiais são mais empáticas, cuidadoras e compreensivas com as vítimas também se mostrou presente em nossos achados. Isso pareceu afetar também suas práticas de gênero dentro da instituição, como evidenciam os trechos: *“Quando entrei em uma Deam... ainda não tinha homem todo tempo... era tudo mulher. Eu achava que elas se sentiam mais acolhidas. Tem mulheres na Deam que chegam que não querem ser atendidas por homem. Tem que falar com alguém, tem outras que não que já está melhor... diversidade que chama...”* (Lílian); *“Tem mulher que não gosta de ser atendida por homem, já tem uma visão dela que o agressor é homem venha a ser atendida por um policial. É por isso que na Deam toda mulher é ouvida por mulher. Os homens da Deam*

ouvem os agressores (...) A mulher tem essa coisa, porque ela se abre mais com mulher. Se ela chora com homem, ela vai sentir vergonha. Principalmente quando tem crime sexual no meio, quando é estupro quando é o marido que estupra e um monte de outros crimes o procedimento dela é isso, então depende de quem vai atender também” (Margarida). Em sentido próximo, de que policiais homens são mais preparados para trabalhar com agressores, enquanto as policiais mulheres são mais adequadas para um atendimento voltado à comunicação e escuta, devido às suas características “masculinas” e “femininas”, respectivamente, Souza (2014) apontou que isso ocorre devido a um receio de que novas ideias como concepções de uma polícia mais receptiva às mulheres policiais descaracterizam a visão de uma polícia enquanto uma figura de autoridade e força, associadas à masculinidade.

Em resumo, notamos que, de forma geral, as práticas dos profissionais aqui investigados parecem ser guiadas por suas RS acerca de gênero, como nesse exemplo que acabamos de citar em que, por ser mulher, a policial é entendida como mais empática e, por isso, é mais preparada para atender mulheres em situação de violência. Notamos também que houve uma falta de entendimento mais formal/técnico do conceito de “gênero” para alguns participantes, além de ter havido uma coexistência/tensão entre conhecimentos de saber popular e de conhecimentos reificados. Nesse sentido, nossos resultados sobre RS de gênero também corroboraram com a ideia da polifasia cognitiva e do conhecimento híbrido. Além disso, os dados também levaram a pensar na possibilidade de mudanças na RS a partir de alterações nas práticas, apesar de não termos nos aprofundado na questão.

5.2. Violência de gênero

5.2.1. O que se entende por violência de gênero, quais são suas causas, a quem ela impacta e de que forma?

Nesta seção, focamos em apresentar elementos de RS de violência de gênero identificados a partir dos discursos dos profissionais. Para retomar ao conceito de violência de gênero, enfatizamos que se trata de um fenômeno complexo e multifatorial, que está conectado à opressão de gênero, associada a outras categorias identitárias, como raça, classe, sexualidade (Collins & Bilge, 2020; Guimarães & Pedroza, 2015; Gonzalez, 2020; Silveira et al., 2014; Silveira & Nardi, 2014). A violência de gênero é entendida de uma forma ampla e dentre seus diversos tipos, há a violência de gênero contra as mulheres cometida no âmbito doméstico, ou violência doméstica, conforme descrita na Lei Maria da Penha (Brasil, 2006), que tem como sua base o entendimento da desigualdade de gênero nas relações de afeto.

Em nossa pesquisa, foi possível observar alguns elementos de RS sobre esse tipo de violência que se dá contra a mulher alinhado a um entendimento tradicional e essencialista sobre masculino e feminino. A violência de gênero aparece, aqui, associada a ideia de uma masculinidade dominante, construída em uma sociedade que reforça os comportamentos agressivos e de superioridade do homem, que aprende que pode ter poder sobre a mulher por meio da força, submetendo-a ao polo da submissão, passividade e fraqueza (Nóbrega et al., 2019). Além dessa narrativa voltada para os papéis sociais desiguais atribuídos a homens e mulheres na sociedade, a própria justificativa de base biológica do que seria homem e mulher, acaba por ser uma explicação para esse tipo de violência, pois, nesse esquema, a mulher é vinculada a uma natureza mais frágil, enquanto o homem possui maior força física e, por isso, consegue se impor com um poder que, dessa forma, é social e físico (Costa, 2015). Para exemplificar, retomamos alguns trechos de entrevistas destacados pelo software: *“Eu acredito que gênero é um dos fatores (...) porque muitas vezes esse bêbado do seu segundo exemplo*

[segunda vinheta de situação hipotética], *ele bateu na mulher, ele não bateu no amigo, então há sim uma ideia de inferioridade da mulher. Não falo de eu me sentir menor na questão da vaidade, da soberba, do orgulho, não, mas no sentido de mesmo do se sentir mais fraca*” (Acácia).

Destacamos que, para nossos participantes, o que caracteriza a violência de gênero é ela ocorrer prioritariamente do homem para a mulher (homem agressor-mulher vítima) devido a essas diferenças de poder (tanto físico quanto simbólico). Este processo no qual uma característica é colocada como representativa de um objeto é denominado generalização, e faz parte da ancoragem da RS de um objeto (Moscovici, 2000/2015). No processo de ancoragem, o objeto é nomeado e classificado com o objetivo de poder lidar com a realidade, tornando familiar aquilo que é diferente ou novo, incorporado em conceitos familiares (Jodelet, 2001). Assim, na construção de um entendimento sobre esse tipo de violência, a explicação para a existência de uma relação desigual de poder que legitima, inclusive, o uso da força física, parece se ancorar em explicações biologicistas que indicam ser esse um atributo do homem, que então bate em mulher por ela ser mais fraca (física e simbolicamente). Entretanto, alguns profissionais participantes reconheceram que pode ocorrer violência da mulher para o homem ou se dar mutuamente, o que parece estar ligado ao segundo processo decisório da ancoragem, a particularização, em que o objeto se distancia da característica da categoria (Moscovici, 2000/2015). Desse modo, apesar da violência de gênero se caracterizar por ter o homem geralmente como o agressor e a mulher como a vítima, também há uma compreensão de que o oposto pode ocorrer.

No entanto, os dados demonstram que a violência de gênero atinge principalmente as mulheres, sendo as vítimas mais frequentes. Os índices explicitam também que há mais chances de as mulheres sofrerem violências dentro de sua própria residência do que no ambiente urbano, inclusive violências mais letais, como feminicídio (Cerqueira et al., 2021). Dessa forma, é

importante frisar que, apesar da possibilidade da violência doméstica também ocorrer da mulher para o homem e este ainda ser um tema invisibilizado na sociedade (Cezario & Lourenço, 2013), a atenção de políticas públicas de combate à violência doméstica foca nas mulheres como vítimas por esse ser um grande problema público (Cerqueira et al., 2021; Nogueira, 2017; ONU, 1979).

Na literatura, é apontado que a tentativa de controle das mulheres pelos homens e as diferenças de gênero na sociedade são algumas das causas da violência doméstica e de gênero (Leandro, 2020). Em nossos resultados, por vezes, essa questão do controle masculino também foi entendido sob uma ótica individualista e essencialista, aparecendo na forma de uma agressividade ou ciúme individual (é da pessoa), que pode ser visto como causa/motivador da violência, como explicita o trecho a seguir: *“Gerou o ciúme, acho que é natural da pessoa, mas a forma que ele expressou foi excessiva, foi danosa para ela, porque ameaçou, ofendeu, saiu denigrando a imagem, então já caiu para parte ofensiva”* (Florêncio).

Essa compreensão a partir de uma ótica mais individualista e essencialista ressalta a agressividade do homem como uma característica interna sua e a mulher como aquela que é responsável por impedir essa violência se dê por meio do fim da relação ou através de mudanças nos comportamentos, não apenas dos homens, mas também das próprias mulheres. Assim, os papéis sociais designados às mulheres tem relação direta com a responsabilização atribuída às mesmas por vivenciarem, manterem e cessarem uma situação de violência a qual estão submetidas (Fonseca et al., 2012; Leandro et al., 2019; Frugoli et al., 2019). Nessa perspectiva, mudanças no comportamento das mulheres, como evitar deixar o homem com ciúmes, e a solução de conflitos em casal também são vistos como formas de impedir a violência.

Observamos também que os profissionais destacaram os impactos das tecnologias de informação e comunicação nas relações amorosas, de modo que elas são vistas tanto como causadoras, quanto como meios/espços para a ocorrência de violência de gênero. Os trechos

discursivos aqui recuperados evidenciam essa associação: *“As redes sociais acirraram os ânimos e essa percepção de que você não pode mais confiar em ninguém (...). Agora, lógico que são pessoas mais jovens”* (Jacinto); *“Algo que no passado não era tão comum, mas está tendo muito essa questão, eu acho até mesmo pela facilidade da internet no celular, uma questão mesmo tecnológica... essa questão da divulgação de foto íntima, que é algo que está aumentando, essa exposição dessa forma vem em um processo claro. Eu acho que a acessibilidade da coisa, porque antes a gente não tinha essa facilidade de ter o smartphone”* (Acácia).

O último trecho, especificamente, indica um tipo de violência que pode ser nomeado de pornografia de vingança, no qual há uma exposição de fotos e/ou vídeos de caráter sexual e íntimo, e tem como suas principais vítimas as mulheres, sendo seus companheiros ou ex-companheiros os principais autores da violência. Ocorre principalmente após término de relacionamento como forma de vingança, estando, assim, diretamente relacionado com o contexto machista da sociedade, que tem o homem como figura dominante e a mulher como um objeto sexual e submisso. A pornografia de vingança pode acarretar constrangimento e danos psicológicos às pessoas que a sofrem, podendo ser entendida no campo do direito como uma violência psicológica contra a mulher pela Lei 14.188/2021, além de ser tipificado atualmente tipificado como crime da modalidade virtual pela Lei 13.718/2018 (Mesquita, 2021).

O *stalking* ou perseguição também pode ser entendido como uma forma de violência de gênero contra as mulheres, sob a forma da violência psicológica pela Lei 14.188/2021, devido aos danos psicológicos que esse tipo de crime causa. Os índices demonstram que esse tipo de violência atinge, em sua maioria, às mulheres e meninas, estando relacionado com as condutas de posse, violação de intimidade, vigília constante e controle dos homens sob as mulheres,

provenientes de uma cultura patriarcal, como uma forma de reafirmar sua superioridade na relação e invalidar a autonomia e a liberdades das mulheres (Santos, 2022)

Em oposição a essa ideia de que as redes sociais seriam causadoras da violência de gênero contra as mulheres, estudos apontam que as mídias sociais também podem ser fatores de enfrentamento à essa violência (Fornari, 2021; Medeiros et al., 2021). Além disso, condições como isolamento social são uma forma de violência psicológica (Brasil, 2006), sendo uma rede de apoio familiar ou de amizade (mesmo que virtual) um fator protetivo à violência (Cortez & Souza, 2013). Na pandemia de COVID-19, quando o coronavírus, devido a seu alto nível de contágio, exigiu a medida de isolamento social para conter a transmissão desse vírus, os dados demonstraram um aumento da violência doméstica contra as mulheres (Fornari, 2021; Medeiros et al., 2021).

Em nossos resultados, também encontramos a ideia de que o álcool seria um potencializador ou causador da violência de gênero: “*Quando está sóbrio é um anjo’, escuto isso, mas não é uma vez, nem duas vezes não. ‘O problema dele é a bebida alcoólica, quando bebe desconhece pessoas e me desconhece’, então um cidadão que tem esse vício*” (Jacinto). Essa associação entre álcool e violência doméstica contra a mulher, que é abordada na segunda situação hipotética e ressaltada pelos participantes como uma causa potencial, também é apontada por pesquisas e inquéritos policiais (Albuquerque et al., 2021). Em um estudo realizado no portal da Capes foi demonstrado que, em um período de 10 anos, quase 80% dos trabalhos publicados destacavam a mulher como a vítima da violência doméstica associada ao uso de álcool, com 97,1% dos artigos focando na violência física. Além disso, a violência doméstica contra a mulher e o uso de álcool também apareceram associados com questões como pobreza, escolaridade e histórico de violência familiar (Martins & Nascimento, 2017).

Quanto ao uso de álcool pelas mulheres, é uma possibilidade mais invisibilizada tanto pelos estudos, como pelos profissionais que trabalham com pessoas que fazem uso abusivo

dessa droga e de outras, sendo isso associado, principalmente, a questões de gênero, pois devido aos papéis designados às mulheres na sociedade, estas são mais associadas à passividade, submissão, maternidade e cuidado, sendo mais cobradas, inclusive, quanto ao não uso dessa e outras drogas pela necessidade de manter a imagem de pureza (Martins & Nascimento, 2017; Oliveira et al., 2006).

Vale frisarmos que, apesar de as pesquisas apontarem uma associação direta entre o uso abusivo de álcool e outras drogas e a violência contra as mulheres, não é claro se o álcool é causa da violência, ou efeito dela. Assim, não se sabe se o homem causa a violência porque ficou bêbado, ou se ficou bêbado porque causou a violência como uma forma de escape da responsabilidade, de modo que "a culpa é do álcool" por ele cometer violência (Langley & Levy, 1980). Em pesquisa realizada também no âmbito da Deam, Frugoli et al. (2019) constataram que, muitas vezes, os policiais colocavam o álcool como uma forma de justificar a ocorrência da violência, apesar de na sua prática focarem na identificação do crime.

Ressaltamos que, dessa forma, se essa associação ocorrer de forma isolada de um contexto social, isso pode diminuir ou retirar a responsabilidade do autor da violência por seu ato, assim como pode deixar de lado o entendimento das relações desiguais de poder entre homens e mulheres, como se fosse um problema individual, de forma similar a um entendimento de que a violência é um problema que decorre de uma agressividade intrínseca ao homem ou que ocorre devido a uma insegurança, como se fossem questões puramente pessoais. Vale lembrarmos que a violência de gênero tem um caráter geracional, de modo que muitos homens e mulheres vivenciaram o relacionamento abusivo de seus pais e aprenderam essas formas violentas como medidas para resolver os conflitos conjugais, e, no caso dos homens, principalmente, com o uso da força física pode resolver o problema (Sant'Anna & Penso, 2016). Além disso, desde criança, os homens são ensinados e incentivados até nas brincadeiras a explorarem sua força (Nodari e Martins-Silva, 2020). Esses pontos contribuem

a justificativa para, diferentemente dos resultados obtidos por Frugoli et al. (2019), que apontaram para uma lógica punitivista por parte dos profissionais da Deam, nossos resultados terem sinalizado o homem como necessitado de ajuda tanto quanto a mulher em situação de violência, como nos trechos resgatados adiante: *“A gente imagina que pode ser... querer controlar por conta dos ciúmes que ele sente dela... da insegurança também, então, tem vários fatores envolvidos. Penso isso. Eu acho que ele tem que querer procurar ajuda”* (Hortênsia); *“Acho que tem algo que não é normal, pode ter problema já genético da formação e que também tem safadeza junto também, cachaça, droga e tudo, mesmo assim, essas pessoas precisam também de ajuda, não sei se dão ajuda na sociedade, porque diz que dão, porque fala que dão, que acolhem (...) Eu não acredito nesse acolhimento, mas seria bom que fossem acolhidos tanto um como outro”* (Lílian).

Ainda nessa direção que pessoaliza/individualiza as causas da violência de gênero, observamos que emergiu também entre nossos entrevistados um entendimento que coloca a responsabilidade pela violência na dinâmica do casal, de certa forma naturalizando a ideia de “problema de casal”, como exemplificado no trecho: *“Tem o crime e a polícia quer o crime, mas também tem muita vítima que quer que a gente resolva situações que não necessariamente são crimes, que são conflitos conjugais de relacionamento”* (Dália). Na psicologia encontramos autores que trabalham com esse entendimento de que a violência conjugal é um fenômeno relacional que ocorre entre o casal e que ambos são responsáveis pela manutenção dessa violência, que necessita de uma intervenção conjunta (Rosa & Falcke, 2014). De certo modo, isso pode estar demonstrando que os profissionais participantes reconhecem que a violência doméstica contra a mulher implica em uma violência que ocorre em uma relação de afeto e que envolve múltiplas questões para além de um crime, sendo, inclusive, o trabalho de mediação de conflitos, por exemplo, visto como uma possibilidade de um terceiro intervir nisso que é visualizado como “conflito”: *“Eu não entendo. Estão achando que uma sentença judicial*

resolve problemas de relacionamento. Resolve o crime, mas nem sempre... mas ali existe uma família, existem filhos, envolve pai, então dá-lo essa oportunidade de se resolver através do diálogo com a interferência do terceiro do estado, eu acho muito importante” (Jacinto).

Apesar dessa visão que engloba também questões relacionais e individuais envolvidas na situação de violência de gênero, o foco, no caso de nossos participantes, continua sendo o crime. A partir do entendimento das condições para gênese das RS, podemos dizer que isto está ligado ao processo de focalização enunciado por Moscovici (1961/1979), por meio da qual certas características do objeto recebem um maior enfoque, enquanto outras ficam atenuadas, o que tem relação com o contexto no qual o sujeito está inserido, que aqui, parece explicar o porquê da parte criminal da violência de gênero contra as mulheres ter sido mais enfatizada do que outras questões. Isso, provavelmente, se deve ao fato de que para o surgimento das RS outras duas condições se associam à focalização. No caso das RS de violência de gênero de profissionais de Deam, a dispersão de informações, que é a facilidade de acesso aos conteúdos sobre o objeto (Moscovici, 1961/1979), parece relacionar-se, primordialmente a fontes como resoluções internas, cursos de capacitação, leis, além da mídia, educação e família, que seriam acessadas de forma geral. Por último, a pressão para inferir, que é a condição associada à posição do indivíduo frente às normas sociais, colocando-se em favor da posição do grupo (Moscovici, 1961/1979), explica porque os profissionais focaram no trabalho a ser feito na Deam de acordo com a lei, ou seja, de acordo com sua posição enquanto policial civil.

Entendemos que isso tem relação também com a primeira etapa da objetivação do objeto, na qual há uma avaliação do objeto social de acordo com os costumes do grupo, mesmo que isso retire o objeto de seu contexto original (Cardoso, 2012; Spink, 1993). Desse modo, a violência de gênero para profissionais da Deam foi avaliada principalmente pela perspectiva criminal, apesar do reconhecimento pelos participantes da existência de outros âmbitos envolvidos, como socioeconômicos, culturais, de educação e saúde. Assim, a ideia de violência

de gênero parece se exprimir e ganhar concretude em crimes como “injúria” e com atos de xingamento, “difamação”, “falar mal” da mulher para conhecidos, e de “lesão física. Isso se relaciona com a segunda etapa da objetivação, na qual ocorre a formação de um núcleo figurativo composto pelos elementos imagéticos do objeto, que corresponde a imagem de um conceito (Cardoso, 2012; Spink, 1993). Ou seja, a violência de gênero deixa de ser apenas um conceito, sendo visualizada e traduzida em atos concretos na sociedade, como observamos nas falas dos participantes quando focaram nas atitudes, comportamentos e casos reais para designarem um significado à violência.

Apesar desse foco no trabalho institucional e na caracterização do crime que chega na Deam, alguns participantes também relataram vivências pessoais de violência de gênero no seu cotidiano, contando, por exemplo, situações de pessoas conhecidas e não de mulheres que atenderam na Deam, como no exemplo: *“Ela [conhecida] achava que ser queimada pelo marido, ele apagar a bica do cigarro nela, seria uma prova de amor. Eu, a polícia que está dentro da gente fala mais alto, fala mais alto, e eu disse “isso é violência, isso não é prova de amor””* (Íris). Entendemos que esse trecho pode exemplificar a terceira etapa da objetivação, na qual o objeto é naturalizado, encontrando uma correspondência na realidade concreta (Cardoso, 2012; Spink, 1993). Por conta disso, a violência de gênero deixa de ser um elemento distante, sendo encontrada no cotidiano, não apenas profissional, mas também das relações pessoais. No intuito de não causar interpretações errôneas, frisamos que a naturalização como uma etapa da objetificação não significa aceitar a violência de gênero, no sentido de “naturalizar” o fenômeno, mas, sim, de um reconhecimento desse objeto na vida social/real.

Assim, para objetivar essas ideias, de forma a integrar um entendimento abstrato com a realidade concreta (Jodelet, 1989/2015), os profissionais tentaram demonstrar o que seriam essas violências. A própria situação hipotética trazida no instrumento pode ter funcionado como uma facilitadora para a objetivação dessas significações, como podemos ver nos trechos

resgatados aqui: *“Eu imagino que teve violência física. Consigo imaginar, esse segundo caso, quando você foi lendo, eu fui imaginando... Como eu te falei, qualquer um pode ser, não tem como precisar muito específico, mas esse, quando você foi lendo, imaginei isso”* (Angélica); *“Aconteceram violência física, violência verbal, violência psicológica, tudo, praticamente quase todas. Se for ver... a violência física principalmente, que é o que está visível, mas existem as outras violências também presentes”* (Hortênsia). Além disso, os profissionais ressaltaram a dificuldade das pessoas de identificarem a violência psicológica, bem como as dificuldades para comprová-la, diferente da lesão física, que é “mais” concreta por deixar marcas na pele que, muitas vezes, segundo Guedes et al. (2009), é o que leva, de fato, muitas mulheres a procurarem ajuda nos serviços de saúde, sem ao menos relatarem a causa de suas lesões. Isso pode ser interpretado como se a violência física fosse uma forma de constatar a violência na realidade concreta, como se fosse uma objetivação do fenômeno.

Ainda assim, notamos que as violências entendidas como mais “imperceptíveis”, como a moral e psicológica, foram as mais predominantes nos relatos dos profissionais, juntamente com a violência física, o que difere dos resultados encontrados por Freire et al. (2020), nos quais as RS de violência contra a mulher por profissionais de uma Deam privilegiaram a violência física em detrimento dos demais tipos de violência de gênero. Uma possível explicação para a sobreposição da violência física, psicológica e moral sobre as demais é que diversos dados demonstram uma prevalência de denúncia para essas formas de agressões (Albuquerque et al., 2021; Morgante, 2015; Souza et al., 2018), além do fato de que as próprias situações hipotéticas apresentadas no início acabaram trazendo um foco para esses tipos de violência. No caso da violência psicológica especificamente, essa nova possível tendência de considerá-la como uma forma de violência doméstica contra a mulher pode estar relacionada com o fato da Lei nº 14.188 ter incluído o crime de violência psicológica contra mulher no Código Penal (Brasil, 2021).

A violência patrimonial foi pouco mencionada, e quando questionados sobre situações que não consideram violência de gênero, mas que surgem nas Deams, muitos citaram as questões de divisão de bens e separação, como se fosse uma “briga” financeira e focada no direito civil, como podemos ver nesses trechos: *“Tem casos de denúncia caluniosa que a mulher, por exemplo, está se separando e o interesse é nos bens, e ela quer usar a Deam para isso”* (Jasmin); *“Há casos que chegam na Deam e eu não considero violência contra a mulher. Quando a gente vê que é disputa, que às vezes a briga entre marido e mulher é uma questão de cunho patrimonial, então não é porque é violência na família que se encaminha na Deam. Quando você vê que não envolve uma questão de gênero, a questão é de cunho patrimonial, não fica na Deam”* (Gardênia).

Outro entendimento que emergiu nos relatos sobre essa questão da disputa de bens e de guarda que por vezes aparece na Deam é que seria uma forma, na verdade, de violência da mulher contra o homem, utilizando seu poder de mãe (no caso das mulheres em situação de violência que possuem filhos) para violentar o companheiro ou ex-companheiro com ameaças psicológicas ou impedimentos, como exemplificado no trecho: *“Eu acho que estão usando a Lei Maria da Penha de forma errada, muitas vezes para fazer meio que uma chantagem com os parceiros, usam isso muito para questão de pensão alimentícia, de guarda de filhos ou até mesmo em um momento de raiva”* (Florêncio). Por um lado, argumentos como esse são os que amparam a denúncia de práticas abusivas de mães contra os filhos na disputa de guarda dos filhos, conforme Lei da Alienação Parental (Lei 12.318), em que são acusadas de comportamento vingativo e de uso da tarefa dada e incorporada como feminina (ser mãe) como uma forma de exercer controle da situação e impedir o contato entre pais e filhos. Por outro, vemos o uso dessa lei de forma sexista, reforçando a ideia de uma figura feminina maldosa, e muitas vezes, usada como uma forma de violência contra a mulher (Oliveira & Santos, 2019).

Ademais, um elemento que também identificamos como presente nas RS de violência de gênero dos profissionais entrevistados é o aspecto progressivo (uma coisa que leva a, ou evolui para outra) e cíclico (de fases) desse tipo de violência, sendo a denúncia ou término do relacionamento vistos como possibilidades para a mulher cessar esse ciclo, como observamos nas falas seguintes: *“Nunca começa com violência física, normalmente começa com um xingamento, com empurrão, para depois começar as pancadas, entendeu?”* (Rosa); *“Até a gente pensando em um ciclo de violência, um olhar antes, uma desaprovação, um certo comentário, então, isso é uma forma, é um progresso na questão”* (Íris). Na literatura, esse entendimento de que a violência psicológica, moral e patrimonial são passos de violências menos graves até chegar ao ápice de gravidade, com a violência física e feminicídio, também é apontado (Siqueira & Rocha, 2019), da mesma forma que a perspectiva de que ela acontece de forma cíclica, passando por diversas fases entre conflitos e resoluções, descritos por: momento de tensão, caracterizado por humilhações e insultos; episódios agudos de violência, marcados por uma explosão agressiva por parte do homem e por uma polaridade agressor x vítima, que pode ser expressa tanto pela violência psicológica em seu ápice, como pode envolver uma agressão física (momento em que a mulher costuma pedir ajuda); “lua de mel”, definida por um romantismo, pedidos de desculpas e expectativa de manter o relacionamento (Barretto, 2018; Lucena et al., 2016).

Percebemos também que a violência de gênero para os profissionais encontrou-se associada a uma noção que vai além da violência que ocorre entre um casal heterossexual, abarcando também a violência contra a população LGBTQIPA+ e a violência doméstica que ocorre contra a mulher a partir de outras relações, como de pais e filhas, mães e filho. Atualmente, os movimentos da população LGBTQIPA+ tem, cada vez mais, lutado por seus direitos e, apesar de ser ainda uma temática pouca explorada no meio acadêmico, identificamos discussões recentes sobre o fenômeno da violência de gênero ocorrida entre os casais

homossexuais (Santos & Freitas, 2015). As novas compreensões sobre gênero, que descontroem a dicotomia homem x mulher, agressor x vítima, contribuem para ter uma visão mais ampla da violência ocorrida em ambiente doméstico, entendendo que existe uma vasta possibilidade de masculinidades e feminilidades, com diferentes relações de poder, sendo necessário, assim, explorar e dar visibilidade às violências domésticas ocorridas nos relacionamentos homoafetivos, levando em conta a desconstrução de uma heteronormatividade, que tem a heterossexualidade como norma, e o entendimento da intersecção entre orientação sexual e gênero (Alencar et al., 2018). A desconstrução da ideia de que a violência conjugal só poderia ocorrer dentro de um relacionamento heterossexual pode contribuir para um maior acolhimento das mulheres lésbicas nos serviços de combate à violência de gênero contra as mulheres, levando em conta a especificidade em que se encontram e legitimando a vivência da mulher em situação de violência (Santos et al., 2019).

Ainda sobre as pessoas envolvidas em situação violência de gênero, os resultados encontrados sobre uma provável caracterização dos participantes das situações hipotéticas nos deram dicas de quem são essas pessoas para os profissionais entrevistados, e nos permitiram visualizar a interseccionalidade do gênero com outras categorias, como raça, classe, etnia, sexualidade, e sua relação com o fenômeno da violência de gênero. Notamos que, inicialmente, muitos participantes se sentiram desconfortáveis em responder sobre isso por receio de estereotiparem as pessoas e parecerem preconceituosos e, principalmente, por um receio de falarem sobre a questão racial. No Brasil, por conta do mito da democracia racial, reforçado inclusive nas ciências sociais, acreditava-se que a mestiçagem cultural havia nos tornado um país sem racismo. E, de fato, somos um país no qual ocorre uma mescla de raças, principalmente entre brancos, negros e povos indígenas (Munanga, 1996). No entanto, diversos autores, estudos e índices socioculturais explicitam a existência do racismo, que se mantem (ou, pelo menos, se mantinha com maior evidência até pouco tempo atrás) disfarçado/velado.

Diferentemente de outros países, nos quais temos de forma mais explícita atos discriminatórios, no Brasil, quando falamos de preconceito racial, falamos do que Munanga (1996) nomeia de Racismo silenciado, que não "apenas" está relacionado com uma ideia de exclusão social, sem igualdade de oportunidades para pessoas negras, como também uma desumanização da identidade negra.

Vale lembrarmos que o que levou uma profissional a não querer responder a parte inicial da pesquisa foi justamente o bloco das questões hipotéticas relacionadas ao contexto do casal, sobre as quais mencionou sentir-se muito incomodada. Apesar da tentativa de alguns participantes de se esquivarem frente a questões que visavam essa atribuição de características, outros a reconheceram e relacionaram com seu cotidiano da Deam, como podemos observar no trecho adiante, que traz uma espécie de perfil dos envolvidos: *“Não tem como eu criar um estereótipo agora (...) o que mais vem para Deam são pessoas de classe baixa, então, por esse estado aqui, classe baixa, normalmente serem pessoas mais negras. Acredito que atendimento nessa Deam seriam pessoas negras, classe baixa, fora de forma, o normal na Deam seria isso. Eu imagino que esse casal seria assim, porque as pessoas de classe alta, pessoa de classe social mais alta normalmente omitem os casos, não vêm na Deam até chegar no ponto crítico”* (Florêncio).

Sabemos que essa caracterização (apresentada com alguma relutância) não se dá ao “acaso”. A violência de gênero contra a mulher tem como vítima mais recorrente a mulher negra, inclusive as estatísticas a esse respeito aumentaram em um período de 10 anos apesar da violência contra mulheres não-negras ter diminuído (Cerqueira et al., 2021). Assim, a violência de gênero deve ser entendida não apenas a partir do marcador gênero, mas, sim, com base em uma perspectiva interseccional, que considera a inter-relação do gênero com raça/etnia e com outras categorias identitárias, o que produz maior impacto nas possibilidades de

enfrentamento e acesso às redes de proteção de forma efetiva (Collins; Bilge, 2020; Gonzalez, 2020; Silveira et al., 2014; Silveira e Nardi, 2014).

Por essa visão, entendemos que a violência gênero é mais do que a soma de diferentes opressões - “opressão de raça + opressão de classe + opressão de gênero + opressão de orientação sexual” -, uma vez que estas se misturam, configurando uma opressão múltipla (Nogueira, 2017; Bilge & Collins, 2020). Cremos que essa compreensão pode contribuir para proposição de políticas públicas com base na justiça social, de modo que as mulheres não sejam vistas a partir de uma perspectiva universal e abstrata de mulher, baseada em vivência específica, mas que leve em conta essas outras categorias identitárias que se relacionam com a violência de gênero (Collins & Bilge, 2020; Gonzalez, 2020).

Pesquisas realizadas na Deam e no Juizado Especial de Porto Alegre/RS indicaram que essa questão impacta no acesso de mulheres negras à justiça, pois apesar de serem maioria nos registros de boletins de ocorrências policiais, têm menos processos judiciais, enquanto as mulheres brancas, apesar de serem as menores frequentadoras de Deam, são as que mais tem acesso à justiça, o que rompe com a ideia de que a justiça tem acesso “universal”, além de quebrar a ideia de que a violência de gênero é “universal”, pois esta perspectiva universalizante não contribui para entendermos a complexidade do fenômeno e as possibilidades de enfrentamento (Silveira et al., 2014; Silveira & Nardi, 2014).

Outro ponto que percebemos é que os participantes relacionaram a primeira situação hipotética principalmente a um casal jovem e, em geral, sem filhos. Acreditamos que isso se deveu ao fato do casal de tal situação envolver a utilização de aparelhos celulares, o que foi associado a algo mais moderno, típico de uma geração mais jovem, além da questão da mulher desse caso ter sido vista como mais independente e mais “moderna” por ter amigos homens, algo que os participantes relataram ser menos comum em gerações mais velhas, entendidas como mais conservadoras com relação aos valores e costumes. O ciúme identificado, de alguma

forma, também poderia ser relacionado com essa questão etária e com aspectos que a envolvem, na medida em que o casal, ou, pelo menos, a mulher, seria provavelmente jovem uma vez que chamaria a atenção, desencadeando reações de ciúme. Aqui, fica evidente a associação de juventude e beleza, como elucidam os trechos resgatados a seguir: *“Eu acredito que seja um casal, um relacionamento, assim, eu imagino que ele deve ser bem jovem, bem jovem, na faixa de uns 25 anos de idade, por aí, ela, uns 22 anos de idade, 23 anos de idade (...) e ela deve ser uma pessoa de presença, uma mulher bonita, uma mulher cheia de vida, e ele pode não ser dessa forma, acredito que ele não é dessa forma, e isso incomoda ele”* (Íris); *Talvez a mulher mais bonita, já que ele tem tanto ciúme, mais corpo, mais bonito o corpo, mais bonito, mais magra, diria mais magra, com volume na bunda”* (Florêncio).

Diniz (2019), em sua pesquisa sobre RS sobre as mulheres na e pela mídia nas narrativas de violência contra as mulheres, alerta para o perigo da representação da mulher a partir de expressões como “jovem” e “bonita” (como ocorreu em nossos resultados) contribuírem para uma representação feminina coisificada, de modo a ser um discurso que controla corpos e, de certa forma, culpabiliza a mulher pela situação de violência. Mozine, Coutinho e Moreira (2021), em pesquisa com conselheiros tutelares sobre abuso sexual de adolescentes, também sinalizaram que a violência de gênero está ligada a um contexto de valores machistas e patriarcais, que levam a uma objetificação dos corpos femininos, o que se traduz em uma maior incidência de violência sexual sobre as mulheres mesmo antes de se tornarem adultas. Desde adolescência, essa culpabilização da vítima de sexo feminino por ter sofrido abuso ocorre, de modo que sua aparência, seu corpo, comportamento e o tipo de roupa são utilizados como argumentos por terem atraído o abusador sexual, recaindo sob as vítimas a responsabilidade sobre a violência sofrida (Mozine, Coutinho & Moreira, 2021).

Além do mais, dados obtidos por meio de BO na Deam de Vitória/ES no período de 2004 a 2010, demonstraram que a maior parte das vítimas de violência física são mulheres

jovens, com idade entre 20 e 29 anos, de cor parda e raça negra, residentes na periferia e com funções domésticas. As autoras também destacaram que a dependência econômica opera como um dificultador para que a mulher consiga sair da situação de violência (Silva & Borges, 2022). Zanello (2020), no desenvolvimento do seu conceito de prateleira do amor, que indica que as mulheres são avaliadas pelos homens no quesito beleza física e vivem em busca desse ideal de beleza contemporâneo, discute a questão do etarismo nesse fenômeno, em que as mulheres mais velhas são colocadas mais abaixo nessa prateleira de escolha dos homens por não serem mais tão vislumbradas como belas, como as mais jovens. Assim, essas mulheres são tratadas como objetos sexuais dos homens e estão ali para servi-los. No entanto, na ameaça de perder o objeto, esses homens aprendem socialmente que, para garantir sua masculinidade, não podem ser abandonados ou traídos, cabendo a eles serem donos da relação.

No caso de nossos resultados, como mencionamos, na primeira situação hipotética, que narrou um episódio de violência moral, os profissionais, em sua maioria, associaram os envolvidos a um casal jovem; já na segunda situação hipotética, que contou um caso de violência física, comparativamente, relacionaram mais a um casal mais velho. Podemos observar pelos trechos a seguir a representação desse casal como mais velho, de classe baixa, com filhos, e residente principalmente em bairros periféricos: *“Eu acho que hoje, como tem muita gente desempregada, na maioria dessas pessoas, hoje elas não têm um emprego formal, é aquele que trabalha por conta própria ou é autônomo. Eu acho que na maioria que eu vejo na Deam são empregadas domésticas, diaristas, hoje não tem mais, é mais diarista, sou diarista e ele, normalmente, quando trabalha, a maioria trabalha na construção civil”* (Lílian); *“A ponto de qualquer reclamação que ela fala, porque ele acha ‘eu que trabalho, eu que pago as contas’, aquela questão, eles são mais velhos, já eles podem ter um filho ou dois filhos, ela depende financeiramente dele...”* (Dália). A dependência financeira e o fato de ter filhos foram apontados como razões para essas mulheres terem dificuldade maior em romper o

relacionamento e sair do contexto de violência em que se encontram, principalmente quando são de situação econômica menos favorecida.

Cabe destacarmos que, apesar do que é posto no senso comum e em boletins policiais acerca de mulheres de classe baixa sofrerem mais violência física do que as de classe média, estudos apontam que essas últimas também vivenciam situações de violência doméstica e em grande proporção; contudo, o que ocorre é que as mulheres de classe baixa costumam morar em residências com menor privacidade, além de frequentarem mais as delegacias, enquanto as de classe média têm mais privacidade em suas casas e preferem resolver a situação em ambiente privado (mesmo que com profissionais contratados) (Langley & Levy, 1980).

Sobre a denúncia da violência de gênero, os participantes destacaram que as mulheres de classe média e alta têm maior vergonha em efetuar a denúncia. Tal fato parece estar associado a ideias tradicionais de família burguesa, que implica na manutenção da imagem de uma família “estruturada” por um homem e mulher, pai e mãe, associada a ideia de uma família nuclear e do amor romântico no casamento (Silva, 2007). Além disso, apesar da independência financeira das mulheres ser um fator protetivo para o enfrentamento da violência de gênero, existem outras questões que dificultam esse rompimento para as mulheres de classe média e alta, como por exemplo, dependência emocional, falta de apoio familiar para efetuar a separação, crenças religiosas, sentimento de culpa, desamparo, e medo e preocupação com criação dos filhos (no caso das mulheres mães) (Cortez & Souza, 2013; Silva, 2007). Em adição a isso, a ideia de que toda mulher de classe média e alta tem independência financeira parece estar equivocada, uma vez que muitas não querem se separar por não poderem sustentar sozinhas seu padrão de vida e/ou pelo provedor financeiro da família, na realidade, ser o marido, seguindo os modelos tradicionais de gênero (Silva, 2007).

Tentando fazer uma síntese de tudo que foi relatado, podemos apontar que os conteúdos que integram a RS de violência de gênero de nossos participantes, de modo geral, parecem

ancorados tanto em aspectos socioculturais, que ressaltam o modo como se dão as relações de gênero em nossa sociedade (predomínio de uma lógica machista, que legitima relações desiguais de poder entre homens e mulheres), quanto em fatores mais individualizantes e essencialistas, que colocam o peso em aspectos do próprio sujeito ou do casal (uso de álcool, agressividade e ciúme “naturais”, fatores de personalidade). Indicam ainda que o contexto para a ocorrência da violência de gênero, os subtipos predominantes, as pessoas envolvidas e o seu enfrentamento, podem ter relação direta com questões diversas, tais como aspectos individuais, de orientação sexual, etários, econômicos e raciais.

5.2.2. Relação entre o conhecimento sobre violência de gênero e práticas no contexto das Deams

Entendemos o conhecimento a partir da compreensão de Moscovici (2000/2015), que fala de dois universos, o consensual e reificado. No primeiro, os saberes surgem na sociedade de forma livre e espontânea. No segundo, o conhecimento é advindo de uma autoridade em relação a um determinado assunto (que tem domínio sobre ele). Nesse sentido, acreditamos que a compreensão sobre a violência de gênero identificada em nossos dados expressa uma mistura em que está presente tanto o entendimento adquirido de modo espontâneo, decorrente de teorizações informais de indivíduos comuns na sociedade em suas conversas e trocas cotidianas, quanto um saber mais técnico/formal, que resulta da formação acadêmica e profissional, e da relação com “especialistas/autoridades” no tema.

Nossos achados, dessa forma, corroboraram com a hipótese de polifasia cognitiva, que compreende a coexistência de ambos os conhecimentos, reificado e consensual, em uma relação dinâmica e flexível, de modo que o conhecimento não pode ser visto como totalmente separado (Jovchelovitch, 2011/2014; Moscovici, 2000/2015). Os resultados do processamento do Iramuteq, tanto no caso do *corpus* proveniente da entrevista, quanto no das vinhetas de

situação hipotética, seguiram uma lógica que, em nosso entendimento, separou em um eixo o vocabulário mais técnico em relação a violência de gênero, e em outro um discurso mais informal e comum. Tal fato corrobora com a hipótese de Souza (2020) de que esse software pode gerar um resultado que separa esses dois tipos de conhecimento em eixos e classes diferentes, que foi o que aconteceu aqui.

Para exemplificar, retomamos aqui que, ao passo que na classe 3 do *corpus* 1, percebemos a junção de vocabulários mais próprios da informalidade e do cotidiano, como “bater”, “matar”, “apanhar”, o que demonstra que, apesar de serem profissionais especializados, também recorreram a termos do senso comum para descreverem e explicarem como a violência ocorre e sua complexidade, na classe 6 o conteúdo se baseou, principalmente, em um conhecimento normativo, composto por termos técnicos, normas e leis.

O modo como os participantes se posicionaram em relação ao seu grupo e a outros grupos também pode ajudar a fundamentar nossa hipótese sobre a separação de um conhecimento do tipo reificado em determinadas classes do Iramuteq. Identificamos conteúdos que explicitaram uma oposição “nós” x “eles”, sendo o “nós” expresso por meio de uma avaliação positiva do trabalho dos profissionais de delegacias especializadas, que é um trabalho embasado cientificamente e legalmente.

Vale ressaltarmos que, como já mencionamos, essa separação de conhecimentos reificado e consensual possui certa maleabilidade (Jovchelovitch, 2011/2014; Moscovici, 2000/2015). No caso do nosso estudo, entendemos que as práticas desses profissionais são orientadas por um conhecimento que funde os saberes consensual e reificado, de forma a se constituir um novo conhecimento, que Oliveira (2011/2014) nomeia de conhecimento híbrido, e concebe tanto uma parte mais rígida e normativa, como outra mais flexível. É esse conhecimento híbrido que serve como sustentação para as práticas desses profissionais, de modo que se torna difícil fazer uma separação rígida do que decorre de um e de outro.

Na pesquisa realizada por Mozine, Coutinho e Moreira (2021), as autoras encontraram resultados que corroboram com a concepção de um conhecimento do tipo híbrido orientando práticas profissionais, conforme proposto por Oliveira (2011), uma vez que notaram que os conteúdos das RS de seus participantes expressavam uma interligação entre o saber técnico / legal, relacionado a área de atuação, e um saber informal, cotidiano, que possibilitava, inclusive, recorrer a explicações de cunho essencialistas/biologicistas sobre gênero, assim como ocorreu em nossos resultados.

Rouquette (1992, citado por Rouquette, 2000), em seu estudo sobre o comportamento de juízes e testemunhas em casos criminais, constatou como as RS guiaram as condutas dos indivíduos envolvidos. Como vimos, as práticas sociais dos grupos são orientadas pelas RS, que funcionam como guias normativos das condutas grupais (Jodelet, 1989/2015). Um exemplo disso é quando a sociedade, inclusive profissionais como policiais, julga a possibilidade de uma pessoa ter cometido um crime ou não de acordo com a cor de sua pele. Em um estudo com estudantes de Direito e profissionais militares sobre a relação da cor de pele e a decisão de atirar, Poderoso (2018) constatou que os participantes tomaram a decisão de efetuar o tiro em pessoas brancas de forma mais morosa, em comparação à mesma decisão com relação às pessoas negras, o que confirma que o racismo estrutural do Brasil, que interliga cor de pele e pobreza, afeta os estereótipos das pessoas negras, vistas mais facilmente como criminosos na sociedade.

Embora as RS guiem as práticas (Jodelet, 2001), vimos que a possibilidade de mudança das RS decorre de alterações nas circunstâncias externas e, conseqüentemente, nas práticas sociais (Flament, 2000), que podem acarretar tanto modificações mais superficiais, quanto mais profundas, a depender de diversos fatores, como por exemplo, o entendimento de que a nova situação é irreversível. As mudanças legislativas, por exemplo, podem alterar as práticas de profissionais e, assim, alterar suas RS sobre determinado objeto em um médio prazo (Guimelli,

1994, citado por Wolter & Sá, 2013). Assim, podemos entender as RS como condição para as práticas e estas como agentes de mudanças das RS. Essas mudanças, tanto nas práticas, como nas RS, não acontecem de forma aleatória, mas dentro de um contexto social e histórico específico (Rouquette, 2000). Nossos resultados parecem apontar na direção das práticas dos profissionais serem determinadas por legislações e normas institucionais, sendo, assim, possíveis de alterar RS anteriores; no entanto, não aprofundamos se essas alterações normativas alteraram a estrutura da RS de violência de gênero e objetos afins por não ser nosso objetivo.

Em nossa pesquisa, não buscamos verificar os efeitos de legislações antigas, como o código penal (Brasil, 1940) e a Lei Maria da Penha (Brasil, 2006), ou de novas legislações, como a Lei 14.188/2021 (Brasil, 2021), sobre as práticas dos profissionais das Deam, e nem tampouco, destas para a mudança de RS de violência de gênero dos participantes. No caso da Deam do Nordeste verificamos o diferencial de englobar também, conforme a portaria que a orienta, outras legislações relacionadas à mediação de conflitos, o que mais uma vez associa à prática a existência de uma normativa que a regulamenta, embora também não tenhamos explorado as repercussões dessa norma nas RS.

Nesse caso específico da Deam do Nordeste, em que evidenciamos uma prática orientada por uma nova norma jurídica, os profissionais ressaltaram que essa escolha de participar ou não de uma mediação policial é da mulher, de modo que ela é entendida como autônoma em suas decisões. Entretanto, essa escolha só cabe para casos em que não ocorreu violência física, pois esta é vista como imperdoável e é dever do estado (representado, aqui, pelos profissionais) denunciá-la e combatê-la, enquanto a violência psicológica permanece no polo do afeto (não visível), sendo vista com menor potencial de crime. Assim, na prática, a violência psicológica e a violência moral foram vistas como “mais desculpáveis”, com amparo no campo do Direito. Deste modo, a violência física é automaticamente tratada como um crime no âmbito das Deams pelos profissionais, independentemente se a mulher quer ou não

criminalizar o autor da violência, enquanto para as violências psicológicas e morais, essa possibilidade de criminalização fica a critério de escolha da mulher em situação de violência. Essa tolerância frente a situações de violência não visíveis pode contribuir para dar continuidade ao ciclo de violência, além de poder levar a uma responsabilização da mulher. Além do fato de que a violência psicológica é frequentemente relatada como mais prevalente e causando maiores danos longitudinalmente (Fonseca et al., 2012).

Como mencionamos anteriormente, a inclusão da violência psicológica no Código Penal pela Lei nº 14.188 (Brasil, 2021), possibilitou uma nova visão sobre esse tipo de violência, agora enquadrado como crime, o que traz um amparo legislativo para sua criminalização e, conseqüentemente, afeta as práticas profissionais em Deams. Isso demonstra a importância da existência de uma lei para legitimar a ação policial frente ao enfrentamento da violência de gênero, pois como os profissionais relataram, eles guiam suas práticas, além de suas próprias experiências na delegacia, pela existência de um crime tipificado na lei: *“Eu considero uma violência contra a mulher. Sobre o tipo de violência, existe agora, teve uma atualização do crime, não existe mais a perseguição, mas ele foi para o 147 a e 147 b, então vai depender da análise”* (Acácia).

Esse foco na tipificação penal pode ser observado também na classe 6, do *corpus* 1, em que a violência moral aparece sob a forma da tipificação “injúria” do Código Penal (Brasil, 1940), e a violência física aparece sob o nome do crime “lesão corporal”. Assim, notamos um foco no crime, ou seja, é preciso ser crime tipificado em lei para que a delegacia possa adotar determinados procedimentos: *“Eu vou explicar para ela que, para eu ajudá-la, eu vou focar na questão criminal, porque quem vai ler aquilo vai fazer uma análise do ponto de vista jurídico, o juiz vai tomar uma decisão”* (Dália); *“Se há crime, isso tem que ter um crime, porque se não tiver crime também não tem como fazer nada.”* (Margarida).

Sobre o caminho do procedimento criminal e do processo jurídico, há uma discussão sobre a dificuldade dessa lógica criminalizante para as situações de violência de gênero ocorrida nas relações de afeto, pois existem diversos empecilhos para conseguir provar uma denúncia, além do peso de fatores como dependência financeira e/ou afetiva e o sentimento de culpa das mulheres em incriminarem os companheiros ou ex-companheiros (Cavaler & Macarini, 2020). Devido a essas diversas barreiras, muitas mulheres desistem de prosseguir com a criminalização, levando à desistência e arquivamento da maior parte dos processos, demonstrando o insucesso da lógica criminalizante na Lei Maria da Penha (Silveira et al., 2014).

Em nossa pesquisa, os resultados demonstraram que os profissionais conceberam a ideia de que a delegacia e o foco criminal não são as únicas formas de lidar com a violência doméstica contra a mulher, apesar deste ser o cerne de suas ações, sendo importante direcioná-las para o atendimento por outros setores e profissionais. De certa forma, isso também demonstra que o combate à violência de gênero tem sido feito de forma separada pelos diferentes órgãos na rede de enfrentamento (polícia, judiciário, centros de assistência, hospitais etc.).

Uma das formas descritas pelos profissionais para lidarem com a violência de gênero na Deam é tentarem se distanciar da ideia prévia da mulher como vítima e/ou da oposição mulher/vítima x homem/agressor. Nesse sentido, trouxeram a ideia de que existem “vítimas falsas” e “vítimas verdadeiras”, similar ao observado por Costa (2015) e Frugoli et al. (2019) em suas pesquisas também no âmbito de uma delegacia. Segundo Frugoli et al. (2019), esse julgamento ocorria devido à falta de fatos possíveis de tipificação penal e de provas encontradas pelos policiais no decorrer da investigação. Nesse mesmo sentido, Costa (2015) aponta no que se refere à postura dos policiais, que eles buscam trabalhar de forma supostamente imparcial perante os casos, não considerando todas as mulheres que buscam a

Deam como vítimas a priori, até em virtude de a delegacia ser também um órgão de investigação policial. Ou seja, além do trabalho de acolhimento dos casos, também é prática da polícia a investigação criminal, como podemos observar nas resoluções sobre as funções desses profissionais¹¹.

A atividade investigativa e a crença na existência de polos de verdadeira vítima e falsa vítima, apontada pela literatura (Costa, 2015; Frugoli et al., 2019) e encontrada em nossa pesquisa, parecem guiar as práticas dos policiais entrevistados. Para Jodelet (1989/2015), as RS são responsáveis por sustentarem as práticas. Assim, em alguns trechos podemos observar claramente a diferença de tratamento dispensado as mulheres a partir dessas crenças: *“Você inclusive tem situações na Deam que as mulheres estão sendo processadas por mentirem, então quando a gente visualiza que realmente está sendo vítima, nossa dedicação é total, máxima”* (Gerânio); *“Até porque, como eu disse, há muitos casos na Deam de denúncia falsa, acho que por isso a questão, até por ser a violência física, pedir guia do IML, essas coisas, a gente tem que levar ela no local, tem que colher exames”* (Florêncio). De acordo com Leandro (2020), os profissionais têm um menor acolhimento com as mulheres que utilizam a delegacia para dar uma lição em seus companheiros, e a demora na prestação de serviço para essas mulheres pode demonstrar um menor amparo da instituição com as mesmas, constatação essa também verificada em nossos resultados.

Em estudo de significados de violência contra a mulher para profissionais especializados na temática de diferentes serviços (Assistência Social, Saúde, Delegacia Especializada, Política Militar e Justiça), Machado (2020) também encontrou essa crença dos

¹¹Atribuições das Deams, das funções de agente, delegado, investigador e escrivão, de acordo com as normas jurídicas das Deams. Ressaltamos que as normativas citadas acima foram as que estavam disponíveis em sítios oficiais na internet e que não as referenciamos para não identificar os Estados em que foram realizadas as entrevistas. Como lembram Alves et al. (2017), esses tipos de documentos servem como bases históricas e culturais, estando interligados com as práticas e as RS de um determinado objeto; por isso ressaltamos a importância desses documentos na atuação desses profissionais.

profissionais de que mulheres fazem denúncias falsas como uma forma de controle do marido, utilizando de um terceiro (a lei, a delegacia, registro de boletim de ocorrência e/ou Medida Protetiva) para resolver conflitos conjugais ou assustá-los no intuito de cessar o comportamento violento, o que também foi evidenciado em nossa investigação. Apesar da presença dessa desconfiança, ainda sim notamos uma tendência dos policiais entrevistados de concluir pela veracidade dos relatos das mulheres em situação de violência.

Costa (2015) sinalizou que a diferença no acolhimento das mulheres nas Deams também mudava de acordo com a classe social da vítima. Isso pode ser decorrente do racismo estrutural e velado que assola nossa sociedade, uma vez que raça e classe não têm como ser dissociadas no Brasil (Gonzalez, 2020). Nesse cenário, diversos estudos demonstram a cor da pele de uma pessoa afeta a forma como vai ser percebida pela sociedade e suas possibilidades de acesso à justiça (Collins & Bilge, 2020; Gonzalez, 2020; Silveira et al., 2014; Silveira & Nardi, 2014).

Em suma, no que concerne ao trabalho nas Deams, notamos ainda uma conservação de práticas policiais de investigação, punição e criminalização, como observado no trabalho de Cortez (2012); no entanto, para além disso, também obtivemos resultados que apontaram que, embora haja uma percepção da necessidade de as mulheres atendidas serem amparadas juridicamente, também percebemos uma preocupação com a necessidade de mais acolhimento para as mesmas (Gomes et al, 2020).

Essa tendência para uma postura mais sensível e acolhedora confirma os resultados obtidos por Martinelli (2019) de que tem acontecido mudanças nas atitudes dos policiais frente à violência doméstica e de gênero, com foco maior no acolhimento da mulher em situação de violência, conforme observamos no trechos: *“Eu penso muito dessa forma e a gente vai tentando organizar, tentar trazer realmente esse acolhimento, porque a gente fala ‘Deam’, o pessoal fica logo com medo, fica logo tensa, então, o primeiro atendimento é para que fique*

tranquila” (Hortênsia); “No meu atendimento com ela, a gente primeiro escuta a versão da vítima, o que aconteceu, o relato, a gente procura ter uma postura acolhedora para ouvir a versão sem tentar emitir julgamento, porque às vezes a pessoa está em uma situação até há muito tempo, e a gente ‘como antes não saiu?’” (Gardênia).

Ressaltamos que o acolhimento é um diferencial no trabalho de profissionais das Deams, uma vez que isso também é posto como uma atribuição dessas delegacias especializadas, como destacam suas normas técnicas. Esse acolhimento, no entanto, parece ser diferenciado com base na crença de quem seria uma “vítima verdadeira”, como mencionamos anteriormente, como também no tipo de violência que a mulher sofreu (por exemplo, a violência sexual, que acaba recebendo uma atenção maior), como destacado: *“Ela tem que ter uma abordagem diferente, vamos dizer, porque a violência sexual, às vezes, traz algumas situações para a vítima não só de revitimização, mas também de confusão, então a gente tem que tomar muito cuidado, tem que ter muita sensibilidade. Essa é a palavra para lidar com casos de crimes contra dignidade sexual”* (Camélia). Destacamos que foi possível observar uma diferença em relação à questão da oferta de uma escuta psicológica especializada na Deam do Nordeste, uma vez que possuía uma psicóloga para realizar esse tipo de atendimento. Na Deam do Sudeste não existia tal atendimento na data da pesquisa. No entanto, vale lembrarmos que a psicóloga na Deam do Nordeste era uma funcionária pública cedida para Secretaria de Segurança Pública, não concursada para o cargo específico nessa instituição, o que, então, não garante sua permanência nessa função nesse órgão.

Nesse panorama, destacamos a importância da contribuição da psicologia em serviços psicológicos nas Deams para reforçar a autonomia da mulher no processo de escolha consciente do caso (se irão representar criminalmente, fazer mediação ou desistir do processo) (Macarini & Miranda, 2018), apesar de ser um serviço ainda com falhas na formação e pouca instrução para exercício profissional (Carmo-Souza & Faria, 2017). Em nossa pesquisa, os dados

indicaram que a função psicóloga teve um peso maior na classe 1, do *corpus* 1, que trouxe uma ênfase na violência psicológica e em seu tratamento, demonstrando o impacto que essa profissão pode promover no reconhecimento e tratamento desse tipo de violência.

No caso do encaminhamento da violência para mediação policial, que pode ocorrer para casos nos quais ocorreram violência moral e/ou psicológica, é realizada uma sessão de mediação, na qual há a presença de uma terceira parte com o objetivo de mediar o conflito da relação e, assim, coibir a violência doméstica, por meio de um acordo entre as pessoas envolvidas na violência. Nesse cenário, há uma discussão sobre a possibilidade de uma “devolução” da situação de violência de gênero para o ambiente privado e uma revitimização da mulher em situação de violência, caso esse tipo de intervenção seja feito sem capacitação adequada e sem uma noção da existência das relações desiguais de gênero (Cavaler & Macarini, 2020).

Os profissionais entrevistados parecem trazer uma ideia da possibilidade de revitimização das mulheres em situação de violência, tanto pela questão da falta de preparo de alguns servidores, quanto pelo próprio encaminhamento dos procedimentos. Notamos pelos relatos que essa compreensão foi construída principalmente por meio de um conhecimento técnico aprendido nos cursos sobre o tema, como demonstram os trechos seguintes: *“A gente passa por muitos cursos na Deam sobre isso (...) ainda tem muita resistência até na Deam, a gente vê que tem muita revitimização desse público, então a gente escuta muita piada dos servidores”* (Jasmin); *“Posso falar nesses tipos de caso em que a vítima ela se encontra muito fragilizada, e por a vítima para falar sobre isso [a violência] várias vezes, é complicado, porque ela se sente revitimizada por várias vezes”* (Melissa).

Além dessa questão, os profissionais relataram terem aprendido tanto nos cursos de capacitação de violência contra a mulher, como também na prática cotidiana, sobre o ciclo da

violência, sobre a dependência emocional que a mulher tem, muitas vezes, pelo seu companheiro e a noção de que é um fenômeno complexo, que vai além do trabalho criminal.

A respeito do caráter cíclico da violência de gênero contra a mulher no âmbito conjugal, Lucena et al. (2016) descreve:

A relação conjugal é permeada inicialmente por insultos, humilhações, intimidação, provocações mútuas, gerando conflitos e tensão. Em seguida, há uma necessidade de confirmação da depreciação e inferiorização da mulher adicionados de ameaças de violência até a confirmação do episódio agudo do fenômeno. A mulher é colocada enquanto objeto e figura passiva, servindo apenas para reprodução biológica. Já o homem é tido como sujeito que utiliza-se da força física e da dominação. Apropria-se da mulher objeto, nega a vivência da VDCM [Violência doméstica contra a mulher], culpabilizando-a pelo ato sofrido, propõe que irá mudar e que a relação será transformada a partir de promessas mútuas de mudanças, porém o ciclo se renova, após a considerada “lua de mel”, pois há falta de cumprimento dos pactos e dos papéis estereotipados, tornando o fenômeno da VDCM recorrente. (Lucena et al., 2016)

Em síntese, notamos que as RS dos profissionais das Deams pesquisadas encontraram-se pautadas em conhecimentos formais, bem como no senso comum. Em suas práticas, os profissionais parecem ser orientados a partir de normas técnicas e legislações, como por exemplo, para poder realizar encaminhamentos, como mediação policial ou penalização do caso. Práticas como acolhimento, amparadas por normas na Deam do Nordeste, parecem ter relação com crenças do senso comum, por exemplo, se acreditam ou não a priori que aquela mulher realmente sofreu violência, apesar de estarem ligadas à função investigativa da categoria policial. Esses apontamentos reforçam a hipótese do conhecimento híbrido, que demonstra a existência de um conhecimento técnico e prático que interligada senso comum e saber formal. Os profissionais também parecem enriquecer seu conhecimento com a

participação em cursos sobre a violência de gênero. No entanto, vale ressaltarmos que houve divergência na experiência relatada pelos participantes em ambas as instituições pesquisadas, em que alguns enfatizaram essa participação em cursos e outros relataram uma falha neste sentido, mencionando a falta de incentivo da instituição para realização desse tipo de capacitação.

6. Considerações finais

Para finalizar (até aqui), consideramos relevante ressaltar alguns pontos, refletir sobre outros e apontar sugestões para caminhos futuros de pesquisa. Entendemos que as temáticas de gênero e violência de gênero são complexas, tendo muitas possibilidades teóricas e metodológicas para serem exploradas, além de serem fenômenos interdisciplinares, intersetoriais e interseccionais. Deste modo, nesse trabalho não tivemos o objetivo de esgotar as problemáticas mencionadas, mas explorá-las sob nossas perspectivas.

Focamos em explorar gênero e violência de gênero pela ótica da Psicologia Social, mais especificamente, da TRS, contando também com o suporte de estudos feministas e de gênero. Nosso enfoque foi conhecer as compreensões desses objetos de representação social no setor da Segurança Pública, nas instituições especializadas de atendimento às mulheres que passam por violência de gênero no âmbito doméstico.

Sabemos que a violência de gênero tem relações com uma estrutura desigual de poder entre os gêneros na sociedade, apesar da luta de diversos órgãos e da sociedade civil para combater esse tipo de violência. Nesse cenário de tensão entre a manutenção de comportamentos que reforçam condutas desiguais entre homens e mulheres e, ao mesmo tempo, a tentativa de combate à violência de gênero, objetivamos explorar RS de gênero e de violência de gênero entre profissionais das Deams de um município do Sudeste e de um município do Nordeste, e identificar suas práticas profissionais e cotidianas perante os casos. Atentos a importância do contexto para a construção e manutenção de RS, tivemos o intuito de identificar os conteúdos dessas RS, o modo como os profissionais lidavam com os casos de violência de gênero, possíveis relações entre conhecimento técnico e cotidiano, além de verificar se havia diferenças nas RS entre os diferentes gêneros, funções, formações e delegacias.

Utilizamos vinhetas de situações hipotéticas e entrevistas semiestruturadas para verificar essas RS e identificar, por meio de relatos, as práticas que se orientavam por elas. Durante as coletas de dados, desde o início, tivemos o desafio de conseguir acessar os participantes, pois, além de a pandemia de COVID-19 ter impedido o contato anterior no campo presencialmente, quando foi possível essa inserção e iniciada a coleta, lidamos com a dificuldade do cotidiano sobrecarregado desses profissionais. Nesse ponto, fazemos um parêntese para ressaltar a importância de se realizarem também pesquisas e ações voltadas para atenção da saúde mental desses trabalhadores, os quais em sua maioria, são mulheres. Inclusive, ressaltamos que o fato de as mesmas serem policiais não as protege de sofrer também desigualdades e violências de gênero, mas torna-se, na verdade, uma especificidade dessa opressão, como escutamos durante nosso tempo de pesquisa por diversas vezes.

Quanto às diferenças nas RS de acordo com o gênero, isso não foi evidenciado em nosso estudo, o que pode ter acontecido também pela maior parte das entrevistadas ter sido mulheres, 12, com apenas 3 homens. Já em relação às funções e formações, estas pareceram ter tido um certo peso no modo de entendimento dos fenômenos por parte do grupo entrevistado, de modo que foi preciso buscar explicações a este respeito. Foi na TRS que encontramos essa base, possibilitando-nos entender como a compreensão de gênero e de violência de gênero, fruto das construções mais informais e cotidianas, se relacionava com os conhecimentos mais formais/técnicos da área profissional. Nossos resultados pareceram corroborar com a hipótese da polifasia cognitiva e do conhecimento híbrido, de forma que tanto apareceram concepções tradicionais dos papéis de homens e mulheres na sociedade e explicações mais do senso comum das possíveis causas da violência de gênero (como, por exemplo, que tem a ver com uma agressividade/ciúmes “interno” do homem ou com sua força física), como também evidenciamos explicações que ressaltaram o aspecto social das desigualdades entre os gêneros e suas consequências, como a violência.

O *software* Iramuteq contribuiu para facilitar as identificações dos conhecimentos cotidianos e técnicos, sendo, em certa medida, separados nas classes dos dendrogramas, o que agilizou a análise dos dados. Em nossa pesquisa, devido ao tamanho das entrevistas e pela característica do roteiro semiestruturado, não fizemos uma separação de corpus temática, dividindo gênero e violência de gênero, mas entendemos que isso poderia ter sido uma possibilidade interessante, oferecendo uma separação mais explícita entre as RS de gênero e de violência de gênero, apesar de entendermos que pelo próprio objeto de violência de gênero ter o gênero entrelaçado, isso também seria desafiador. Talvez seja uma possibilidade para instrumentos de coleta de dados mais estruturados.

Em nosso estudo, notamos também como as questões de gênero, assim como na sociedade em geral, se apresentavam em constante tensão, por um lado, reforçando as desigualdades, por outro, apontando possibilidades de relações que descontroem as dicotomias homem provedor /agressor x mulher submissa /vítima. No entanto, as concepções biologicistas ainda foram bastante presentes, apesar de não terem sido utilizadas como justificativas para que as violências ocorram. Salientamos, aqui, que essas noções mais biológicas, interligando a violência a um binômio gênero/sexo biológico, reforçam as dificuldades de acesso de mulheres lésbicas, trans, travestis, não-binárias e intersexo às redes de proteção de violência de gênero. Esse campo também merece destaque para ser abordado mais profundamente em próximos estudos, principalmente levando em conta os novos direitos conquistados por esses públicos recentemente e as tensões no campo de representações sociais de gênero na sociedade.

Discutimos também como as práticas dos profissionais pareceram estar orientadas pelas leis e normas jurídicas e institucionais sobre a violência doméstica. Nesse ponto, enfatizamos que não vimos se essas normatizações alteraram as RS dos profissionais (não foi nosso

objetivo), mas notamos que este pode ser um caminho interessante a ser pesquisado futuramente.

Outra possibilidade em relação a estudos futuros deixada aqui como sugestão a partir do que foi encontrado é o emprego da abordagem etnográfica, em que a pesquisa conseguiria acessar a experiência cotidiana na instituição, e não apenas os relatos de como isso ocorre. Apesar da limitação ao acesso direto das práticas, acreditamos que o uso do instrumento de situação hipotética contribuiu no sentido de minimizá-la, ao passo que a entrevista ajudou principalmente a esclarecer os processos envolvidos na gênese e manutenção das RS em foco, complementando o que havia sido trazido pelas vinhetas.

Especificamente sobre as vinhetas, convém ressaltarmos que uma participante se recusou a respondê-la por sentir-se desconfortável em caracterizar as pessoas da situação simulada, e outros verbalizaram algum incômodo quanto a isso também. Entendemos que esse desconforto se deu pelo receio de “estereotiparem” as pessoas em situação de violência de gênero ou parecerem preconceituosos com pessoas negras e/ou de periferia. Desse modo, enfatizamos, assim como nossos entrevistados desejaram, que a violência de gênero contra as mulheres ocorre com todos os tipos de mulheres, brancas, negras, pobres, de classe média ou ricas, de todos os bairros, de todas as profissões, com ou sem filhos. Entendemos que um instrumento que não pedisse explicitamente para que falassem dessas questões, poderia ter trazido outros ângulos menos verbalizados. Ainda assim, consideramos que foi importante ter seguido esse caminho uma vez que nos permitiu uma leitura interseccional sobre o fenômeno da violência de gênero, indo de encontro ao mito de que “a violência de gênero contra a mulher é universal”. Ou seja, apesar de ocorrer com todos os tipos de mulheres, existem, sim, especificidades que interrelacionam gênero com outras categorias, como raça, classe, maternidade, idade, orientação sexual, ocupação, capacidade, entre outras.

Entendemos que tais inter-relações entre violência, gênero, classe, raça, maternidade, idade e orientação sexual, de alguma forma, foram apontadas em nossos resultados, indicando como essas questões podem impactar nas possibilidades de enfrentamento dessas mulheres no âmbito de uma Deam, bem como na facilidade ou dificuldade em romper e superar o contexto de violência. No entanto, não vimos se há diferenças no modo como essas diferentes mulheres são recebidas pelos profissionais ou encaminhadas nos atendimentos dentro da Deam ou para outras redes de apoio, o que entendemos como relevante para que as Políticas Públicas trabalhem de modo a considerarem essas intersecções, de modo a não cometerem, por exemplo, racismo estrutural, além de proporem diferentes soluções para as mulheres a depender de seus contextos identitários e sociais. Principalmente porque alguns encaminhamentos, a exemplo da mediação policial, correm o risco de “devolver” a violência de gênero para o ambiente doméstico, se feita sem uma capacitação adequada. Como dissemos, infelizmente, nosso objetivo não nos permitiu nos aprofundar em cada uma dessas especificidades, o que ficará por conta de outras pesquisas.

Outro ponto que destacamos em nosso trabalho é que a violência psicológica foi bem enfatizada pelos profissionais, assim como a violência moral e física - essa última já era esperada. Ressaltamos que isso pode ter acontecido pelas características das vinhetas utilizadas, bem como pelas mudanças recentes na legislação, com o advento da Lei 14.188/21 (Brasil, 2021), que trazem uma viabilidade mais explícita de criminalização desse tipo de violência. Paralelamente, percebemos que a violência patrimonial foi menos enfatizada e, por vezes, não considerada como “violência” propriamente, mas uma “disputa de bens”. A violência sexual, por sua vez, foi não só reconhecida, como apontada como exigindo maior sensibilidade e cuidado por parte dos profissionais. A este respeito, destacamos que não exploramos o que eles consideram exatamente como violência sexual, o que seria importante, uma vez que devido às

concepções de gênero que ressaltam a mulher como reprodutora, mãe e esposa, uma relação sexual forçada dentro do casamento poderia não ser entendida como violência.

Consideramos ainda que, de modo geral, os participantes conseguiram identificar a necessidade de compreender o fenômeno da violência de gênero levando em conta outros aspectos além de gênero, como classe, raça, maternidade e idade. Assim, apesar de termos identificado indícios de os profissionais apresentaram visões inter-relacionais sobre o fenômeno em alguma medida, seria interessante se os cursos e capacitações das Secretarias de Segurança Pública também explorassem isso. Apesar de não termos tomado as capacitações como objeto de estudo, o que poderia ser interessante para pesquisas futuras, pelas entrevistas pudemos notar esses pontos. Além disso, parece importante que além de explorar questões sobre tipos de violência, encaminhamentos técnicos, o ciclo de violência, como os participantes mencionaram, os cursos trabalhem também sobre a desconstrução da visão machista da sociedade, que reforça papéis cristalizados de gênero e contribuem para o desencadear da violência de gênero. Ademais, é fundamental que essas capacitações explorem gênero a partir de uma perspectiva que leve em conta a construção social de gênero, e não uma visão essencialista e biológica.

Por fim (até aqui), ressaltamos a importância da aproximação entre Psicologia Social e Políticas Públicas para combatermos as opressões de gênero, raça, classe e construirmos uma sociedade mais igualitária e justa, que não tenha a violência de gênero como um grande problema de segurança, saúde, educação, econômico e social.

Referências

- Acosta, D. F., Gomes, V. L. O., & Barlem, E. L. D. (2013). Perfil das ocorrências policiais de violência contra a mulher. *Acta Paulista de Enfermagem*, 26(6), 547-553. <https://doi.org/10.1590/S0103-21002013000600007>
- Abric, J.-C. (2000). *Prácticas sociales, representaciones sociales*. In: J.-C. Abric (Ed.), *Prácticas sociales y Prácticas Sociales representaciones* (pp. 195-214). Ediciones Coyoacán
- Albuquerque, I. M., Rosas Torres, A. R., Estramiana, Á., Luis, J., Garrido Luque, A., & Pereira Rodrigues, D. M. (2021). Inquéritos policiais: tipos de violência contra as mulheres. *Athenea Digital: Revista de Pensamiento e Investigación Social*, 21 (1). pp. 1-23. ISSN 1578-8946. <https://doi.org/10.5565/rev/athenea.2703>
- Alencar, A. V. D., Oliveira, G. F. D., Rolim Neto, M. L., & Bianco, B. A. V. (2014). Representações sociais de violência a partir da percepção do agressor. *Psicologia para América Latina*, (26), 24-43. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psilat/n26/a03n26.pdf>
- Alencar., S. R., Ramos, E. M. L. S., & Ramos, M. F. H. (2018). Violência Doméstica nas Relações Lésbicas: Registros da Invisibilidade. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 12(1), 174-186. <https://www.revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/809/283>
- Almeida, A. M. D. O., Santos, M. D. F. D. S., & Trindade, Z. A. (2000). Representações e práticas sociais: contribuições teóricas e dificuldades metodológicas. *Temas em Psicologia*, 8 (3), 257-267. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2000000300005
- Almeida A. M. O., Santos, M. F. S. & Trindade, Z. A (2014). Ancoragem: notas sobre consensos e dissensos. In Almeida A. M. O., Santos, M. F. S. & Trindade, Z. A (Orgs.)

- Teoria das Representações Sociais: 50 anos (2ª Ed.)* (pp. 134-163). TechnoPolitik. (Obra original publicada em 2011)
- Alves, A. & Lago, M. (1941). Ai que saudades da Amélia. DGD RECORDS.
- Alves, R. B., Silva, R. D. M., Menandro, M. C. S. & Trindade, Z. A. (2017). Representações sociais de violência para profissionais da assistência social. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 69(3), 66-82
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672017000300006&lng=pt&tlng=pt.
- Araújo, M. F. (2008). Gênero e violência contra a mulher: o perigoso jogo de poder e dominação. *Psicologia para América Latina*, (14).
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2008000300012&lng=pt&tlng=pt
- Arruda, A. (2002). Teoria das representações sociais e teorias de gênero. *Cadernos de Pesquisa*, (117), 127-147. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742002000300007>
- Ávila, T. P. (2020). Justiça restaurativa e violência doméstica: Contribuição ao refinamento das garantias processuais de proteção às mulheres. *Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito-PPGDir./UFRGS*, 15(2). <https://doi.org/10.22456/2317-8558.103251>
- Bandeira, L. M. (2014). Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. *Sociedade e Estado*, 29(2), 449-469. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922014000200008>
- Barbosa, M. V., Almeida, I. B. S. A. (2021). “Gatinhas e palhaças”: representações da mulher na revista O Cruzeiro (1970-72). In Missias-Moreira, R., Collares-da-Rocha, J. C. C., Coutinho, S. M. S., Almeida, I. B. S., Fukui, R. C. S. (Orgs). *Representações Sociais na contemporaneidade* – volume 6. (pp. 95-110). CRV.

- Barretto, R. S. (2018). Relacionamentos Abusivos: Uma Discussão Dos Entraves Ao Ponto Fina. *Revista Gênero*, 18(2). <https://doi.org/10.22409/rg.v18i2.1148>
- Barsted, L. L. (2020). O Feminismo e o enfrentamento da violência contra as mulheres no Brasil. In Sardenberg, C., & Tavares, M. S. (Orgs). *Violência de gênero contra mulheres: suas diferentes faces e estratégias de enfrentamento e monitoramento* (pp.18-38). EDUFBA. (Obra original publicada em 2016)
- Beauvoir, S. (2016). *O Segundo Sexo*. (S. Milliet). (3ª Ed.). Nova Fronteira. (Obra original publicada em 1949)
- Bento, B. (2017). *O que é transexualidade*. (1ª edição ebook). Brasiliense. (Obra original publicada em 2008)
- Blay, E. A. (2003). Violência contra a mulher e políticas públicas. *Estudos Avançados*, 17(49), 87-98. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000300006>
- Brasil. (1932). *Decreto 21.076/32*. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html>
- Brasil (1940). Decreto-Lei, nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Decreto-Lei/Del2848.htm
- Brasil. (1962). *Lei 4.121/62*. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/14121.htm
- Brasil. (2006). *Lei n. 11.340/2006*. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm
- Brasil (2018). *Lei nº 13.675/18*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13675.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2013.675%2C%20DE%2011%20DE%20JUNHO%20DE%202018.&text=Disciplina%20a%20organiza%C3%A7%C3%A3o%20e%20o,do%20%C2%A7%207%C2%BA%20do%20art.
- Brasil (2021). *Lei nº 14.188*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14188.htm

- Butler, J. (2017). *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade*. (13ª ed.). (R. Aguiar, trans.). Civilização Brasileira. (Obra original publicada em 1990)
- Camargo, B. V., & Justo, A. M. (2013). IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em psicologia*, 21(2), 513-518. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v21n2/v21n2a16.pdf>
- Camargo, B., & Justo, A. (2021). Tutorial para uso do software de análise textual IRAMUTEQ. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. <http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/tutoriel-en-portugais>
- Cavaler, C. M., & Macarini, S. M. (2020). Repensando práticas: delegacias da mulher enquanto espaço dialógico de prevenção à violência conjugal. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 29(66), 60-73. <https://dx.doi.org/10.38034/nps.v29i66.516>
- Cardoso, C. F. (2012). O uso, em história, da noção de representações sociais desenvolvida na psicologia social: um recurso metodológico possível. *Psicologia e saber Social*, 1(1), 40-52. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/psi-sabersocial/article/view/3244>
- Carmo-Souza, T. M., & Faria, J. S. (2017). Descrição dos serviços de psicologia em delegacias especializadas de atendimento às mulheres no Brasil. *Avances en psicología latinoamericana*, 35(2), 253-265. http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S1794-47242017000200253&script=sci_arttext&tlng=pt
- Chacham, A. S., & Jayme, J. G. (2016). Violência de gênero, desigualdade social e sexualidade: as experiências de mulheres jovens em Belo Horizonte. *Civitas: Revista De Ciências Sociais*, 16(1), e1-e19. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2016.1.21760>
- Cerqueira, D. et al. (2021). *Atlas Da Violência 2021*. FBSP. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/8246-atlasdaviolencia2021completo.pdf>

- Cezario, A. C. F., & Lourenço, L. M. (2013). Violência conjugal contra o homem: uma análise bibliométrica. *Geraiis: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 6(1), 144-156. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202013000100011
- Collins, P. H.; Bilge, S. (2020). *Interseccionalidade*. Boitempo Editorial.
- Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. (2021). *Ofício Circular nº 2/2021/CONEP/SECNS/MS*. http://conselho.saude.gov.br/images/Oficio_Circular_2_24fev2021.pdf
- Conselho Federal de Psicologia. (2013). *Documento de Referência para atuação de psicólogas (os) em serviços de atenção à mulher em situação de violência*. <http://www.crpso.org.br/portal/comunicacao/artes-graficas/arquivos/2013-CREPOP-Violencia-Mulher.pdf>
- Conselho Federal de Psicologia. (2020). *Resolução nº 8, de 07 de Julho de 2020*. <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2020/07/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-n%C2%BA-082020.pdf>
- Conselho Nacional de Pesquisa com Seres Humanos. (2012). *Resolução nº 466 de 12 de Dezembro de 2012*. <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/reso466.pdf>
- Conselho Nacional de Pesquisa com Seres Humanos. (2016). *Resolução nº 510 de 07 de Abril de 2016*. Dispõe diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/reso510.pdf>
- Conto, J. M. D. (2012). *Representações sociais da mulher em situação de violência doméstica e familiar no contexto sócio-histórico de São Borja/RS* [Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Santa Maria]. Repositório UFSM. <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/3979>
- Cortez, M. B. (2012). *“Sem açúcar, com afeto”*: estudo crítico de denúncias de violência contra as mulheres e dos paradoxos da judicialização [Tese de Doutorado, Doutorado em

- Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo]. Repositório Institucional da Ufes. Universidade Federal do Espírito Santo. [http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/6704/1/Mirian%20Beccheri%20Cortez%20\(2\).pdf](http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/6704/1/Mirian%20Beccheri%20Cortez%20(2).pdf)
- Cortez, M., & de Souza, L. (2013). Mulheres de classe média, relações de gênero e violência conjugal: um estudo exploratório. *Revista Gerencia y Políticas de Salud*, 12(24), 34-53. <http://www.scielo.org.co/pdf/rgps/v12n24/v12n24a03.pdf>
- Costa, S. D. R. M. D. (2015). *Representações Sociais e violência contra a mulher: um estudo na Delegacia da Mulher da cidade do Recife-PE* [Dissertação de Mestrado, Mestrado em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco]. Repositório UFPE. Universidade Federal de Pernambuco. <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/16713>
- Costa, L. P., & Anjos, J. C. Mulheres Negras em Situação de violência de gênero nas relações de intimidade. In Strey, M. N., Costa, A. B., & Cúnico, S. D. (2019). *Gênero e violência: Repercussões nos processos psicossociais e de saúde* (pp. 442-476). EdIPUCRS.
- Coutinho, S. M. (2008). A dona de tudo”: O que é ser mulher, mãe e esposa de acordo com as representações sociais de mulheres de duas gerações (Tese de Doutorado. Doutorado Em Psicologia. Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo). Repositório UFES. Universidade Federal do Espírito Santo. <http://repositorio.ufes.br/handle/10/3120>
- Coutinho, S. M. S., & Menandro, P. R. M. (2015). Representações sociais do ser mulher no contexto familiar: um estudo intergeracional. *Psicologia e Saber social*, 4(1), 52-71. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/psi-sabersocial/article/view/13538>
- Curia, B. G., Graff, G., Zamora, J. C., & Habigzang, L. Violência Institucional perpetrada pela rede de enfrentamento contra mulheres em situação de violência doméstica e familiar e implicações para a saúde. In Strey, M. N., Costa, A. B., & Cúnico, S. D. (2019). *Gênero e violência: Repercussões nos processos psicossociais e de saúde* (pp. 400-441). EdIPUCRS.

- Davis, A. (2016). *Mulheres, Raça e Classe*. (H. R. Candiani, Trans.). Boitempo. (Obra original publicada em 1981)
- Diniz, A. T. D. M. “Jovem”, “bonita”, “não tinha namorado”: corpo, gênero e representações sociais nas narrativas midiáticas sobre episódios de violência contra a mulher (2019). *VI Simpósio Internacional Lavits*. <https://lavits.org/wp-content/uploads/2019/12/MeloDiniz-2019-LAVITSS.pdf>
- Dornelas, P. M. (2019). *As noções de masculino e feminino: concepções ideológicas e papéis de gênero*. [Dissertação de Mestrado, Mestrado em Psicologia, Universidade Federal de Uberlândia]. Repositório Institucional. Universidade Federal de Uberlândia. <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/24759>
- Félix, L. B., de Andrade, D. A., Ribeiro, F. S., Correia, C. C. G., & de Souza Santos, M. D. F. (2016). O conceito de Sistemas de Representações Sociais na produção nacional e internacional: uma pesquisa bibliográfica. *Psicologia e Saber social*, 5(2), 198-217. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/psi-sabersocial/article/view/20417/19733>
- Ferreira, M. C. (2010). A Psicologia Social contemporânea: principais tendências e perspectivas nacionais e internacionais. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 26(SPE), 51-64. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722010000500005>
- Flament. C. (2000). Estructura, dinámica y transformación de las representaciones Sociales. In: J.-C. Abric (Ed.), *Prácticassociales y representaciones*(pp. 33-52). Coyoacán: Ediciones Coyoacán.
- Flick, U. (2004). *Uma Introdução à Pesquisa Qualitativa* (2ª Ed.) (S. Nertz Trans.). Bookman. (Obra original publicada em 2002)
- Flick, U. (2013). *Introdução a metodologia da pesquisa: Um guia para iniciantes* (M. Lopes Trans.). Penso. (Obra original publicada em 2009)

- Fonseca, D. H., Ribeiro, C. G., & Leal, N. S. B. (2012). Violência doméstica contra a mulher: realidades e representações sociais. *Psicologia & Sociedade*, 24(2), 307-314. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822012000200008>
- Fornari, L. F., Lourenço, R. G., Oliveira, R. N. G. D., Santos, D. L. A. D., Menegatti, M. S., & Fonseca, R. M. G. S. D. (2021). Violência doméstica contra a mulher na pandemia: estratégias de enfrentamento divulgadas pelas mídias digitais. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 74. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2020-0631>
- Freire, P., & Pimentel, M. G. (2020). Representações sociais de servidores públicos sobre o contexto de violência contra a mulher: um estudo de caso. *Cadernos de Gênero e Tecnologia*, 13(42), 107-125. DOI: 10.3895/cgt.v13n42.11505
- Frugoli, R., Miskolci, R., Signorelli, M. C., & Pereira, P. P. G. (2019). De conflitos e negociações: uma etnografia na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher. *Saúde e Sociedade*, 28, 201-214. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902019170842>
- Galante, A. C., Aranha, J. A., Beraldo, L., & Pelá, N. T. R. (2003). A vinheta como estratégia de coleta de dados de pesquisa em enfermagem. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 11(3), 357-363. <https://doi.org/10.1590/S0104-11692003000300014>
- Galinkin, A. L., & Ismael, E. (2013) Gênero. In Camino, L, Torres, A. R. R., Lima, M. E. O. & Pereira, M. E.(Orgs.) *Psicologia social: temas e teorias* (pp. 643-698). Technopolitik.
- Galinkin, A. L., Santos, C., & Zauli-Fellows, A. (2010). *Estudos de gênero na psicologia social. Gênero e psicologia social: interfaces*. Technopolitik.
- Gaskell, G. (2002). Entrevistas individuais ou grupais. In Bauer, M. W., & Gaskell, G. (Eds.). (2000). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático* (2ª. Ed.) (Pedrinho A. Guarreschi, trans.) (pp. 64-89). Vozes. (Obra Original Publicada em 2000)

- Gomes, I. C. R., Lira, M. O. de S. C. e, R., Vanda P., & Vilela, A. B. A. (2020). Representações sociais de mulheres em situação de violência doméstica sobre assistência jurídica. *Revista Cuidarte*, 11(1), e927. Epub. <https://doi.org/10.15649/cuidarte.927>
- Gonzalez, Lélia (2020). *Por um feminismo afro-latino-americano*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras.
- Guimarães, M. C., & Pedroza, R. L. S. (2015). Violência contra a mulher: problematizando definições teóricas, filosóficas e jurídicas. *Psicologia & Sociedade*, 27(2), 256-266. <https://doi.org/10.1590/1807-03102015v27n2p256>
- hooks, b. (2020). *E eu não sou uma mulher?: mulheres negras e feminismo* (6ª. ed.). (B. Libanio, trans.). Rosa dos Tempos. (Obra original publicada em 1981)
- Jesus, J. G., & Galinkin, A. L. (2015). Gênero e Psicologia Social no Brasil: entre silêncio e diálogo. *Barbarói*, 90-103. <http://dx.doi.org/10.17058/barbaroi.v0i0.4482>
- Jodelet, D. (2001). Representações sociais: um domínio em expansão. In: *As representações sociais*, 17(44), 1-21.
- Jodelet, D. (2015). *Loucura e Representações Sociais*. (L. Magalhães. Trans.). (2ª Ed.). Vozes. (Obra original publicada em 1989)
- Jovchelovitch, S. (2014). Representações Sociais e Polifasia Cognitiva: notas sobre a pluralidade e sabedoria da razão. In Almeida A. M. O., Santos, M. F. S. & Trindade, Z. A (Orgs.) *Teoria das Representações Sociais: 50 anos* (2ª Ed.) (pp. 212-237). TechnoPolitik. (Obra original publicada em 2011)
- Langley, R., & Levy, R. C. (1980). *Mulheres espancadas: fenômeno invisível*. FIOCRUZ.
- Leandro, M. (2020). *Representações sociais da violência doméstica contra a mulher na mídia e para profissionais da segurança pública*. [Dissertação de Mestrado, Mestrado em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório Institucional UFSC.

Universidade Federal de Santa Catarina.

<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/221259>

Leivas, P. G. C., Resadori, A. H., de Oliveira Alban, C. E., de Almeida Schiavon, A., Vanin, A. A., do Nascimento Almeida, A., & Machado, P. S. (2020). Superando o binarismo de gênero: em direção ao reconhecimento civil de pessoas intersexo. *Revista Culturas Jurídicas*, 7(18). <https://periodicos.uff.br/culturasjuridicas/article/view/45537/28927>

Louro, G. L. (2014). *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-moderna*. Editora Vozes. (Obra Original publicada em 1997)

Lucena, K. D. T., Deininger, L. D. S. C., Coelho, H. F. C., Monteiro, A. C. C., de Toledo Vianna, R. P., & do Nascimento, J. A. (2016). Análise do ciclo da violência doméstica contra a mulher. *Journal of Human Growth and Development*, 26(2), 139-146. DOI: <http://dx.doi.org/10.7322/jhgd.119238>

Macarini, S. M., & Miranda, K. P. (2018). Atuação da psicologia no âmbito da violência conjugal em uma delegacia de atendimento à mulher. *Pensando famílias*, 22(1), 163-178. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2018000100013&lng=pt&tlng=pt

Machado, A. P. (2020). *Violência contra a mulher: significados emitidos em narrativas de mulheres em situação de violência, de profissionais especializados e nos discursos oficiais das políticas públicas*. [Dissertação de Mestrado, Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal da Fronteira Sul]. Repositório UFFS. Universidade Federal da Fronteira Sul. <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/3936>

Madureira, A. B., Mantovani, M. F., Silva, Â. T. M., Souza, P. B., Ferraz, M. I. Raimondo, & Raimondo, M. L. (2020). Representações sociais de homens agressores denunciados acerca da violência contra a mulher. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 73(2), 1-7. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2018-0824>

- Madureira, A. F. A. (2010). Gênero, sexualidade, e processos identitários na sociedade brasileira: tradição e modernidade em conflito. In A. L. Galinkin & C. Santos (Orgs.), *Gênero e Psicologia Social: interfaces* (pp. 31-63). Technopolitik.
- Martinelli, A. (2019). *Atitudes das forças policiais face à violência doméstica e implicações na sua atuação*. [Dissertação de Mestrado, Mestrado em Criminologia, Universidade Fernando Pessoa]. Repositório FCHS. Universidade Fernando Pessoa. <http://hdl.handle.net/10284/7500>
- Martins, A. G., & do Nascimento, A. R. A. (2017). Violência doméstica, álcool e outros fatores associados: uma análise bibliométrica. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 69(1), 107-121. <https://www.redalyc.org/pdf/2290/229053872009.pdf>
- Medeiros, A. A. A., Lima, A. P. P. D., Bezerra, M. E. C., da Silva, V. L. N., Cardoso, B. E. M., Rodrigues, A. A., & Araújo, T. D. S. L. (2021). Challenge-o silêncio mata: mídias sociais e informação no combate à violência contra a mulher. *Research, Society and Development*, 10(9), e39710918066-e39710918066. <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/18066/16267>
- Mesquita, L. N. D. S. (2022). *Pornografia da vingança no contexto da violência doméstica: aplicação do artigo 147-b do Código Penal por dano ao direito de intimidade da mulher*. [Trabalho de Conclusão de Curso, Graduação em Direito, Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos]. <https://dspace.uniceplac.edu.br/handle/123456789/1715>
- Minayo, M. C. D. S. (2006). *Violência e saúde*. Editora Fiocruz.
- Ministério da Justiça. (2010). *Norma Técnica de Padronização das Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres – DEAMs*. <https://assets-compromissoeatitude-igp.sfo2.digitaloceanspaces.com/2012/08/MJ-2010-Norma-Tecnica-Padronizacao-DEAMs.pdf>

- Miura, P. O., Silva, A. C. S., Pedrosa, M. M. M. P., Costa, M. L., & Nobre Filho, J. N. (2018). Violência doméstica ou violência intrafamiliar: análise dos termos. *Psicologia & Sociedade*, 30, 1-13. <https://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30179670>
- Money, J. (1973). Gender role, gender identity, core gender identity: Usage and definition of terms. *Journal of the American Academy of Psychoanalysis*, 1(4), 397-402. <https://doi.org/10.1521/jaap.1.1973.1.4.397>
- Moreira, A. C. C. T. (2019). “A tendência é abrir caminhos, mas ainda há resistências...”: um estudo de representações sociais de gênero e de feminismo para cristãos capixabas. [Dissertação de Mestrado, Mestrado em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo]. Universidade Federal do Espírito Santo. https://sappg.ufes.br/tese_drupal//tese_13386_Disserta%E7%E3o%20Ana%20Carolina%20Caetano%20Tavares%20Moreira%20-%202020.pdf
- Moreira, M. I. C., Brito, C. D., Oliveira, C. M., & Alves, C. E. R. (2018). Mulheres, travestis e transexuais: interseções de gênero em documentos de políticas públicas. *Fractal: Revista de Psicologia*, 30, 234-242. <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v30i2/5545>
- Moreira, A. C. T. (2020). *Gênero e feminismo para cristãos capixabas: um estudo de representações sociais*. [Dissertação de Mestrado, Mestrado em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo]. Universidade Federal do Espírito Santo. https://sappg.ufes.br/tese_drupal//tese_13386_Disserta%E7%E3o%20Ana%20Carolina%20Caetano%20Tavares%20Moreira%20-%202020.pdf
- Morgante, M. M. (2015). Feminismos, patriarcado e violência de gênero: as denúncias registradas na DEAM/Vitória/ES (2002-2010). *Revista Ágora*, (22), 83-110. <https://www.periodicos.ufes.br/agora/article/view/13610>
- Moscovici, S. (1979). *El Psicoanálisis su Imagen y su Público* (N. M. Finetti Trans.). Editorial Huemul. (Obra original publicada em 1961)

- Moscovici, S. (2015). *Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social*. (11ª Ed.). (P. A. Guareschi Trans.). Vozes. (Obra original publicada em 2000)
- Mozine, A. C. S., Coutinho, S. M. S., Moreira, A. C. C. T. (2021). Relacionando abuso sexual de adolescentes e gênero: um estudo de representações sociais de conselheiros tutelares. In Missias-Moreira, R., Collares-da-Rocha, J. C. C., Coutinho, S. M. S., Almeida, I. B. S., Fukui, R. C. S. (Orgs). *Representações Sociais na contemporaneidade* – volume 6. (pp. 207-224). CRV.
- Munanga, K. (1996). Facetas de um racismo silenciado. In: *Raça e diversidade*. Schwarcz, L. M. & Queiroz, R. S. (Orgs). Edusp.
- Nascimento, A. R. A., & Menandro, P. R. M. (2006). Análise lexical e análise de conteúdo: uma proposta de utilização conjugada. *Estudos e pesquisas em psicologia*, 6(2), 72-88. <https://www.redalyc.org/pdf/4518/451844612009.pdf>
- Newman, L. E., & Stoller, R. J. (1968). Gender identity disturbances in intersexed patients. *American Journal of Psychiatry*, 124(9), 1262-1266. <https://doi.org/10.1176/ajp.124.9.1262>
- Nobre, M. T. (2010). Formação policial e violência de gênero: relato de experiências nas delegacias da mulher de Sergipe. *Revista TOMO*, (17), 79-111. <https://doi.org/10.21669/tomo.v0i17.509>
- Nóbrega, V. K. D. M., Pessoa Júnior, J. M., Nascimento, E. G. C. D., & Miranda, F. A. N. D. (2019). Renúncia, violência e denúncia: representações sociais do homem agressor sob a ótica da mulher agredida. *Ciência & Saúde Coletiva*, 24, 2659-2666. <https://doi.org/10.1590/1413-81232018247.16342017>
- Nodari, M. P. M., Martins-Silva, P. O. (2020). Meninas brincam de rosa, meninos brincam de azul: representações sociais do brincar e do brinquedo na publicidade. In Missias-Moreira, R., Coutinho, S. M. S., Collares-da-Rocha, J. C. C., Freitas, V. L. C. F., Servo, M. L. S. S. (Orgs). *Representações Sociais na contemporaneidade* – volume 4. (pp. 205-220). CRV.

- Nogueira, C. (2017). *Interseccionalidade e psicologia feminista*. Editora Devires.
- Observe. (2010). *Condições para aplicação da Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) nas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMS) e nos Juizados de Violência Doméstica e Familiar nas capitais e no Distrito Federal*.
http://www.observe.ufba.br/_ARQ/Relatorio%20apresent%20e%20DEAMs.pdf
- Oliveira, J. M., & Amâncio, L. (2006). Teorias feministas e representações sociais: desafios dos conhecimentos situados para a psicologia social. *Revista Estudos Feministas*, 14(3), 597-615. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2006000300002>
- Oliveira, J. F. D., Paiva, M. S., & Valente, C. L. (2006). Representações sociais de profissionais de saúde sobre o consumo de drogas: um olhar numa perspectiva de gênero. *Ciência & Saúde Coletiva*, 11, 473-481. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232006000200024>
- Oliveira, D. C. (2014). A Teoria das Representações Sociais como grade de leitura da saúde e da doença: a constituição de um campo disciplinar. In Almeida A. M. O., Santos, M. F. S. & Trindade, Z. A (Orgs.) *Teoria das Representações Sociais: 50 anos (2ª Ed.)* (pp. 774-829). TechnoPolitik. (Obra original publicada em 2011)
- Oliveira, G. F., & dos Santos, J. D. F. (2019). A Imputação Da Prática De Alienação Parental Às Mulheres: Mais Uma Forma De Violência Contra Elas. *Colóquio do Museu Pedagógico*-ISSN 2175-5493, 13(1), 235-240.
<http://anais.uesb.br/index.php/cmp/article/viewFile/8570/8233>
- Organização dos Estados Americanos. (1994). *Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a violência contra a mulher - Convenção de Belém do Pará*.
<http://www.cidh.org/Basicos/Portugues/m.Belem.do.Para.htm>
- Organização das Nações Unidas. (1979). *Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as Mulheres*.
<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/discrimulher.htm>

- Pereira, R. de C. B. R., Loreto, M. das D. S. de, Damiano Teixeira, K. M., & Sousa, J. M. M. de. (2013). O fenômeno da violência patrimonial contra a mulher: percepções das vítimas. *Oikos: Família E Sociedade Em Debate*, 24(1), 206-235. <https://periodicos.ufv.br/oikos/article/view/3653>
- Pimentel, A., Martins, J. (2020). O Impacto da Pandemia na Violência de Gênero no Brasil. In Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020*. <https://static.poder360.com.br/2020/11/Anuario-Brasileiro-de-Seguranca-Publica-2020.pdf>
- Piscitelli, A. (2009). Gênero: a história de um conceito. In: Almeida, H. B., Szwako, J. E. (Orgs.). *Diferenças, igualdade*. (pp. 116-148). Berlendis & Vertecchia.
- Poderoso, E. S (2018). *Estereótipos dos suspeitos e ação policial: expressões e consequências*. [Dissertação de Mestrado, Mestrado em Psicologia Social, Universidade Federal de Sergipe] Repositório Institucional da Universidade Federal de Sergipe - RI/UFS. Universidade Federal de Sergipe. <http://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/7789>
- Ribeiro, D. (2018). *Quem tem medo do feminismo negro?*. Companhia da Letras.
- Rouquette, M. L. (2000). Representações e práticas sociais: alguns elementos teóricos. In. A. S. P. Moreira & Oliveira, D. C. (Orgs.) *Estudos interdisciplinares em representação social*. (pp. 39-46). AB.
- Rosa, L. W., & Falcke, D. (2014). Violência conjugal: compreendendo o fenômeno. *Revista da SPAGESP*, 15(1), 17-32. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5429466>
- Sá, C. P. (1998) *A Construção do objeto de pesquisa em representações sociais*. Eduerj.
- Saffioti, H. I. B. (1999). Primórdios do conceito de gênero. *cadernos pagu*, (12), 157-163. <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/download>
- Salvador, P. T. C. O., Gomes, A. T. L., Rodrigues, C. C. F. M., Chiavone, F. B. T., Alves, K. Y. A., dos Santos Bezerril, M., & Santos, V. E. P. (2018). Uso do software iramuteq nas

- pesquisas brasileiras da área da saúde: uma scoping review. *Revista Brasileira em Promoção da Saúde*, 31. <https://doi.org/10.5020/18061230.2018.8645>
- Salviati, M. E. (2017). *Manual do aplicativo Iramuteq*. (versão 0.7 Alpha 2 e R Versão 3.2.3). <http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/manual-do-aplicativo-iramuteq-par-maria-elisabeth-salviati>
- Sampson, H., & Johannessen, I. A. (2020). Turning on the tap: the benefits of using 'real-life' vignettes in qualitative research interviews. *Qualitative Research*, 20(1), 56-72. <https://doi.org/10.1177/1468794118816618>
- Sana, J. J. B.; Nader, M. B. (2014). Rede de Enfrentamento a violência contra a mulher no Espírito Santo: Limites, possibilidades e desafios. *Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas*. http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400443391_ARQUIVO_anpuhrio-doc.pdf
- Sant'Anna, T. C., & Penso, M. A. (2016). A transmissão geracional da violência na relação conjugal. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 33. <https://www.scielo.br/j/ptp/a/YNYtcz4CJmn7qgB3LpbSVM/?format=pdf&lang=pt>
- Santos, C. D. A. (2022). Stalking Na Violência Doméstica E Familiar Contra A Mulher. *Caderno Virtual*, 1(54). <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/cadernovirtual/article/view/6543/2717>
- Santos, C. M. (2008). *Da delegacia da mulher à Lei Maria da Penha: lutas feministas e políticas públicas sobre violência contra mulheres no Brasil*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra; (Oficina, 301). <http://hdl.handle.net/10316/11080>
- Santos, L. C. D., Carvalho, A. B., Amaral, J. G., Borges, L. A., & Mayorga, C. (2016). Género, Feminismo Y Psicología Social En Brasil: Análisis De La Revista Psicología & Sociedade

- (1996-2010). *Psicologia & Sociedade*, 28(3), 589-603. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-03102016v28n3p589>
- Santos, C. M., & Machado, I. V. (2018). Punir, restaurar ou transformar? Por uma justiça emancipatória em casos de violência doméstica. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, 146(A. 26), 241-271. <http://hdl.handle.net/10316/80908>
- Santos, N. C. R., & Freitas, R. D. C. S. (2015). Olhares sobre a violência conjugal lésbica: o processo da violência silenciada. *Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social*, 1(1). <https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/9971>
- Santos, N. C. R. D., Freitas, R., & Ceara-Silva, G. L. (2019). Violência conjugal lésbica: relatos de assistentes sociais que atendem mulheres na cidade de Niterói. *Serviço Social & Sociedade*, 124-141. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.169>
- Sardenberg, C., & Tavares, M. S. (2020). Introdução. In Sardenberg, C., & Tavares, M. S. (Orgs). *Violência de gênero contra mulheres: suas diferentes faces e estratégias de enfrentamento e monitoramento* (pp.9-17). EDUFBA. (Obra original publicada em 2016)
- Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica (G. L. Louro Trans.). *Educação & realidade*, 20(2), 71-99. (Obra original publicada em 1988) <https://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/71721/40667/8634812/2731>
- Silva, B. G. R. S. D. (2007). *A violência conjugal contra mulheres das classes médias do município de São Paulo* [Dissertação de Doutorado, Doutorado em Sociologia, Universidade de São Paulo]. Digital Library USP. Universidade de São Paulo. https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-13112007-105647/publico/DISSERTACAO_BARBARA_G_R_SOARES_SILVA.pdf

- Guedes, R. N., Silva, A. T. M. C. D., & Fonseca, R. M. G. S. D. (2009). A violência de gênero e o processo saúde-doença das mulheres. *Escola Anna Nery*, 13, 625-631. <https://doi.org/10.1590/S1414-81452009000300024>
- Silva, R. A., & Borges, T. L. (2022). Violência doméstica: um estudo de caso em Vitória (Espírito Santo, Brasil, 2004-2010). *Revista de História da UEG*, 11(01), e112202-e112202. <https://doi.org/10.31668/revistaueg.v11i01.11923>
- Silveira, R. S.; Nardi, H. C. (2014). Interseccionalidade gênero, raça e etnia e a lei Maria da Penha. *Psicologia & Sociedade*, v. 26, p.14-24. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000500003>
- Silveira, R. S.; Nardi, H. C.; Spindler, G. (2014). Articulações entre gênero e raça/cor em situações de violência de gênero. *Psicologia & Sociedade*, v. 26, p. 323-334. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000200009>
- Siqueira, C., & Rocha, E. S. (2019). Violência Psicológica contra a mulher: Uma análise bibliográfica sobre causa e consequência desse fenômeno. *Revista Arquivos Científicos (IMMES)*, 2(1), 12-23. <https://doi.org/https://doi.org/10.5935/2595-4407/rac.immes.v2n1p12-23>
- Sousa, Y. S. O., Gondim, S. M. G., Carias, I. A., Batista, J. S., & de Machado, K. C. M. (2020). O uso do software Iramuteq na análise de dados de entrevistas. *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 15(2), 1-19. http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/revista_ppp/article/view/3283
- Souza, L. G. S. (2012). Profissionais de saúde da família e representações sociais do alcoolismo. [Tese de Doutorado, Doutorado em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo]. <https://core.ac.uk/download/pdf/161366297.pdf>
- Souza, M. S. (2014). “Sou policial, mas sou mulher”: gênero e representações sociais na polícia militar de São Paulo. [Tese de Doutorado. Doutorado em Ciências Sociais. Instituto

- de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas]. Repositório de produção científica e intelectual da Unicamp. Universidade Estadual de Campinas. <https://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/932869>
- Souza, T. M. C., Pascoaleto, T. E., & Mendonça, N. D. (2018). Violência contra mulher no namoro: percepções de jovens universitários. *Revista Psicologia e Saúde*, 10(3), 31-43. <https://dx.doi.org/10.20435/pssa.v10i3.695>
- Souza, L. G. S. (2020). Places from which we speak: the concepts of consensual and reified universes and the interpretation of the outcomes obtained with ALCESTE and IRAMUTEQ. *Papers on Social Representations*, 29(2), 11-1. <https://psr.iscte-iul.pt/index.php/PSR/article/view/504/466>
- Spink, M. J. P. (1993). O conceito de representação social na abordagem psicossocial. *Cadernos de Saúde Pública*, 9, 300-308. https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/csp/v9n3/17.pdf
- Strey (2013). Gênero. In Jacques, M. D. G. C., Strey, M. N., Bernardes, N. M. G., Guareschi, P. A., Carlos, S. A., & Fonseca, T. M. G. (Orgs) *Psicologia Social Contemporânea: livro-texto* (pp. 156-170). Vozes Limitada. (Obra original publicada em 1998)
- Törrönen, J. (2018). "Using vignettes in qualitative interviews as clues, microcosms or provokers". *Qualitative Research Journal*, 18 (3), 276-28. <https://doi.org/10.1108/QRJ-D-17-00055>
- Vignaux, G., Moscovici, S. (2015). *O conceito de Themata*. In *Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social*. (pp. 215-250) (11ª Ed.). (P. A. Guareschi Trans.). Vozes. (Obra original publicada em 2000)

- Waiselfisz, J. J. (2015). *Mapa da violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil*. Flacso Brasil. http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf
- Waiselfisz, J. J. (2016). *Mapa da violência 2016: homicídios por armas de fogo*. Secretaria Nacional de Juventude. <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/151>
- Wolter, R. P. Sá, C. P. (2013). As relações entre representações e práticas: o caminho esquecido. *Revista Internacional de Ciencias Sociales y Humanidades, SOCIOTAM*, 23(1-2), 87-105. <https://www.redalyc.org/pdf/654/65452530004.pdf>
- Wolter, R. M. C. P. (2014). Serge Moscovici: um pensador do social. In Almeida A. M. O., Santos, M. F. S. & Trindade, Z. A (Orgs.) *Teoria das Representações Sociais: 50 anos* (2ª Ed.) (pp. 29-40). TechnoPolitik. (Obra original publicada em 2011)
- World Health Organization. (2005). *WHO multi-country study on women's health and domestic violence against women: summary report of initial results on prevalence, health outcomes and women's responses*. https://www.who.int/gender/violence/who_multicountry_study/summary_report/summary_report_English2.pdf
- Zanello, V. (2020). *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Editora Appris.

Apêndices

Apêndice A - Informações Sociodemográficas

Idade:

Escolaridade:

Formação (caso possua ensino superior ou curso técnico):

Estado civil:

Gênero:

Raça/Etnia:

Renda familiar (em salários-mínimos):

Possui filhos (as) (se sim, número, gênero e idade):

Religião:

Função no serviço:

Tempo de atuação na DEAM:

Tempo de atuação na Polícia Civil:

Apêndice B – Vinhetas

Vinheta 1

Um casal de namorados passou a viver na mesma casa. Certa vez, o namorado viu sua namorada receber mensagens no celular de um homem que ele não conhecia, o que o deixou incomodado e o fez questioná-la sobre quem era e o que queria. A namorada explicou que se tratava apenas de um amigo e que ele não precisava se preocupar, mas isso não o tranquilizou e o mesmo passou a vigiar constantemente o celular de sua companheira, tentando, inclusive, controlar o seu uso. O homem conseguiu visualizar mensagens que, em sua percepção, poderiam indicar uma traição. Descontente, passou a contar para os amigos que ela o estava traindo e a fazer comentários sobre sua moral. A namorada sempre negou a infidelidade e tentava impedir que ele pegasse seu celular, o que o deixava ainda mais irritado e desconfiado. Ele passou a xingá-la e a ameaçá-la frequentemente. Esse comportamento se manteve por um tempo, até que a namorada resolveu procurar ajuda em uma DEAM.

Diante do exposto, por favor, responda a algumas perguntas. Lembrando que não há certo ou errado na resposta, apenas sua visão sobre o assunto:

- 1- Há quanto tempo você imagina que esse casal está junto?
- 2- Me diga as características pessoais de cada uma dessas pessoas.
 - a) Cabelo:
 - b) Olhos:
 - c) Cor de pele:
 - d) Porte físico:
 - e) Idade:
 - f) Personalidade/ Comportamentos:
 - g) Por que você acha que essas pessoas são assim?
- 3- Em que bairro você imagina que esse casal reside?

- 4- Como você imagina que seja o cotidiano desse casal (em relação a trabalho, lazer, etc.)?
- 5- Você imagina que esse casal tem filhos (as)? Se sim, quantos, idade e de qual/quais gênero (s)?
- 6- O que você pensa sobre o comportamento do namorado nesta situação? É compreensível/ justificável?
- 7- Esse tipo de comportamento é comum entre homens? Por quê?
- 8- E o que pensa sobre o comportamento da mulher? Ela poderia ter feito algo para evitar a situação?
- 9- Esse tipo de comportamento é comum entre mulheres? Por quê?
- 10- Vamos supor que essa mulher seja atendida na DEAM que você trabalha, qual sua postura diante do caso? E como o mesmo seria encaminhado na delegacia? Esse tipo de caso é comum?
- 11- Você considera esse caso uma situação de violência contra a mulher? (Se sim, de qual tipo?)

Vinheta 2

Um casal vive junto. Ocasionalmente, o homem agredia a mulher com empurrões e socos quando estava insatisfeito com alguma postura dela. Um dia, o homem chegou bêbado em casa. Já era tarde e bem depois do horário de trabalho. Ele agrediu a mulher com socos após ela reclamar que ele estava falando muito alto e poderia acordar os vizinhos. Dessa vez, a mulher resolveu tomar uma atitude e denunciar na DEAM.

Diante do exposto, por favor, responda a algumas perguntas.

- 1- Há quanto tempo você imagina que esse casal está junto?
- 2- Me diga as características pessoais de cada uma dessas pessoas.
 - h) Cabelo:

- i) Olhos:
- j) Cor de pele:
- k) Porte físico:
- l) Idade:
- m) Personalidade/ Comportamentos:
- n) Por que você acha que essas pessoas são assim?

3- Em que bairro você imagina que esse casal reside?

4- Como você imagina que seja o cotidiano desse casal (em relação a trabalho, lazer, etc.)?

5- Você imagina que esse casal tem filhos (as)? Se sim, quantos, idade e qual/quais gênero (s)?

6- O que você pensa sobre o comportamento do homem nesta situação? É compreensível/ justificável?

7- Esse tipo de comportamento é comum entre homens? Por quê?

8- E o que pensa sobre o comportamento da mulher? Ela poderia ter feito algo para evitar a situação?

9- Esse tipo de comportamento é comum entre mulheres? Por quê?

10- Vamos supor que essa mulher seja atendida na DEAM que você trabalha, qual sua postura diante do caso? E como o mesmo seria encaminhado na delegacia? Esse tipo de caso é comum?

11- Você considera esse caso uma situação de violência contra a mulher? (Se sim, de qual tipo?)

Apêndice C - Roteiro de entrevista semiestruturada

- 1- Na sua opinião, o que é ser homem e o que é ser mulher?
- 2- Socialmente, quais seriam as características esperadas para o homem e para a mulher?
- 3- Onde você acredita ter aprendido esses valores? Houve mudança em sua forma de pensar sobre isso com o passar do tempo?
- 4- Qual a sua compreensão sobre o termo "gênero"?
- 5- Você acredita que a forma como a sociedade concebe os papéis para homem e para mulher interfere no fenômeno da violência contra a mulher? De que forma?
- 6- O que você entende por violência de gênero? O que a causa?
- 7- Há formas das mulheres evitarem a violência de gênero? Quais?
- 8- Depois de começar a trabalhar na DEAM, você mudou alguma crença/opinião em relação a gênero e violência de gênero? Qual/quais? Por que acha que isso aconteceu?
- 9- Você teve alguma capacitação sobre violência contra a mulher antes ou durante seu período na DEAM? Por quanto tempo? Como foi a experiência?
- 10- Você pode descrever como é feito o atendimento à mulher em situação de violência desde o momento em que ela chega na DEAM?
- 11- Há diferenças no atendimento à mulher de acordo com o tipo de violência sofrida? Se sim, por que acha que é assim?
- 12- Qual seria um caso comum na DEAM aonde você trabalha?
- 13- E há situação (ões) que você já presenciou ou ouvia falar no seu cotidiano, mas que você nunca atendeu na DEAM e consideraria violência contra a mulher?
- 14- E há caso (s) que é/são atendido (s) na DEAM que você não considera como situação (ões) de violência contra mulher? Qual (ou quais)?

Apêndice D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Página 1 de 2



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado (a) para participar voluntariamente da pesquisa intitulada “Representações Sociais de Gênero e de Violência de Gênero entre Profissionais de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs)”, realizada pela mestranda Mariana Schubert Lemos, sob orientação da Profa. Dra. Sabrine Mantuan dos Santos Coutinho, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGP/UFES). A pesquisa pretendida tem o objetivo de compreender as significações de gênero e de violência de gênero entre profissionais da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) e como lidam diante desses fenômenos em sua prática cotidiana. A justificativa da pesquisa se dá pela importância de investigar o fenômeno da violência de gênero e sua relação com o entendimento de gênero diretamente com um dos principais órgãos de combate a essa realidade que aflige a sociedade, sendo um grande problema de saúde, educacional, social, jurídico, político e de segurança pública.

Estarão garantidos o sigilo das informações, sua privacidade, além da possibilidade de retirada do consentimento em qualquer fase da pesquisa sem que isso lhe cause quaisquer danos. Você não receberá nenhum pagamento, nem arcará com nenhum gasto, no entanto fica assegurada a possibilidade de ressarcimento caso ocorram despesas com a participação da pesquisa. Também será garantido o direito a buscar indenização em caso de eventual dano decorrente da pesquisa, segundo orientações éticas das Resoluções nº466/12 e nº510/16 do Conselho Nacional de Pesquisa com Seres Humanos. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) será assegurado por duas vias (na qual uma ficará sob a responsabilidade da pesquisadora e a outra sob mãos do (a) participante), assinadas e rubricadas em todas as páginas por participante e pesquisadora. Suas informações pessoais ficarão disponíveis apenas para as pesquisadoras, sendo utilizadas somente para desenvolvimento da pesquisa.

Se possível, a coleta de dados será feita de forma individual e presencial, na própria delegacia em que está vinculado, em sala reservada na Universidade Federal do Espírito Santo ou em local de conveniência para você, desde que assegurada sua privacidade. Inicialmente serão colhidos seus dados sociodemográficos e, após isso, serão utilizadas vinhetas de situações hipotéticas e entrevista semiestruturada, com duração de cerca de 1h a 1h30min, sendo possível ter o tempo mais curto ou mais longo. Os procedimentos de coleta respeitarão as diretrizes adotadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). A depender da situação da pandemia do Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), a coleta de dados poderá se dar de forma virtual, por aplicativo de videochamada ou ligação de áudio, seguindo as orientações do Ofício Circular nº2/2021 da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), que define as orientações para procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual. No caso de a entrevista ser online, o TCLE será disponibilizado para você por e-mail, sendo o consentimento dado verbalmente no início da entrevista, caso aceite participar da pesquisa. Neste caso, o TCLE assinado pela pesquisadora será enviado a você por e-mail. A entrevista será gravada (em áudio, no caso de ser feita de forma presencial ou por ligação de áudio, ou em vídeo, se realizada por videochamada) mediante sua autorização por meio do TCLE. O intuito da gravação é unicamente para transcrição e análise posterior, e o áudio/vídeo de sua entrevista não será divulgado.

Os riscos que a pesquisa pode apresentar são a possibilidade de ansiedade com a situação de entrevista, a sensibilidade do tema e/ou das perguntas da entrevista. Caso haja qualquer desconforto, ficará assegurada a possibilidade de pausar a entrevista, desistir de participar e/ou não responder às perguntas que causarem-lhe incômodo, bem como seu devido acolhimento. Caso a coleta seja

realizada de forma virtual, também há o potencial risco inerente à tecnologia adotada, que pode ser violada, não podendo ser garantida totalmente a confidencialidade devido a suas limitações. Os benefícios em relação aos resultados são ampliar o entendimento da relação entre significados de gênero e violência de gênero no campo acadêmico e de políticas públicas, possibilitando que estas, os profissionais inseridos nas DEAMs e outros órgãos de enfrentamento à violência contra a mulher, tenham maiores subsídios para esse combate, beneficiando também a população geral. Este estudo tem o objetivo científico e seus resultados poderão ser divulgados em trabalhos e eventos acadêmicos, sempre com o devido cuidado ético de não expor as identidades dos participantes. Seus resultados também poderão ser apresentados em uma reunião da pesquisadora com os profissionais participantes, caso os mesmos tenham interesse.

CONSENTIMENTO DO (A) PARTICIPANTE

Eu, _____ (Nome), compreendo e concordo com os termos descritos, consentindo com minha participação voluntária na presente pesquisa.

Assinatura: _____

Local: _____ de _____ de _____, _____.

PESQUISADOR (A)

Eu, _____ (Nome), declaro que esta pesquisa foi avaliada e autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos/UFES e que todas suas etapas respeitam as Resoluções nº 466/12 e 510/16 do CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, que estabelecem as diretrizes e normas regulamentadoras para as pesquisas envolvendo seres humanos no país.

Assinatura: _____

Local: _____ de _____ de _____, _____.

Em caso de dúvidas em relação à pesquisa:

Informações da pesquisadora:

Nome: Mariana Schubert Lemos

Telefone: (xx) xxxxx-xxxx; e-mail: xxxxxxxx@xxxxxx.xxx

Informações da orientadora:

Nome: Sabrine Mantuan dos Santos Coutinho

E-mail: xxxxxxxx@xxx.xx

Informações do PPGP/UFES:

Programa de Pós-Graduação em Psicologia

Universidade Federal do Espírito Santo

Av. Fernando Ferrari, 514, 29075-910 - Vitória - ES, Brasil

Telefones: (27) 4009-2501; e-mail: ppgp.ufes@gmail.com

Informações/denúncias sobre infringimento de questões éticas:

Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo (CCHN/UFES) - Goiabeiras.

Av. Fernando Ferrari, 514 – Campus Universitário, sala 07 do Prédio

Administrativo do CCHN, Goiabeiras, Vitória - ES, CEP 29.075-910.

Telefone: (27) 3145-9820; e-mail: cep.goiabeiras@gmail.com

Apêndice F – Carta-convite aos profissionais

Caro/a profissional da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher,

Tudo bem? Meu nome é Mariana Schubert Lemos, sou mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo, orientanda da Profa. Dra. Sabrine Mantuan dos Santos Coutinho. Como você pode estar sabendo, estou desenvolvendo minha pesquisa para dissertação de Mestrado, chamada “Representações Sociais de gênero e de violência de gênero entre profissionais de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMS)” e as contribuições da sua experiência e da sua opinião sobre o assunto são muito importantes. É uma entrevista com duração de cerca de 1h, podendo ser maior ou menor esse tempo, dependendo da necessidade. Lembrando que seu anonimato será protegido. Peço muito que participe, sua participação pode ajudar a psicologia a entender mais sobre o fenômeno, assim como espero que a pesquisa também possa contribuir com o seu trabalho com os resultados, e que possamos caminhar lado a lado no enfrentamento à violência contra a mulher. Quaisquer dúvidas e questionamentos, estou à disposição. Você também pode me procurar por telefone ou e-mail, caso decida participar. Agradeço sua atenção e espero conversar com você em breve.

Até logo,

Mariana.

Número: (xx) xxxxx-xxxx

E-mail: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx